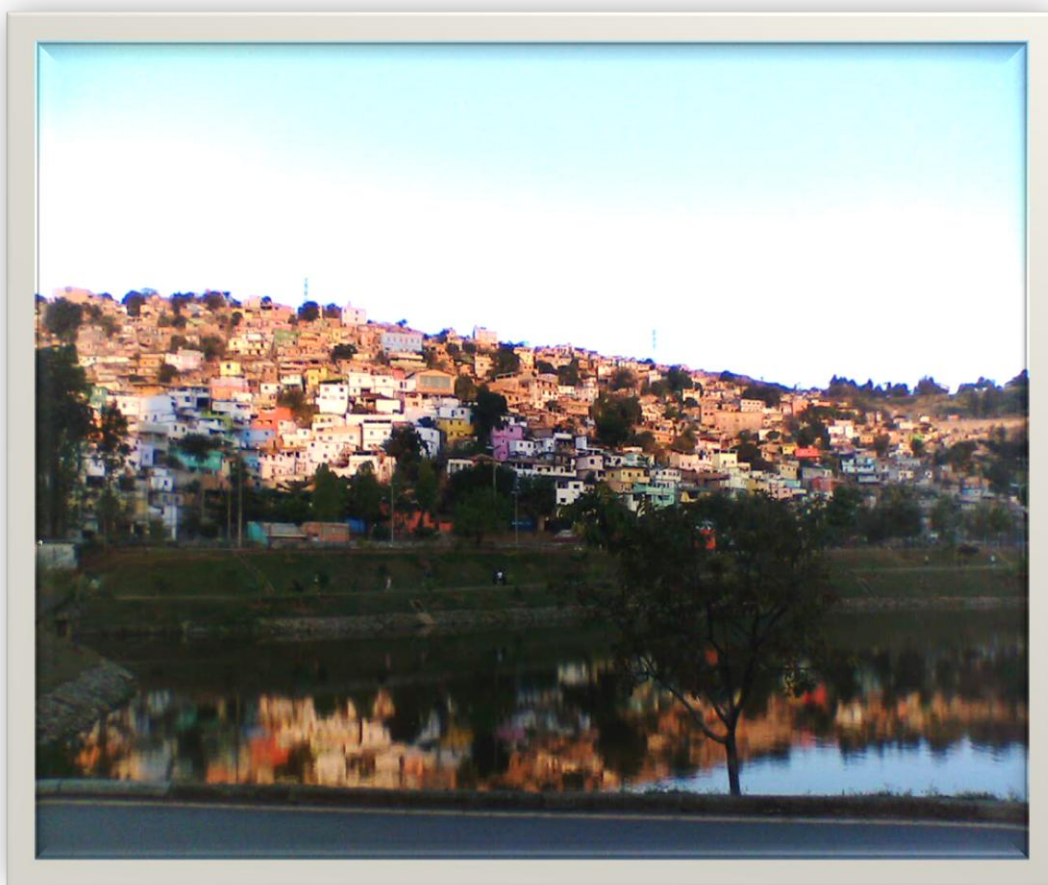


UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

MARCUS OTÁVIO MARIANI NOGUEIRA

**“A mente é a arma, a voz é a bala”:**

**Problematizando o Programa Fica Vivo! como produtor de controle,  
normalizações e possíveis invenções de modos de vida.**



BELO HORIZONTE

2011

MARCUS OTÁVIO MARIANI NOGUEIRA

**“A mente é a arma, a voz é a bala”:**

**Problematizando o Programa Fica Vivo! como produtor de controle,  
normalizações e possíveis invenções de modos de vida.**

Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Psicologia.

Área de concentração: Psicologia Social.

Orientadora: Professora Doutora Izabel Christina Friche Passos.

BELO HORIZONTE

2011

Autorizo a reprodução ou divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Nogueira, Marcus Otávio Mariani.

“A mente é a arma, a voz é a bala”: Problematizando o Programa Fica Vivo! como produtor de controle, normalizações e possíveis invenções de modos de vida. / Marcus Otávio Mariani Nogueira; Professora Doutora Izabel Christina Friche Passos.

Dissertação (Mestrado) – Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de concentração: Psicologia Social.

1. Psicologia. 2. Psicologia Social. 3. Segurança Pública. 4. Juventude. 5. Produções de saber, Relações de Poder e Processos de subjetivação.

Nome: Nogueira, Marcus Otávio Mariani.

Título: “A mente é a arma, a voz é a bala”: Problematizando a contrariedade do Programa Fica Vivo! enquanto produtor de controle, normalizações e possíveis invenções de modos de vida.

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais para obtenção do título de mestre em Psicologia.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

## AGRADECIMENTOS

Ao Alexandre, pela acolhida e disponibilidade, pela amizade e maneira desarmada que sempre se relacionou comigo. Agradeço pela oportunidade de acompanhar sua oficina durante todo o ano de dois mil e dez. Muito obrigado por deixar interferir em seu trabalho e cotidiano e abrir as páginas de sua história.

Aos adolescentes e jovens da oficina de Corte Artístico, pela convivência e aprendizado.

À Joanna, Rafael e Ana Paula, amigos e companheiros de tantas jornadas, pelo cuidado, amizade e respeito a mim e à pesquisa. Agradeço pelos encontros e afetos que trocamos durante esse período. Foi um prazer participar de conversas sobre a favela e o programa, trocar livros, textos, debater conceitos e idéias.

A todos do programa Fica Vivo!, em especial Michele, Ângela, Alessandro, André Bueno, Naiara, Felipe, e Nádia pela amizade, carinho e oportunidade de elaborar críticas e problematizar questões referentes ao programa Fica Vivo!

Aos colegas de mestrado, especialmente Rúbia, colega de orientação, com que dividi de forma mais próxima esse percurso.

À minha família, por tudo.

À Marília Greco, pelos conselhos e orientações no início dessa jornada, quando ainda escrevia o projeto que apresentei à seleção do mestrado.

À Andrea Guerra, pelas saborosas conversas e troca de impressões que se deram enquanto realizávamos pesquisas concomitantes no mesmo campo empírico.

E finalmente, à Izabel Christina Friche Passos, pelo afeto e pela leveza com que conduziu todos os momentos de orientação. Pelos ensinamentos e, principalmente, pela confiança e liberdade depositadas em todo esse processo. Obrigado pela ampla liberdade de trabalho, onde pude com toda tranquilidade, sem qualquer oposição ou restrição, escolher meu campo empírico, meus aliados teóricos, meus sujeitos de pesquisa, minhas estratégias, meus mecanismos de coleta de dados. Obrigado pela companhia e por respeitar meu estilo textual, apoiar minhas convicções teóricas, apostar em minha produção intelectual.

*Qualquer*  
*Traço, linha, ponto de fuga*  
*Um buraco de agulha ou de telha*  
*Onde chova.*  
*Qualquer pedra, passo, perna, braço*  
*Parte de um pedaço que se mova.*  
*Qualquer*  
*Qualquer*  
*Fresta, furo, vão de muro*  
*Fenda, boca onde não se caiba.*  
*Qualquer vento, nuvem, flor que se imagine além de onde o céu acaba*  
*Qualquer carne, alcatre, quilo, aquilo sim e por que não?*  
*Qualquer migalha, lasca, naco, grão molécula de pão*  
*Qualquer*  
*Qualquer dobra, nesga, rasgo, risco*  
*Onde a prega, a ruga, o vinco da pele*  
*Apareça*  
*Qualquer*  
*Lapso, abalo, curto-circuito*  
*Qualquer susto que não se mereça*  
*Qualquer curva de qualquer destino que desfaça o curso de qualquer certeza*  
*Qualquer coisa*  
*Qualquer coisa que não fique ileso*  
*Qualquer coisa*  
*Qualquer coisa que não fixe.*

(Arnaldo Antunes)

## RESUMO

Marcus, O. M. N. (2011). *“A mente é a arma, a voz é a bala”*: *Problematizando a contrariedade do Programa Fica Vivo! enquanto produtor de controle, normalizações e possíveis invenções de modos de vida*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

A discussão sobre segurança pública é hoje tema central na sociedade brasileira e pensá-la a partir da perspectiva do controle e da vigilância, do território e da juventude inserida em uma política pública de prevenção à criminalidade possui relevância ao perguntar em que medida o Estado consegue intervir e criar dispositivos para a discussão do espaço público, da violência, da criminalidade e dos homicídios. Esse trabalho quis perguntar de que forma o Estado de Minas Gerais, a partir da Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS), sua Superintendência de Prevenção à Criminalidade (SPEC) e o Programa Fica Vivo! analisam a segregação territorial, os embates territoriais, as zonas de conflito, o domínio e a interdição de espaços públicos e a produção de áreas de intolerância, a partir da rivalidade de jovens que culminam em alto número de homicídios. Pensar quais ferramentas e qual efetividade possui o estado para intervir sobre esses problemas. Quis colocar em análise a utilização de um dispositivo contraditório que pode possibilitar controle, normalização e também possibilidade de produzir modos de subjetivação. Orientei-me na construção de uma análise foucaultiana, abordando seu percurso teórico e utilizando seu tripé conceitual – saber, poder e subjetivação – como principais categorias de análise. Privilegiei o estudo de campo e a observação empírica. Quis pensar as favelas e discutir a segregação socioespacial na cidade de Belo Horizonte. Analisar o que está em jogo nas produções de saber e as relações de poder no Programa Fica Vivo!. Pensar o poder em seus deslizamentos e como as oficinas do programa podem ser compreendidas como dispositivos de segurança em sua produção de vigilância e controle. A partir do contato com os jovens quis problematizar como produzem e consomem subjetividade, como estabelecem sociabilidades. A partir da trajetória de um ator central da política, quis pensar os processos de subjetivação, refletir a produção de agenciamentos de singularidades capazes de escapar de um regime saber-poder.

Palavras-chave: Programa Fica Vivo!. Juventude. Controle. Normalização. Saber. Poder. Subjetivação.

## ABSTRACT

Marcus, O. M. N. (2011). *“The mind is the arm, the voice is the bullet”*: Questioning the contradictory of the Programa Fica Vivo! as a producer of control, standardization and possible inventions of lifestyles. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

The discussion about public security is in the present-day a central subjective in Brazilian society and thinking it from the perspective of control and surveillance, of the territory and the youth in a public politic for crime prevention has relevance to the question to what extent the State can intervene and create devices for the discussion of public space, violence, crime and homicides. This study wanted to ask how the Estado de Minas Gerais, from Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS), your Superintendência de Prevenção à Criminalidade (SPEC) and the Programa Fica Vivo! analyze the spatial segregation, the territorial fights, conflict zones, the dominance and the interdiction of public spaces and producing areas of intolerance, from the young rivalry that culminates in a high number of homicides. Think what tools and how effective has the state to intervene on these issues. I wanted to analysis the use of a contradictory device that can enable control and standardization, and also able to produce forms of subjectivity. I instructed my analysis by Foucault, approaching his theoretical and using your conceptual tripod - knowledge, power and subjectivity - as major categories of analysis. I emphasized the field study and empirical observation. I wanted to think the slums and discuss the segregation of the territories in the city of Belo Horizonte. Analyze what is in the match in the productions of knowledge and power relations in the Programa Fica Vivo!. Think the power in their slips and how the workshops of the program can be understood as safety devices in your production of surveillance and control. From the contact with young people wanted to discuss how they produce and consume subjectivity, as established sociable relations. From the trajectory of a central actor in the politic, wanted to think the process of subjectivition. Reflect the production of assemblages of singularities able to escape from a knowledge-power regime.

Keywords: Programa Fica Vivo!. Youth. Control. Standardization. Know. Power. Subjectivition.



## LISTA DE SIGLAS

CEAPA – Central de Acompanhamento às Penas e Medidas Alternativas

CEIP – Centro de Internação Provisória

CEMIG – Companhia Energética de Minas Gerais

CRISP – Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública

COPASA – Companhia de Saneamento de Minas Gerais

DAC – Diretoria de Articulação Comunitária

DIGN – Diretoria de Implantação e Gestão de Núcleos

DPSJ – Diretoria de Promoção Social da Juventude

DRS – Diretoria de Reintegração Social

GEPAR – Grupo Especializado em Policiamento de Áreas de Risco

GIE – Grupo de Intervenção Estratégica

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

NPC – Núcleo de Prevenção à Criminalidade

PBH – Prefeitura de Belo Horizonte

PRESP – Programa de Reintegração do Egresso do Sistema Prisional

SEDS – Secretaria de Estado de Defesa Social

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SENASP – Secretaria Nacional de Segurança Pública

SPEC – Superintendência de Prevenção à Criminalidade

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

URBEL – Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>CAPÍTULO 1. A POLÍTICA DE PREVENÇÃO À CRIMINALIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS.....</b>	<b>20</b>
1.1 Contextualizando historicamente o crescimento da criminalidade violenta e dos homicídios no Brasil e no Estado de Minas Gerais.....	20
1.2 Historicizando a criação da Secretaria Estadual de Defesa Social (Seds) e apresentando seus programas.....	23
1.3 O Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!.....	26
1.3.1 O Núcleo de Prevenção à Criminalidade e os Técnicos Sociais.....	33
1.3.2 Os oficinairos e as oficinas do programa Fica Vivo!.....	34
<b>CAPÍTULO 2. CONTEXTUALIZANDO O CAMPO EMPÍRICO.....</b>	<b>38</b>
2.1 Morro do Papagaio ou Aglomerado Santa Lúcia? Os territórios da favela e suas denominações.....	38
2.2 A favela na cidade e os processos de segregação socioespacial.....	47
<b>CAPÍTULO 3. “QUANDO VI UM BOCADO DE GENTE DESCENDO AS FAVELAS”.....</b>	<b>55</b>
3.1 Um olhar perspectivo.....	55
3.2 As implicações na escolha do objeto e coleta de dados.....	57
<b>CAPÍTULO 4. ANÁLISE DO CAMPO EMPÍRICO.....</b>	<b>67</b>
4.1 A oficina de corte artístico.....	67
4.2 O que está em jogo?.....	77
4.3 As produções de saber no Programa Fica Vivo!.....	81
4.4 As oficinas do Programa Fica Vivo! compreendidas como tecnologias de segurança de uma estratégia biopolítica.....	87
<b>CAPÍTULO 5. MODOS DE SUBJETIVAÇÃO.....</b>	<b>99</b>
5.1 Discussão sobre a subjetivação e suas nuances.....	99
5.2 Singularizar-se para resistir.....	106
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>112</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>117</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>124</b>

## INTRODUÇÃO

*“Creio, então, que um escritor consciente tem, antes de se manifestar, saber muito bem até que ponto a sua crítica pode ser construtiva ou negativa. Isso não significa ficar covardemente calado, mas sim compreender a diferença entre tempo e contratempo, e acatá-la, revolucionariamente.”*  
(Julio Cortázar, in Gonzalez, 2002).

Para quê se escreve? Para quem? E por quê?

Escreve-se para registrar, documentar, historicizar... E também para ser lido.

Escreve-se para tentar responder a perguntas que nos embalam e nos jogam em algum canto perdido. Escreve-se para pensar, para por o pensamento em movimento vivo, e levá-lo a algum lugar. Lugar nada seguro.

Não se escreve, ou pelo menos penso que não se deve escrever rumo ao conforto, ao porto ou a um pouso seguro. Escrever nunca é sinônimo de apaziguamento. Do início ao fim, chegamos ao sentimento máximo de dever cumprido, a partir da valoração de um esforço, de um trabalho, de um investimento. Mais do que felicidade ou tranqüilidade, alcança-se um alívio, como um respiro sobre o mar antes de mergulhar de novo.

A escrita se parece muito mais com um caminhar à beira do abismo do que com um passeio desarmado em um bosque ou uma praça. Como nos atenta Deleuze, escrever vale à pena quando nos coloca à beira da ignorância, na tentativa de alcançar algo de que não sabemos.

Escrever deve ser sempre uma tentativa de descoberta de algo ou de si. E quando escrevemos nos escrevemos. Quando se escreve, escreve-se sobre si, escreve-se de si. Por isso, optei em escrever todo o trabalho na primeira pessoa.

A pergunta central deste trabalho é evidentemente uma pergunta própria, pessoal, que me movimenta, me põe a trabalho e se retrata nos olhares que construo e reflexões que faço. Escrevi essas páginas evidenciando sempre um olhar, uma perspectiva, buscando cavalgar com meus aliados. Nietzsche, Foucault, Deleuze e seu companheiro Guattari estiveram sempre ao lado, advertindo e aconselhando, troteando o pensamento quando este se acomodava. Como um fidalgo, cruzei algumas batalhas que não me levaram a lugar algum. Encontrei-me e me perdi. Foram as mais graves e saborosas batalhas.

Certo de que se tratava de um extenso percurso e que não sabia exatamente como seria o seu fim, tratei também de me conceder algumas tréguas. As pausas e os momentos de sossego foram cruciais para tomar de novo o fôlego. O objetivo dessas cavalgadas, como o de Riobaldo, era encontrar o diabo na rua, no meio do redemoinho. Estar onde as coisas acontecem. A meta era capturar acontecimentos, localizar rupturas.

De fato não sei ao certo quando essa história toda começou. Também não sou muito afeito a origens. Minha intenção, longe de tentar descobrir o início e o fim, períodos de regularidades, continuidades, foi capturar as interrupções, as suspensões, as reticências, os cortes, as descontinuidades.

Assim como Rosa, que diz que o real não está nem na saída nem na chegada, mas se dispõe no meio da travessia, acho interessante pensar a vida em devir. Acostumei-me a pensar em rizomas, trajetórias, processos, percursos.

Não me pergunto sobre o fado ou sorte de cada um. Prefiro pensar os efeitos que uma bifurcação pode provocar. Não estou habituado a pensar em causalidades, procurar o porquê das coisas. Não me interessa a conversa de onde viemos ou para onde vamos, procurar a razão disso ou daquilo. Gosto mesmo é do corte, da descontinuidade, do acidente, do acaso, do intempestivo. Apeguei-me à idéia de pensar as saídas, as possibilidades de traçar linhas de fuga e de invenção.

A proposta desse trabalho foi pensar o controle, a produção de saberes, as relações de poder e as possibilidades de subjetivação, utilizando uma política de base local de prevenção à criminalidade do estado de Minas Gerais como alicerce, como ângulo de referência, como recorte histórico e espacial. Pensar como as rotas dos percursos de vida se desviam, passam por acidentes e se modificam; como se retoma a direção depois de uma encruzilhada e como se operam os agenciamentos diante de uma trajetória em bifurcação; como se bifurca, o que faz bifurcar e de que forma se busca uma linha, seja para fugir, para escapar de outras tantas, seja para montá-la e cavalgá-la.

Pensar a favela como objeto e seus moradores como sujeitos de uma pesquisa que procurou conflitar discursos, emergirem saberes deslegitimados, pensar as relações que se estabelecem numa determinada localidade atravessada pela intervenção do Estado num ponto muito específico, a criminalidade violenta e homicídios.

Realizei minha pesquisa de dentro, estabelecendo uma discussão conceitual em relação com uma política da qual faço parte, o programa Fica Vivo!. O exercício de conciliar o trabalho e a pesquisa criou vários elementos facilitadores e atravessamentos que dificultaram minha análise.

Participar do programa Fica Vivo! me deu a oportunidade de aprofundar o entendimento sobre um fenômeno bem contemporâneo, o alto e espantoso índice de homicídios entre jovens de determinadas regiões das cidades e a tentativa de uma resposta a esse fenômeno por parte do Estado. A partir daí me esforço em compreender como jovens inseridos nesse contexto inventam suas vidas, constroem suas trajetórias, pelo que são atravessados, quais seus dilemas e suas alegrias.

Minha trajetória no programa Fica Vivo! se inicia em dezembro de 2006, como estagiário na Pedreira Prado Lopes, região central de Belo Horizonte. Favela pequena, vertical, repleta de becos e vielas, com alta densidade populacional. Presente na mídia, carrega a fama e notoriedade de favela responsável por fomentar o tráfico de drogas e armas em tantas outras favelas do município.

A favela também é alvo de grande visibilidade devido ao enorme número de usuários de crack que percorrem suas mediações durante todo o dia, fazendo uso indiscriminado, à luz do sol, à vista de todos. Uma parte da favela ganhou por isso a alcunha de “cracolândia”.

Aprendi na pedreira que “sabendo chegar”, se anda em “qualquer lugar”. Conheci pessoas incríveis, territórios surpreendentes, dinâmicas de vida inusitadas.

Formo-me no final de 2007 e passo a trabalhar como técnico social do programa Fica Vivo! na região norte-nordeste da cidade, nos bairros Ribeiro de Abreu, Paulo VI, Conjunto Paulo VI e Novo Aarão Reis, onde permaneço por quase dois anos. Região de urbanização tardia, distante do centro da cidade, com resquícios de ruralidade, pobre em investimentos e infra-estrutura, com uma população com baixo acesso à cultura e educação. Embora alguns moradores denominem a região como favela, eu preferiria nomear como periferia. São bairros populares que misturam ocupações regulares e ilegais, ou seja, parte da população mora em conjuntos habitacionais e casas com título de propriedade, enquanto outros vivem em ocupações ilegais, sem título de posse ou propriedade<sup>1</sup>. A região praticamente não possui becos e é majoritariamente horizontalizada, com grande área ainda inabitada, localizada fora do cinturão da cidade.

Ainda como técnico social, tenho a possibilidade de trabalhar na maior e mais populosa favela de Belo Horizonte, a Serra, na região sul de Belo Horizonte. Local

---

<sup>1</sup> A discussão sobre posse e propriedade se coloca atualmente como um dos principais conflitos de paradigmas sociopolíticos e jurídicos. O art. 1.196 do Código Civil define a posse como sendo o exercício pleno ou não de alguns dos poderes inerentes à propriedade. A posse pode ser considerada a relação pessoa-coisa fundada na vontade do possuidor, enquanto a propriedade liga a pessoa à coisa através da vontade objetiva da lei. Posse é o poder de fato sobre a coisa enquanto a propriedade é o poder de direito. A segurança da posse decorre das condições de um pacto sociopolítico.

muito rico culturalmente, com vasto comércio e uma diversidade de serviços que oferta a seus moradores oportunidade de trabalho e consumo dentro de seu território. A favela também passou, no período que estive lá, por um processo de reurbanização com grandes intervenções da prefeitura como construção de avenidas, ruas largas, praças e prédios.

Trabalhando na Serra por apenas cinco meses, pude verificar uma relação diferente de sua população com a cidade, se comparada aos outros lugares que citei acima. A favela possui em comparação aos outros espaços, maior capital cultural, maior número de organizações sociais e serviços públicos. Os moradores estão dentro da zona sul de Belo Horizonte, muito próximos de bairros das classes alta e média-alta como Serra, Savassi e Mangabeiras. Várias das escolas e centros de saúde utilizados pelos moradores estão fora da favela e dentro dos bairros luxuosos. Estão em contato direto com espaços “privilegiados” da cidade, ofertas para consumo sofisticado, acesso à cultura e lazer e possibilidade de relação direta com a população que utiliza esses espaços da cidade.

Praticamente todos osicineiros<sup>2</sup> da Serra são moradores da favela. A maioria deles é universitária ou já se formou. Alguns já tiveram a oportunidade de fazer viagens internacionais pela América e Europa, graças ao ofício que aprenderam em projetos sociais e em grupos culturais e que agora replicam em suas oficinas.

Em novembro de 2009 saio do Aglomerado da Serra e passo a ocupar o cargo de supervisor metodológico, acompanhando o trabalho de nove equipes de técnicos sociais do programa Fica Vivo!, sendo três em Belo Horizonte, três na região metropolitana da cidade e três no interior do estado.

Embora deixe de vivenciar experiências que só o trabalho na “ponta” produz, passo a ter acesso a histórias e cenários dos mais variados. É possível a partir daí construir um olhar mais panorâmico e estratégico da política que atuo. Ocupar essa posição me autorizou conhecer melhor a estrutura do Estado, seu discurso, os dilemas enfrentados na sustentabilidade da política, sejam eles estruturais, políticos, ou provenientes do próprio recorte metodológico.

Depois de mais de quatro anos de vivência no programa, de algumas caminhadas e de alguns tombos, subindo e descendo morros, andando em ruas ou atravessando becos em todos esses lugares onde atuei como profissional, tive encontros formidáveis.

---

<sup>2</sup> Osicineiros são os profissionais que executam as oficinas do programa Fica Vivo nas localidades onde está instalado o programa. Sua função e suas especificidades estão descritas ao longo do trabalho.

Conheci muita gente, muitas histórias e infelizmente algumas delas marcadas pelo trágico desfecho da violência.

Momentos e estados de excitação e agitação intensa, pois a favela é realmente algo de fervilhar. Nesse trajeto, alguns nomes e afetos foram ficando na memória. Pedro Henrique (*in memoriam*), Jéssica, Júlia, Binha, Mimi, Dona Rosana, Humberto, Gamel, Mikin, Vinícius, Fabiano, Tikin, Branco, Danilo, William, Paraíba, Wilker, Elton, Neci, Serginho, Gláucio, Guilherme, Adelson, Branca, Keko, Binho, Marcelo, Mateus, Bruna, Rei, Sheilinha, Culu, Wilton, Tiago Gato, Jairo, Wilson, Tiago, Peter, Kadu, Marcinho, Simone, Hebert, Bárbara, Betinho, Kenedy, Michel, Maxwell e tantos outros que guardo o olhar, o sorriso, a expressão, e que afetou em algum momento o caminho que esse trabalho tomou. Pessoas que gostava e gosto de estar perto, de conversar, de conviver, trocar idéias, aprender.

Conheci artistas na arte de viver. Pintores, dançarinos, compositores, cantores, artesãos, esportistas, estudantes, pais de família, vendedores, garçons, pedreiros, profissionais de chão de fábrica, sambistas, agenciadores do tráfico, jovens cumprindo e em descumprimento de medidas sócio-educativas, envolvidos em conflitos que limitam sua circulação, que formatam e fortalecem territórios.

Nesse trabalho e nessa pesquisa conheci territórios de amor, compaixão, descontração, sorrisos, afetos, e também violência. Territórios segregados, degradados, ocupados, invadidos, escassos de serviços públicos, carentes de acessos, praticamente abandonados pelo Estado.

Todos os lugares que conheci, através do programa Fica Vivo!, possuem suas particularidades, seus processos singulares de formação, habitação, territorialização. Mas há algo em comum que faz com que o programa seja instalado em todos eles: terem passado em algum momento nas duas últimas décadas por um expressivo aumento do número de homicídios em seus territórios. Mais do que isso, têm em comum o fato dos homicídios se concentrarem na população jovem.

Esses lugares reproduzem a triste história de jovens que se matam dentro de suas comunidades<sup>3</sup>, dentro dos territórios que eles próprios constroem ou em interface de mais territórios, no limite de cada um deles, produzindo vítimas e algozes da violência.

---

<sup>3</sup> O termo comunidade é utilizado aqui por fazer parte do vocabulário dos moradores, por se autodenominarem como moradores de uma comunidade, e não como categoria que possa predizer de pessoas em conformidade de sentimentos e comunhão de interesses. O termo é utilizado pelos moradores como uma noção muito mais geográfica, designando a região, do que de forma relacional, com

O par juventude e violência tem se estabelecido historicamente no Brasil e no mundo, o que corrobora a necessidade de políticas públicas com o recorte delimitado pelo programa Fica Vivo!.

“Jovens adultos e adolescentes estão envolvidos, seja como autores, seja como vítimas, na maior parte dos crimes e situações de violência em todo mundo. As políticas públicas de segurança orientadas para a prevenção devem, então, oferecer uma atenção especial à juventude e à adolescência”. (SENASP, 2005, p.38).

Os homicídios são provocados em sua grande maioria por jovens, pertencentes ou não a gangues formadas dentro das comunidades. Na imensa maioria dos casos, são moradores da mesma favela, da mesma periferia. Os homicídios raramente são provocados por pessoas ou grupos não pertencentes às localidades onde são consumados. Vítimas e agressores coabitando o mesmo espaço, formando gangues, produzindo rivalidades, reforçando territórios que se tornam, às vezes, quase intransponíveis.

Essa constatação alimenta uma angustiante pergunta, a necessidade de compreender como iguais, jovens marcados por relações de poder que os colocam numa mesma condição de exclusão e segregação, produzem uma batalha campal, uma guerra<sup>4</sup> civil que mina possibilidades de agenciamentos de vida e culminam muitas vezes em morte.

Surge então, a partir de alguns incômodos oriundos da prática no programa Fica Vivo!, de suas perspectivas metodológicas e de seu discurso, produzido como política de segurança pública de prevenção à criminalidade, a pergunta de como um programa de controle de homicídios, além de produzir controle sobre os jovens atendidos, pode auxiliar na construção de agenciamentos de outras trajetórias.

A pesquisa procurou mostrar as armadilhas presentes em processos de controle e a possibilidade da subjetivação, dos processos de subjetivação: arrepios históricos, captura de acontecimentos, astúcias, perspicácias. Em toda trama, toda rede de relações e particularidades produzidas historicamente, orienta minha atenção a compreensão de

---

compromisso e coesão social. O termo comunidade substantiva-se, não necessariamente apresentando aspectos adjetivantes.

<sup>4</sup> O termo também é utilizado pelos jovens e pelos moradores para nomear a situação de conflito entre gangues de jovens dentro das favelas.



acontecimentos que possam fazer bifurcar, fugir de onde se assenta e produzir diferenças.

Interessa-me e me põe a trabalho pensar o impacto, a intensidade, a força de um acontecimento. Quais agenciamentos um acontecimento consegue produzir? Qual é o impacto que um acontecimento pode provocar?

E como o poder circula. Quis compreender as minúcias da circulação do poder no grupo específico de jovens que povoa a oficina que acompanhei nessa pesquisa. Compreender as relações de força e quais posições apontam para sujeitos possíveis. Que operações aparentemente insignificantes podem produzir certa regulação. Entender como uma oficina pode funcionar como tecnologia de segurança e produzir vigilância, controle, em um ambiente de fluxos intensos de corpos e sem barreiras de confinamento, onde a rua e a casa se confundem.

Pensar o saber e suas potências legitimadoras, a produção de verdades, dominações e segregações. Apontar contraposições de discursos e espaços de descontinuidades discursivas.

É com essa multiplicidade de questões e concretudes que estabeleci aqui uma tentativa de análise, na beleza e no encrucecer desses encontros, na força e na potência de relações que agenciam acontecimentos, direções, estratégias, saberes.

A proposta desse trabalho foi então contextualizar um mecanismo particular de controle, um modelo contemporâneo de regulação e fazer ver o que está em jogo, quais relações estão postas e quais as possibilidades de invenção nesse espaço. Que acontecimentos irrompem, qual diferença é possível e de que forma se produz.

A escolha pela favela como objeto, e de seus moradores como sujeitos dessa pesquisa, está impregnada de intensidades. Participar da história e da vida de vários de seus moradores proporcionou-me experiências de estranhamento e familiaridade, possibilidade de me sentir como um outsider, de investigar e me investigar. Acompanho Diógenes (2008) quando diz que investigamos temas que estejam mobilizando processos internos. Ao investigar, nos investigamos.

“A experiência, quando é vivida sob o signo da abertura, faz do pesquisador alguém que atua no centro da trama dos acontecimentos. Alguém que, ao ousar lançar-se em cartografias estrangeiras na condição de viajante, torna-se um instigante contador de histórias de outros mundos. Para compreender a experiência dos nossos “informantes” – categoria que sempre considerei um

tanto quanto instrumental e burocrática – é necessário que estejamos atentos às nossas próprias experiências”. (DIÓGENES, 2008, p.19).

Optei por uma pesquisa empírica que se sustentasse no campo, na experiência, porque, como Diógenes (2008), “gosto de gente e de escrever, de olhar e escutar o mundo”.

Privilegiar o campo é uma tentativa de construir respostas teóricas e científicas à realidade e aos fenômenos que se apresentam, ao contrário de querer fazer com que o mundo se encaixe em uma e mesma teoria sempre. O pensamento aqui quer ser vivo para se apropriar das teorias que puderem ser suporte de entendimento e compreensão.

Os textos e documentos que serviram de referência para descrição e análise do programa Fica Vivo!, bem como da favela onde foi realizada a pesquisa e a oficina que foi acompanhada, foram escolhidos mais pela força que me pareciam possuir e pelos efeitos que poderiam suscitar, do que por uma automática legitimidade institucional. Utilizei-me de relatórios produzidos pela equipe técnica que realiza o trabalho na região e acompanha a oficina, de relatórios de pesquisas, documentos, decretos, livros, jornais.

A pesquisa descrita aqui foi realizada na favela conhecida como Barragem Santa Lúcia, ou como Morro do Papagaio, localizado na zona sul de Belo Horizonte.

Essa dissertação divide-se em cinco capítulos. O primeiro capítulo tratou da Política de Prevenção à Criminalidade do Estado de Minas Gerais, apresentando seu discurso, seus programas, o histórico de implementação da política e o cenário social da época, no que tange à criminalidade violenta e homicídios. Discorreu sobre o Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!, esmiuçando sua estrutura de funcionamento, seus atores e seus dispositivos.

O segundo tratou do campo específico onde foi realizada a pesquisa. Descreveu a favela e seus territórios, sua localização e processos de segregação envolvidos na produção da cidade.

O terceiro capítulo compreende uma discussão epistemológica e as escolhas metodológicas. Tratou de meu percurso na pesquisa, buscando evidenciar as nuances de uma produção atravessada pela transversalidade institucional, uma vez que me encontrava em duplo papel de pesquisador e ator da política que analisava. Utilizei como ferramenta metodológica a Análise de Implicação tendo como referência a Análise Institucional francesa.

O quarto capítulo buscou analisar como o Programa Fica Vivo! opera em com contradições ao produzir controle e normalizações, mas também possibilidades de subjetivação. Adotei como referência central as teorizações foucaultianas em suas três categorias centrais: saber, poder e subjetivação.

O capítulo quinto discute os modos de subjetivação e a trajetória do oficinairo que ministra a oficina acompanhada na pesquisa.

O trabalho se encerra com considerações finais recapitulando algumas críticas ao programa e evidenciando as construções analíticas que considerei mais fundamentais.

## **CAPÍTULO 1. A POLÍTICA DE PREVENÇÃO À CRIMINALIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

### 1.1 Contextualizando historicamente o crescimento da criminalidade violenta e dos homicídios no Brasil e no estado de Minas Gerais

Os indicadores de crescimento da violência e criminalidade nos grandes centros urbanos do Brasil acentuam-se a partir da década de 1980, destacando a segurança pública como tema prioritário na agenda pública nacional. Em Minas Gerais, estudos evidenciaram um aumento significativo de homicídios a partir de 1990.

Em 1986 a taxa de crimes violentos em Minas Gerais era de cerca de 100 por grupo de 100 mil habitantes. Em 2003, chega-se ao número de 500 crimes violentos por grupo de 100 mil habitantes (MINAS GERAIS, 2009).

Uma análise espacial da ocorrência desses homicídios no estado revelou que o fenômeno concentrava-se em determinadas regiões de algumas cidades, especialmente em alguns aglomerados, vilas e favelas. Os estudos demonstravam ainda que os envolvidos nos homicídios, vítimas e agressores, coabitavam o mesmo espaço e eram em sua maioria jovens envolvidos com a criminalidade.

“Trabalhando com os dados de homicídio para o município de Belo Horizonte, percebe-se que a mídia não tem exagerado em ressaltar índices alarmantes de violência urbana. Nesta cidade, as taxas de homicídio tem apresentado uma forte tendência de crescimento, especialmente a partir de 1997. As taxas da Polícia Militar cresceram mais de 100% nos dez anos analisados (...) No caso da polícia civil, verifica-se que as taxas cresceram 66% nos dez anos analisados”. (SILVA, 2000, p.19-20).

Silva (2000) analisa o crescimento de homicídios em Belo Horizonte de 1990 a 1999 e também verifica que os homicídios acontecem com maior frequência após as vinte e duas horas e nos finais de semana. Elenca ainda os principais elementos motivadores ou relacionados aos homicídios segundo as polícias Civil e Militar.

“Em 1999, a Polícia Civil apurou 375 homicídios em Belo Horizonte. 49% deste total tinha alguma relação com o tráfico de drogas, seja por luta por pontos de venda ou por acerto de contas, em 27% dos casos o motivo fora vingança pessoal, 7% por motivos passionais e em 5% havia alguma relação

com bebidas alcoólicas (...) Dos 350 registros da Polícia Militar em 1998 em que consegue-se determinar o instrumento utilizado, 73,1% ocorreram com arma de fogo, e o restante dos homicídios ocorreram com arma branca”. (SILVA, 2000, p.23-24).

Silva (2000) utiliza a noção de “oportunidade do crime”, para demonstrar que as taxas de homicídios não estão relacionadas às características dos criminosos, mas às circunstâncias em que os crimes ocorrem e aponta para três elementos essenciais: um ofensor motivado, um alvo disponível e a ausência de um guardião, não necessariamente entendido como a polícia. A partir destes elementos essenciais se formaria um tripé e que a simples ausência de um desses fatores preveniria os crimes de homicídio. Foi possível verificar a partir do acompanhamento das práticas estabelecidas pelo Programa Fica Vivo! que os oficinairos podem funcionar não apenas como guardião, mas também mediando conflitos.

A idéia de que o crime não seja determinado pelas características do potencial homicida, mas atrelado às circunstâncias e processos históricos é interessante, pois descaracteriza o caráter ontológico atribuído ao indivíduo que comete um crime e faz possível se pensar em possibilidades discursivas além de enunciados solapadores, como bandido, marginal, vagabundo.

No Guia de Prevenção (2005) publicado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), encontramos uma afirmativa sobre a multiplicidade de motivações para o crime e de circunstâncias favoráveis, além de apontar para o caráter reprodutivo de vitimizações.

“As razões para este fenômeno são muitas, mas as mais importantes estão vinculadas às circunstâncias percebidas pelos infratores como favoráveis. Se elas não forem alteradas, a tendência é a repetição da experiência de vitimização. Esses casos ocorrem com muito mais freqüência do que se imagina. Alguns estudos europeus chegaram a estimar que 4% das vítimas experimentam 44% de todos os crimes. Nos EUA, 10% das vítimas estão envolvidas em 40% dos crimes. Situações como a miséria ou a exposição freqüente a agressões racistas favorece a múltipla vitimização”. (SENASP, 2005, p.32).

A experiência no programa Fica Vivo! demonstra que os jovens vitimados pela violência e pelos homicídios são em sua maioria negros e do sexo masculino. É fácil

verificar que os locais onde a violência e homicídios se instalaram em Minas Gerais são espaços de vulnerabilidade social, sem planejamento público. Recursos como água encanada, luz, pavimentação e saneamento básico tiveram que ser conquistados em lutas históricas com o poder público.

Marta Conte (2010) argumenta que a vulnerabilidade não está reduzida a situações de pobreza e que um indivíduo torna-se vulnerável quando enfrenta situações que levam ao rompimento de vínculos sociais com o trabalho, com a família ou com a comunidade, compreendendo o homem como cidadão e sujeito de direitos. A vulnerabilidade não se reduz somente ao grau de apoio social em relação aos comportamentos de determinado indivíduo, mas se amplia para a possibilidade de riscos e ao acesso ao serviço e políticas públicas.

Porém, o alto índice de homicídios está relacionado a múltiplos fatores e é impossível elencar todos eles. Pode-se, no entanto, dizer que condições históricas como o racismo<sup>5</sup>, a baixa escolaridade e falta de oportunidades de trabalho a determinados setores da população, o preconceito produzido em relação a alguns espaços da cidade e a segregação dos mesmos, somados a pouca presença do poder público produziram o cenário contemporâneo de territórios segregados, degradados, deficientes em mecanismos de proteção social e com significativo aumento da violência e criminalidade.

Na experiência no programa Fica Vivo! é possível verificar que se produzem territórios de combate e rivalidades num processo que em alguns momentos e locais, as razões escapam inclusive aos moradores, que se vêem dentro de um cenário de reprodução de homicídios sem a noção de como tudo isso foi desencadeado. É como se as rivalidades, em alguns casos, perdessem o lastro.

Luta-se, mata-se pela disputa do território, pelo controle do tráfico, e também por banalidades, pela continuação e fortalecimento de territórios que se solidificaram, invadiram o imaginário da população e determinaram limites geográficos, afetando não só os envolvidos diretamente nos confrontos, mas a todos.

É nesse contexto, como tentativa de resposta a estes fenômenos que se cria o Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!, uma ação da Superintendência de

---

<sup>5</sup> Questões de etnia, raça e gênero não foram aprofundadas por entender que os temas são de grande complexidade e extensa compreensão e de que extrapolaria o âmbito da pesquisa. As categorias de análises de um trabalho empírico são inesgotáveis e é necessário optar por algumas delas, o que fiz quando privilegiei trabalhar com o território, as relações de poder, as estratégias de produção de saber, controle, vigilância e subjetivação.

Prevenção à Criminalidade (SPEC), da Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS) do Estado de Minas Gerais.

## 1.2 Historicizando a criação da Secretaria Estadual de Defesa Social (SEDS) e apresentando suas ações

A Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS) foi criada em 12 de dezembro de 2002 pela Lei Delegada 56, Resolução 5210, em substituição à Secretaria de Segurança e Justiça e representa um redesenho de uma Política Estadual de Segurança Pública.

Em 2003 a SEDS passa a agrupar, além das polícias militar e civil, bombeiros, administração penitenciária e medidas sócio-educativas, a prevenção à criminalidade.

Como forma de responder ao fenômeno de crescimento de crimes violentos e homicídios, a SEDS cria o Plano Estadual de Segurança Pública de Minas Gerais, que norteará toda a política da secretaria, suas estratégias de ação, seu planejamento.

Luiz Eduardo Soares, um dos maiores especialistas brasileiros a cerca da segurança pública, coloca Minas Gerais em destaque ao proferir (comunicação pessoal, em um Seminário da SPEC no ano de 2010) que o estado possui uma política de prevenção avançada, modelo para o país.

No entanto, o estado possui a segunda maior população carcerária do Brasil em números absolutos, ocupando a terceira posição quando se trata de números relativos a 100.000 habitantes<sup>6</sup>, de acordo com o Sistema Integrado de Informações Penitenciárias (InfoPen) do Ministério da Justiça.

O Plano Estadual de Segurança Pública contempla ações em todos os segmentos da SEDS e conta com quatro pilares: a reforma e profissionalização do sistema prisional, o atendimento às medidas sócio-educativas, a integração policial, além da prevenção social à criminalidade.

A Superintendência de Prevenção à Criminalidade (SPEC) corresponde a esse novo desenho institucional desenvolvido em 2003, tendo por foco uma política de segurança integrada à sociedade, com programas e ações para localidades com altos índices de violência e criminalidade.

---

<sup>6</sup> Dados referentes a junho de 2010. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br>>. Acesso em: 01 de mar. de 2011.

A SPEC tem por objetivo elaborar e coordenar ações de prevenção à criminalidade, e o que se busca com esse novo desenho institucional é a construção de novas relações entre sociedade civil e os órgãos da defesa social e justiça (Ministério Público, Poder Judiciário, Defensoria Pública, Polícia militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros).

A política de prevenção à criminalidade inaugurada pela SPEC tem como objetivo a diminuição da criminalidade e seus efeitos, a partir de ações focadas na reversão de fatores de risco por meio de fatores de proteção. Por fatores de risco entende-se o aumento da probabilidade de incidência de violência ou de seus efeitos negativos, embora não a determine. Fatores de proteção são os que reduzem essas probabilidades; quanto maior a presença de fatores de risco, maior a probabilidade de incidência e de efeitos negativos de crime e violências; quanto maior a presença de fatores de proteção menor a probabilidade de incidência e de efeitos negativos de crime e violências.

O Guia de Prevenção do SENASP (2005) aponta as armas, drogas e gangues como os três fatores de risco fundamentais a serem enfrentados pela segurança pública e a necessidade de políticas específicas de prevenção para que se possam produzir fatores de proteção.

As discussões sobre armas e o tráfico de armas não são realizadas pela SPEC, ou aparecem de forma muito incipiente. Discutem-se os homicídios, as formações de gangues, o tráfico de drogas, mas a temática das armas é silenciada, o que evidencia uma enorme contradição. Alba Zaluar (comunicação pessoal, em um Seminário da SPEC no ano de 2008) denunciou essa lacuna, alertando os limites para o avanço de uma política pública que não se debruce sobre o tráfico de armas.

Dentro da Superintendência de Prevenção à Criminalidade (SPEC) está a Diretoria de Promoção Social da Juventude (DPSJ), responsável pela execução do programa Fica Vivo!, além da Diretoria de Implantação e Gestão de Núcleos (DIGN), a Diretoria de Articulação Comunitária (DAC) e Diretoria de Reintegração Social (DRS). A SPEC trabalha com a conceituação de prevenção primária, secundária e terciária e com a realização de diferentes abordagens. As ações de prevenção estão divididas em diretorias a partir da especificidade de atuação de cada programa implementado e para o atendimento de um público específico.

A prevenção primária tem foco prioritário nos fatores de risco e proteção *in loco*, a partir da percepção de espaços que vivenciam de forma mais determinante situações



de violências e criminalidade e que, conseqüentemente, produzem maior vulnerabilidade e suscetibilidade a processos de criminalização e vitimização.

O Guia de Prevenção do SENASP (2005), chama a atenção para a reprodução de vitimizações e a necessidade de produção de fatores de proteção que justificam a atuação local.

“Normalmente, quando o fenômeno da vitimização repetida se verifica, há uma tendência de que a repetição ocorra rapidamente. Por isso, os esforços de prevenção neste particular devem ser encarados como decisivos e urgentes. Uma providência rápida para o reparo do dano causado ou para a proteção da vítima irá, muito provavelmente, impedir um novo crime. Essa será uma forma, também, de priorizar a proteção às pessoas mais fragilizadas. Como os casos de vitimização repetida são muito mais altos nas comunidades que sofreram com os crimes mais graves, o interesse pelo tema também coincide com o critério público de priorizar essas áreas”. (SENASP, 2005, p. 33).

Os núcleos locais de prevenção à criminalidade (NPC's) são compostos pelos programas Fica Vivo! e Mediação de Conflitos e atuam na prevenção primária, atualmente instalados em vinte e sete regiões<sup>7</sup>. O Fica Vivo! é orientado para o atendimento de jovens em situação de risco social, enquanto o Mediação de Conflitos se volta para prevenção e resolução de conflitos, ambos para residentes nas áreas com maiores índices de criminalidade de Minas Gerais. São programas executados pela Diretoria de Promoção Social da Juventude (DPSJ) e pela Diretoria de Articulação Comunitária (DAC), respectivamente.

A prevenção secundária tem ações dirigidas à interrupção dos processos de criminalização e violência e a limitação de danos causados pelo envolvimento de pessoas e grupos envolvidos nestes contextos. O programa Central de Apoio e Acompanhamento às Penas e Medidas Alternativas (CEAPA) acompanha a execução de penas e medidas alternativas aplicadas a indivíduos infratores, considerados de menor potencial ofensivo.

A prevenção terciária destina-se a pessoas que sofreram processos de criminalização e cerceamento de liberdade, visando diminuir os efeitos desse processo, desconstrução de vulnerabilidades, estigmas, violências. O público atendido é o egresso do sistema prisional, através do Programa de Reintegração do Egresso do Sistema

---

<sup>7</sup> Número de NPC's até dezembro de 2010.

Prisional (PRESP). Os dois programas, CEAPA e PRESP compõem o núcleo de base municipal e são executados pela Diretoria de Reintegração Social.

Já no final dessa pesquisa, em janeiro de 2011, a SPEC passa por um momento de reestruturação. Com mais uma mudança de governo, a SPEC ganha através da Lei Delegada 180, de 20 de janeiro de 2011, o *status* de Coordenadoria Especial de Prevenção à Criminalidade.

### 1.3 O Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!

O Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo! busca a redução e controle do número de homicídios nas regiões onde está implantado em Minas Gerais, por meio de ações de prevenção e repressão nas regiões detectadas como as de maior volume de homicídios e ações criminosas.

Voltado para jovens<sup>8</sup> de 12 a 24 anos, considerados em situação de risco social e residentes nas áreas com maior índice de criminalidade e homicídios do estado, o programa executou em 2003 seu projeto piloto no Morro das Pedras, região oeste de Belo Horizonte.

O morro das Pedras se destacava à época como favela de alto índice de criminalidade violenta e homicídios em Minas Gerais. Após a constatação da significativa diminuição dos homicídios com a implementação do projeto piloto, o programa foi institucionalizado e expandido para outras regiões. Foi no Morro das Pedras que o Programa de Controle de Homicídios ganhou, através do atendimento aos jovens, a marca que se traduz como um enunciado: Fica Vivo!, carregando o imperativo que dá ao programa a razão de ser.

O programa foi institucionalizado pelo governo do estado de Minas Gerais em maio de 2003 a partir do decreto 43.334/03. No decreto destaca-se a afirmativa do crescimento substancial das taxas de homicídios, notadamente nos grandes centros urbanos; a concentração desses crimes em áreas degradadas destes centros; a consideração das gangues como problema central; e a necessidade de uma política específica para as áreas de risco cujos indicadores de criminalidade violenta

---

<sup>8</sup> O IGBE e as políticas públicas classificam o jovem como pertencente à faixa etária entre 15 e 29 anos. O programa Fica Vivo! classifica seu público como jovem, atendendo, porém, a faixa etária de 12 a 24 anos. A escolha por essa faixa etária se fez a partir dos percentuais que a apontavam, naquele momento como concentradora das ações que culminam em homicídios. Gangues constituídas a partir de territórios rivais, vinculadas ou não ao tráfico, responsáveis pela incidência de criminalidade violenta a partir da delimitação dos territórios.

justificassem sua implantação, com a finalidade de reduzir a incidência de homicídios dolosos e empreender um combate à criminalidade.

O decreto 43.334/03 de institucionalização do programa Fica Vivo! também aponta

“que mais da metade dos homicídios nestas áreas degradadas envolvem conflitos pessoais e são relacionados ao comércio de drogas ilícitas, motivadas por disputas entre gangues de jovens por pontos de venda de substâncias entorpecentes ou mesmo acerto de contas entre os indivíduos” (MINAS GERAIS, Decreto 43.334, 2003, p.1).

Uma análise espacial realizada pelo Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP) constatou que os homicídios estavam concentrados em áreas específicas da cidade, especialmente em algumas vilas e favelas e que os envolvidos com os homicídios eram em sua maioria jovens. O mapa construído orienta as regiões onde se deram e se dão a implantação do programa em seu caráter local. Instalam-se nessas regiões o equipamento público denominado Núcleo de Prevenção à Criminalidade (NPC).

Em 2004 eram cinco núcleos em funcionamento e cerca de 2000 jovens atendidos. Até o fim de 2010, o programa estava instalado em 27 regiões, incluindo Belo Horizonte, região metropolitana de Belo Horizonte e interior do estado, com mais de 600 oficinas, atendendo cerca de 15.000 jovens.

As ações do programa Fica Vivo! são baseadas em dois eixos de atuação: Intervenção Estratégica e Proteção Social, que devem compreender a dinâmica criminal local<sup>9</sup> e construir intervenções que busquem interromper um cenário de mortificação, produzindo prevenção.

A Intervenção Estratégica objetiva a articulação entre Polícia Civil, Polícia Militar, Poder Judiciário e Ministério Público para coordenação e planejamento de “repressão qualificada” e para o levantamento de “alvos” envolvidos com a dinâmica

---

<sup>9</sup> O Programa Fica Vivo trata em sua metodologia da dinâmica criminal local, considerando-a como “Fatos e fenômenos de natureza social, cultural, territorial, criminal que interferem na incidência de crimes de uma determinada localidade. Fatores que interferem nessa incidência de uma localidade: histórico sobre a restrição da circulação da população em determinadas áreas; disputa por territórios; focos de vulnerabilidade social; cultura do silêncio nas comunidades; tipos de crimes mais comuns; localidade onde os crimes ocorrem; locais de uso e distribuição de drogas; horário que os crimes acontecem; faixa etária das vítimas e dos agressores; difusão das informações sobre a criminalidade, entre outros” (MINAS GERAIS, 2009, p15).

criminal local. Precisa realizar o levantamento de gangues, identificar seus membros e territórios de atuação, monitorar possibilidades de conflitos, enfrentamentos e revides.

“Repressão qualificada” e “alvos” podem ser considerados dois conceitos centrais utilizados pela Intervenção Estratégica nas ações e caracterizações das regiões onde o programa Fica Vivo! está implementado. Pelo primeiro termo se entende operações que se fazem produtivas e reconhecidas não por intervenções ostensivas grandiosas, com grande volume de policiais envolvidos, mas por um trabalho de inteligência policial para o levantamento do *modus operandi* de “alvos” envolvidos com a criminalidade local e apreensão dos mesmos. A “repressão qualificada” tem como estratégia mapear modalidades de crimes existentes, sua área de atuação, pontos de tráfico de drogas e seus líderes, gangues e cidadãos infratores.

Por “alvos” entendem-se, por sua vez, pessoas que afetam diretamente o número de homicídios e o quadro de rivalidade nos territórios. São pessoas (em sua grande maioria jovens) que conduzem e articulam as “guerras”, como os próprios jovens envolvidos e moradores denominam o quadro nessas regiões. Pessoas que executam mortes e organizam grupos armados com potencial ofensivo aos moradores locais.

Faz-se o monitoramento de “alvos” a fim de construir intervenções de “repressão qualificada”. Nos espaços do GIE se discutem “alvos”, o seu gerenciamento, evidências, determinações, encaminhamentos.

O programa Fica Vivo! tem em sua diretoria um ator específico para tratar desse braço do programa. É o Gerente de Intervenção Estratégica quem, juntamente com a Diretoria do programa Fica Vivo!, participa do Grupo de Intervenção Estratégica (GIE).

As reuniões do GIE acontecem com regularidade quinzenal. Estão presentes, além do Gerente de Intervenção Estratégica e Diretoria, Policiais Civis, Militares, Promotoria, Ministério Público e Poder Judiciário.

O Gerente de Intervenção Estratégica e Diretoria do Programa Fica Vivo! têm a importante função de problematizar o eixo da Proteção Social e posicionar o olhar do programa nas reuniões do GIE. São atores fundamentais para a contraposição de saberes construídos a partir da Proteção Social aos saberes construídos pela Repressão Qualificada.

Com o intuito de promover um patrulhamento fixo na região que possa desenvolver laços comunitários com os moradores e também potencializar a compreensão da dinâmica criminal local, acompanhar a mutabilidade e mobilidade do

crime, a Polícia Militar cria o Grupo Especializado em Policiamento de Áreas de Risco (GEPAR), participando ativamente do GIE.

O patrulhamento fixo aprimora o conhecimento da região e dos grupos rivais que diretamente influenciam no número de homicídios da região. Também pode inibir o comportamento truculento dos policiais, uma vez que também se tornam conhecidos pela população, pelos oficineiros, pela equipe técnica, pela direção do programa Fica Vivo!, e por todas as instituições presentes nas reuniões do GIE. A própria polícia também se torna alvo de vigilância. Cria-se um dispositivo de regulação dentro do próprio aparelho construído para regular.

O GEPAR é implantado em todas as regiões onde atua o programa Fica Vivo! e é orientado pela Instrução N° 002, documento que regula o emprego e confere atribuições aos policiais militares que participam desse grupamento específico.

“Sabendo que a estratégia de atuação nos aglomerados e vilas (áreas de risco), precisa ser diferenciada e de forma permanente com ênfase na prevenção, respeito aos direitos humanos e envolvimento comunitário, buscando combater a criminalidade nas causas e não nos efeitos, por acreditar ser essa a melhor forma de prevenir a ascensão criminal, a Polícia Militar de Minas Gerais resolve criar GEPAR (Grupo Especializado em Policiamento de Áreas de Risco) com responsabilidade territorial, para atendimento exclusivo a estas comunidades, promover a prevenção e repressão qualificada aos crimes violentos, com o objetivo precípua de tentar reduzir os altos índices de homicídios desses locais e traçar estratégias para reduzir a mão de obra disponível para a prática de crimes” (MINAS GERAIS, 2005, p.8).

O modelo do GEPAR está inscrito numa concepção de policiamento com desenvolvimento de ações preventivas planejadas, focalizadas e especificamente voltadas para o enfrentamento de problemas e situações estratégicas. Busca produzir mecanismos eficientes de controle, aperfeiçoamento de gestão do conhecimento e formulação de instrumentos de promoção da cidadania

Cada grupamento policial que forma o GEPAR tem um Tenente, Oficial da Polícia Militar, como comandante. O comandante possui diálogo permanente com diferentes níveis do programa Fica Vivo!, como a diretoria, o gerente de intervenção estratégica e a equipe técnica.

O Gerente de Intervenção Estratégica é responsável também em articular a possibilidade de diálogo entre a equipe técnica e os policiais que formam o policiamento local, ou seja, potencializar o mesmo embate de discursos que acontece nos grupos do GIE nas regiões onde o programa está instalado, nas comunidades.

São discutidas situações como a dinâmica criminal, a tensão entre territórios, possibilidade de embate de grupos de jovens, ameaças de morte entre integrantes de grupos. As reuniões funcionam como termômetro para a continuidade do trabalho da Proteção Social.

As equipes podem acionar o policiamento do GEPAR para discussão de estratégias de atendimento aos jovens, para discutir a tensão de uma região onde o eixo da Proteção Social quer intervir de alguma forma e quando há notícia que algum conflito armado que possa resultar em homicídios.

O diálogo entre atores da Intervenção Estratégica e atores da Proteção Social permite colocar em pauta um tema de enorme dificuldade no cenário nacional, a segurança pública. Permite ainda criar espaços de encontro entre comunidade e polícia, na tentativa de aproximar representantes de dois discursos, *a priori* divergentes. A polícia reproduz o discurso do bandido, enquanto os jovens e parte da comunidade reproduzem o discurso de que a polícia não é desejada pelos moradores, por ser criminalizadora, truculenta e por cometer ações de abuso de poder.

Criam-se a partir dos encontros entre a Proteção Social e Intervenção Estratégica espaços institucionais de discussão, contrapondo discursos, respaldando as duas partes e cuidando para que essa articulação não seja destrutiva. Pode ainda potencializar um agenciamento de diferença e provocar uma descontinuidade discursiva no processo de segregação e violência sobre uma população já marcada pela carência de direitos, privação de consumo e usufruto da cidade.

Os encontros da equipe técnica, oficinairos e jovens com a polícia são de grande potência, pois possibilita o encontro e o embate de dois discursos, *a priori*, antagônicos e divergentes, e a desconstrução de olhares e dizeres instituídos e carregados de estereótipos e estigmatizações.

A polícia tem como função o controle social e como uma de suas principais atribuições e mecanismos de poder sobre a sociedade civil, a possibilidade de prender e criminalizar. O programa Fica Vivo! tem como uma de suas maiores responsabilidades sociais a promoção do diálogo entre a sociedade civil e a instituição policial, como forma de estabelecer um diálogo que possa repensar práticas, olhares e dizeres de um

em relação ao outro. Fazer com que a equipe técnica, oficinairos e jovens se encontrem com o GEPAR abre possibilidade de problematizar o que os policiais pensam sobre a comunidade em que atuam e o olhar que constroem sobre os jovens envolvidos, a pobreza, os espaços segregados e facilmente criminalizados.

Da mesma forma que a comunidade pode construir um olhar novo sobre a polícia, uma instituição que como outra qualquer também se renova, se transforma, e que precisa ser melhor compreendida se quisermos construir um cenário contemporâneo de proteção social e cidadania.

Em suma, a comunidade precisa construir um olhar particularizado sobre a instituição Polícia, sem cair em generalizações e na armadilha de repetir um olhar que foi produzido historicamente a partir de concepções criadas em tempos de ditadura e de um contexto social que não é mais o mesmo, e que precisam ser amadurecidos por toda a sociedade. E a polícia precisa mostrar e provar que tem amadurecido formas de atuação em consonância com os direitos humanos e reconhecimento da cidadania.

Esse é o esforço que o programa Fica Vivo! tem empreendido durante todo o seu percurso e que coloca uma oportunidade de qualificar esses olhares e dizeres, construir novas formas da sociedade compreender a instituição Polícia, e essa produzir novas formas de relação e atuação na sociedade na qual seus agentes, os policiais, também estão inseridos como cidadãos.

O encontro entre sociedade civil e a polícia como uma instituição de segurança pública, respaldada pela Secretaria Estadual de Segurança Pública (SEDS), cria um dispositivo de discussão para ruptura de discursos e produção de outras possibilidades de entendimento, se mostrando um poderoso analisador social.

A Proteção Social é formada em sua diretoria pelo Diretor, Gerentes de Proteção Social e Intervenção Estratégica, Supervisores Metodológicos, além dos Técnicos Sociais e Oficinairos que atuam nos Núcleos de Prevenção à Criminalidade.

A diretoria do Programa Fica Vivo! é responsável pela representação institucional do programa, seja dentro da própria SPEC ou SEDS, seja na negociação de parcerias e estabelecimento de ações conjuntas com outros setores e órgãos, elaboração e acompanhamento do planejamento orçamentário, acompanhamento das metas do programa e criação de estratégias para cumprimento das mesmas, discussão, elaboração e acompanhamento da execução de projetos institucionais bem como de projetos para efetivação das ações e atendimentos do programa via licitação, além de orientar e

acompanhar os trabalhos das gerências, supervisão metodológica, assessorias, auxiliares administrativos, técnicos, estagiários e oficineiros.

A gerência de Proteção Social coordena todas as ações do programa como oficinas, reuniões, capacitações, eventos, convênios e parcerias. Os supervisores metodológicos acompanham e orientam as equipes, funcionando como eixo de ligação do trabalho na “ponta” e a direção do programa. Discutem casos, atendimentos e questões oriundas do trabalho no núcleo, orientando e construindo respostas com as equipes a partir da metodologia e diretrizes do programa.

A Proteção Social baseia-se na formação de redes comunitárias que garantam soluções locais para a prevenção à criminalidade a partir da participação dos jovens, buscando problematizar situações de criminalidade, ofertando possibilidades de reflexão e intervenção em processos de criminalização.

A metodologia do programa prevê atendimentos aos jovens através de dispositivos como as oficinas, os atendimentos psicossociais, projetos locais de intervenção, grupos de jovens.

A proposta é promover ou facilitar a circulação de jovens, potencializar o acesso aos serviços e espaços públicos, fomentar o acesso ao esporte, à cultura e à formação profissional, favorecer a inserção e participação de jovens em novas formas de grupo e convivência, trabalhar temas relacionados à cidadania e direitos humanos e possibilitar a criação de espaços de discussão e resolução de conflitos, entendendo-se que se produz, dessa forma, prevenção à criminalidade.

A metodologia do programa prevê o cruzamento e alinhamento de informações produzidas nos dois eixos do programa, Intervenção Estratégica e Proteção Social, para o entendimento da dinâmica criminal e para produzir formas de intervenção.

Tanto Intervenção Estratégica quanto Proteção Social precisam em alguma medida, para executar o trabalho com efetividade, compreender a rivalidade produzida e produtora de territórios, a dinâmica das gangues juvenis, identificar seus membros, acompanhar possíveis enfrentamentos e a possibilidade de revide, qualificar a informação quando acontece um homicídio, entender quais possíveis fatores motivaram o episódio.

O programa Fica Vivo! surge com a perspectiva de atender jovens envolvidos com a criminalidade, conversar com a rede local de serviços públicos sobre a necessidade de incluí-los em políticas públicas, compreender a dinâmica criminal local



e intervir para reduzir o número de homicídios que incidem e se concentram nos jovens das vilas, favelas e periferias do estado de Minas Gerais.

### 1.3.1 O Núcleo de Prevenção à Criminalidade e os Técnicos Sociais

O Núcleo de Prevenção à Criminalidade é o espaço físico de referência da Proteção Social na região atendida, é onde os técnicos sociais coordenam as ações e atendem o público do programa.

Após definição da região atendida pelo programa, precedem à implantação do núcleo, ações policiais de natureza repressiva a fim de garantir condições de possibilidade para o trabalho da Proteção Social. Os núcleos são instalados em regiões com alto índice de criminalidade. Por isso, o GEPAR chega antes, para cumprir mandados de prisão, realizar buscas, buscando produzir um patamar mínimo de circulação e segurança.

Segundo Andréa Silveira (2007), ações de natureza repressiva produzem redução do crime em curto prazo e são importantes para quebrar o círculo vicioso da violência e sinalizar aos potenciais infratores que o crime, particularmente o homicídio, não é tolerado pelo Estado. No entanto, afirma que a perpetuação dos resultados e a construção de um círculo virtuoso com manutenção de bons resultados em longo prazo necessitam de implementação de medidas preventivas.

O Guia de Prevenção do SENASP (2005) reitera que ações de cunho apenas repressivas reforçam a reprodução de trajetórias juvenis infracionais.

“Muitos jovens podem sair de gangues se forem abordados de maneira certa e sensibilizados por uma alternativa concreta. Normalmente, as ações repressivas realizadas sobre esses grupos – especialmente as ações policiais – tendem a reforçar a coesão do grupo e aumentar sua identificação com uma *cultura infracional*”. (SENASP, 2005, p.39).

Para a implantação dos NPC's, faz-se necessário o levantamento do patrimônio sócio-cultural na área de implantação. Apresenta-se o programa para a comunidade e seleciona-se projetos para execução de oficinas.

O NPC é equipado com os programas Fica Vivo! e Mediação de Conflitos, executando o que a SPEC considera como prevenção primária. No NPC, os programas

compõem-se com equipes multidisciplinares. São profissionais com formação em cursos de ciências humanas como Psicologia, Sociologia, Serviço Social, Pedagogia e Direito. O número de profissionais varia entre 2 e 4 por programa, dependendo da área de abrangência territorial e do número de atendidos em cada núcleo. As equipes também possuem estagiários.

Os técnicos sociais do programa Fica Vivo! são quem executam o trabalho nas regiões onde o programa se encontra instalado. São responsáveis por selecionar os oficinairos, capacitar e orientar seu trabalho. São os técnicos quem estabelece o contrato de trabalho com os oficinairos. E também são responsáveis pelo encerramento do mesmo.

Os técnicos sociais precisam reproduzir o discurso da prevenção do Estado nessas localidades, problematizar com os oficinairos e com os jovens o vínculo com a criminalidade e planejar ações que possam interromper percursos de criminalidade. Para isso, precisam estabelecer ações com a rede de equipamentos públicos locais como escolas, centros de saúde, conselhos, além de associações, igrejas, grupos culturais.

Acompanham questões burocráticas como pagamento dos oficinairos e precisam produzir mensalmente relatórios quantitativos e qualitativos sobre as ações executadas nas oficinas, com os jovens e com a rede.

É função primordial da equipe técnica acompanhar e compreender a dinâmica criminal local. Os técnicos precisam buscar informações a respeito das motivações dos homicídios na região e compreender as tensões territoriais. São os elementos recolhidos através da compreensão da dinâmica criminal local que nortearão a condução do trabalho e o acompanhamento dos jovens que se destacam nessa configuração.

Para tal, o diálogo com os oficinairos é fundamental. São eles que melhor conhecem os jovens e conseguem se aproximar deles. E o dispositivo mais eficaz para a aproximação aos jovens são as oficinas do programa. A partir das oficinas podem-se produzir atendimentos, acompanhamentos, encaminhamentos.

### 1.3.2 O oficinairo e as oficinas do Programa Fica Vivo!

As oficinas são espaços de encontro de jovens, produzidas pelo programa Fica Vivo! para colocar em pauta a segurança pública. É uma ferramenta de aproximação, um meio de alcance aos jovens, não um objetivo fim. A meta do programa é reduzir violência e criminalidade, controlar homicídios.

As oficinas são implementadas em função dos jovens. São eles que propõem a atividade, indicam um possível oficinairo. Podem participar da discussão sobre o local das oficinas e o horário de execução.

A pessoa que quiser se candidatar a oficinairo também pode propor a oficina aos técnicos, que avaliam a demanda dos jovens. O oficinairo precisa apresentar um plano de ação, um projeto de intervenção e currículo para análise da equipe técnica. O movimento contrário também se pode dar. Na medida em que os técnicos constroem um acesso aos jovens, também podem propor atividades, construir demandas com os jovens.

As oficinas são plurais e ocupam locais diversos. Estrategicamente, evita-se a concentração de oficinas em um único espaço. As oficinas do programa Fica Vivo! podem acontecer nos locais mais inusitados possíveis, desde que produza o encontro de jovens. Estão implementadas nas escolas, centros de saúde, associações, centros culturais, igrejas, nas ruas e nos becos. Até na laje de uma residência é possível encontrar uma oficina do programa Fica Vivo!. O conjunto de oficinas de cada núcleo pode apresentar um quadro que compreenda toda a semana e os três turnos do dia.

O programa constrói parcerias com a rede de equipamentos públicos e associações da região de abrangência do núcleo, mas a negociação para uso do espaço pode ser feita diretamente pelo oficinairo e é responsabilizado pelo espaço onde executa a oficina.

Os espaços de execução das oficinas não estão garantidos *à priori* e precisam ser cedidos ou alugados. Quando alugados, são os oficinairos que arcam com a despesa. Os oficinairos recebem um recurso que deve ser utilizado para a compra de materiais, lanche e para a retirada de seu pagamento. O oficinairo relata os gastos em relatório mensal, mas tem autonomia para gestão da verba que recebe.

A carga horária de trabalho acordada com os oficinairos é de 28 horas mensais, sendo 20 destas utilizadas para a execução das atividades e 08 horas para que eles participem de reuniões, capacitações e preenchimento de relatórios do programa.

É esperado que o oficinairo se aproprie da metodologia do programa e entenda a dinâmica criminal local, conheça os jovens envolvidos, tenha ou tente aproximação com eles. Espera-se que seu trabalho ultrapasse a execução de atividades e parta da discussão da segurança pública como norteadora de sua prática. As ações e propostas da oficina devem seguir a lógica da segurança e não do esporte ou da cultura.

As intervenções realizadas pela equipe de técnicos e oficinairos são planejadas buscando a pacificação de territórios rivais, a interrupção de um conflito, a proteção de um jovem ameaçado. Busca-se a formação de agentes comunitários de segurança pública, muito além de executores de oficinas.

Os oficinairos são na maioria das vezes moradores da comunidade. A escolha de alguém da comunidade aumenta a possibilidade de aproximação e também de controle uma vez que está sempre na comunidade, potencializando o contato, a afetividade e também a vigilância.

Ao solicitar que indivíduos, muitos deles envolvidos em algum momento de suas histórias com a criminalidade, moradores das regiões atendidas pelo programa, marcadas pela violência e segregação socioespacial, ocupem a posição de oficinairos, atores centrais de uma política estadual de segurança pública, o Programa Fica Vivo! possibilita aos “infames a todo rigor” (FOUCAULT, 1992, p. 103) um feixe de luz, um encontro com o poder.

“Certamente o poder, se considerado abstratamente, não vê e não fala. É uma toupeira, que sabe se orientar apenas em sua rede de galerias, em sua toca múltipla: ele se exerce a partir de inúmeros pontos, ele vem de baixo. Mas, justamente, como ele mesmo não fala e não vê, faz ver e faz falar”. (DELEUZE, 2006, p. 89).

E esses indivíduos, uma vez oficinairos, atravessados por um poder político específico, apanhados pela armadilha da cumplicidade, fazem ver e fazem falar o cotidiano de jovens com os quais o Estado falhou na tentativa de enlaçá-los na teia no poder. São com os outsiders, no sentido Beckeriano<sup>10</sup>, que os oficinairos tentarão intervir, através de um poder político aplicado às relações quotidianas.

Compreendo que as oficinas do programa Fica Vivo! são espaços criados para o encontro de jovens. Compõem territórios diversos, inusitados, complexos, com diversidade de experiências e possibilidades de agenciamento de afetos múltiplos.

Os oficinairos aparecem como elementos híbridos dessa trama. Os jovens com os quais trabalha também são os mesmos com quem convivem, ou estão em seu mesmo território, dentro e fora da oficina. Convivem permanentemente num imbricado posicionamento de morador da comunidade e participante de uma política pública,

---

<sup>10</sup> BECKER, Howard. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

executando uma ação do Estado. Operam como dispositivo de normalização, controle, vigilância, regulação, mas podem em algum momento provocar acontecimentos capazes de desencadear processos de subjetivação.

## CAPÍTULO 2. CONTEXTUALIZANDO O CAMPO EMPÍRICO

### 2.1 Morro do Papagaio ou Aglomerado Santa Lúcia? Os territórios da favela e suas denominações

*“A favela não é o mundo, mas as ruas, os becos, as lâmpadas amarelas e o silêncio da noite são o infinito. São poesia concreta, de tijolos à vista, de entendimento difícil, apreciada por poucos. Aqueles barracos são como os pensamentos, aparentemente sem lógica, mas marcados por uma coerência peculiar”.*

(Márcia Cruz, 2009).

A favela onde foi realizada a pesquisa é dividida pela Prefeitura de Belo Horizonte em cinco vilas. As demarcações territoriais que os moradores fazem da favela se aproximam das divisões formalizadas pela prefeitura em alguns pontos e se distanciam em outros. A favela apresenta uma multiplicidade de nomeações e explicita sua complexidade ao se apresentar com dois nomes, Morro do Papagaio ou Aglomerado Santa Lúcia. Márcia Cruz (2009), nascida e criada na favela, ilustra essa heteronomia.

“A denominação desse conjunto de favelas é complexa. Internamente, cada uma das cinco vilas tem uma identidade própria, apesar de as condições de vida serem bem parecidas. Não há qualquer divisão geográfica que delimite os espaços, mas quem mora no aglomerado sabe muito bem a qual comunidade pertence. Por serem as maiores, os moradores da Barragem Santa Lúcia e da Vila Santa Rita de Cássia reivindicam a primazia do nome. Os primeiros insistem em Aglomerado Santa Lúcia, enquanto os outros preferem Morro do Papagaio, denominação geralmente adotada pelas pessoas de fora”. (CRUZ, 2009, p.48).

Morro do Papagaio é o nome mais antigo. A origem do nome conota um certo romantismo. Diz-se que o nome nasceu porque a região é alta e vários garotos se agrupavam para soltar pipas e papagaios. Tornou-se primeiramente o nome de uma região, depois de uma das cinco vilas e por fim, era o nome dado a toda a favela.

Com o fenômeno crescente da violência nas favelas em Belo Horizonte a partir da década de 1990, quando os números de criminalidade violenta e homicídios irrompem na cidade, o nome Aglomerado Santa Lúcia também vai ficando conhecido,

como tentativa dos moradores de atenuar o forte estigma produzido sobre o nome Morro do Papagaio.

As dificuldades enfrentadas pela população para busca de empregos e cadastros em comércios fez com que o nome Aglomerado Santa Lúcia passasse a ser adotado por parte dos moradores, num processo muito parecido com o nome mais antigo. Assim como o Morro do Papagaio, Santa Lúcia era o nome de uma região da favela, ganhou o *status* de vila, se tornou conhecido e passou a denominar toda a favela.

A favela está localizada na região centro-sul da cidade de Belo Horizonte, cercada por bairros nobres e luxuosos como Sion, São Pedro, Luxemburgo, Vila Paris, São Bento e Santa Lúcia, ocupados por uma população das classes média e alta, repletos de serviços sofisticados e ofertas de consumo de alto custo.



Acima do Aglomerado, na parte superior da imagem, vemos a Avenida Nossa Senhora do Carmo, demarcando a divisão entre a favela e o Bairro Sion. Do lado esquerdo da imagem, abaixo do aglomerado, se encontra o Bairro Vila Paris e acima o Bairro São Pedro. Do lado direito, na parte inferior, vê-se ao lado da barragem o Bairro São Bento.



Entre os bairros Vila Paris e São Bento, vemos a Barragem Santa Lúcia. Acima dela, se misturando entre a favela e os bairros, dois campos de futebol.

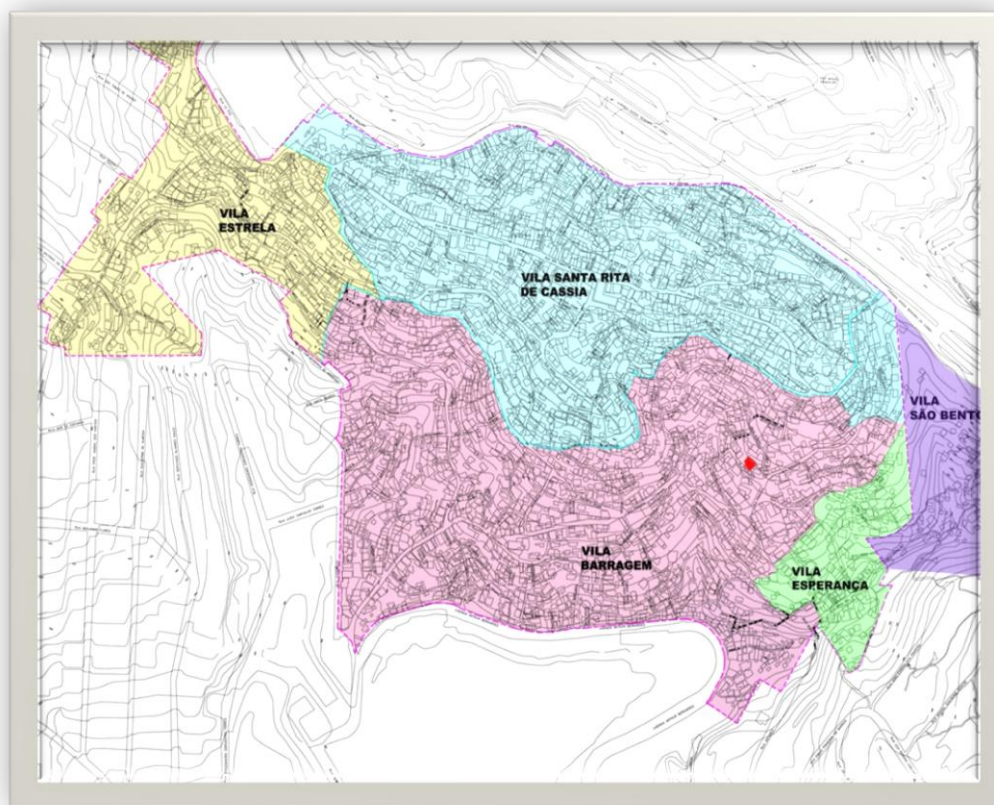
Contornando toda a Barragem Santa Lúcia há uma pista de corrida que fazem conviver, não sem conflito, moradores da favela e dos bairros nobres que a circundam.

A pista de corrida também é responsável pelo fomento de barracas onde alguns moradores da favela garantem fonte de renda, vendendo água mineral, água de coco, sucos entre outros produtos interessantes aos corredores e caminhantes do local. Morro e asfalto se misturam. A favela se liga ao bairro, se conjuga na cidade.



Fonte: Minas Gerais, dezembro de 2006.

A favela está dividida em cinco vilas. Vila Estrela, Vila Santa Rita de Cássia, Vila Santa Lúcia, Vila São Bento e Vila Esperança. Santa Lúcia e Santa Rita de Cássia formam as duas maiores vilas da favela.



Fonte: Equipe técnica do NPC Santa Lúcia. O ponto vermelho no mapa sinaliza o NPC.



A dimensão da favela é diminuta. Traçando-se um corte longitudinal da Avenida Nossa Senhora do Carmo até a Barragem Santa Lúcia, a favela possui menos de um quilômetro de extensão, e o comprimento do início da Vila Estrela ao fim da Vila São Bento não chega a dois quilômetros. Sua população está estimada em aproximadamente 25 mil habitantes.

Em aproximadamente duas horas de caminhada e com um bom fôlego para subir as ruas e becos é possível conhecer toda a favela, ou grande parte dela, pois há becos que dão voltas e nos fazem perder, repetir itinerários.

“A primeira impressão de quem chega ao morro é que os becos são labirintos. No entanto, é muito fácil se localizar tendo como referência o espelho d’água, conhecido também como barragem (...) Muitos becos levam ao espelho, mas não podemos ignorar que muitas vezes confundem até mesmo antigos moradores”. (CRUZ, 2009, p.17).

A Barragem Santa Lúcia foi construída para conter as águas do Córrego do Leitão, canalizado, dando origem à Avenida Prudente de Moraes, que se inicia na Avenida do Contorno e termina exatamente na barragem. Se hoje compõe uma região da cidade considerada nobre, anteriormente todo o Córrego do Leitão e seu entorno eram considerados uma região suburbana da cidade em seu processo acelerado, mas ainda incipiente de ocupação. Quando a cidade de Belo Horizonte foi fundada, seu projeto fazia da Avenida do Contorno o limite da região planejada da cidade.

A favela começou a ser ocupada na década de 1920. A primeira região ocupada foi a nomeada como Vila Estrela. Cercada de histórias, seu nome tem caráter ainda mais romanesco que o Morro do Papagaio. Diz-se que o nome foi dado depois da ocupação dos primeiros moradores e construção das primeiras casas, quando uma lamparina foi colocada no alto do morro, destacando-se como o brilho de uma estrela.

Em frente à Vila Estrela há uma subestação da Cemig (Companhia Energética de Minas Gerais). Contornando-a, chega-se na Rua São Tomás de Aquino, onde se concentra grande parte do comércio e equipamentos sociais da favela, entrada para a Vila Santa Rita de Cássia, nome que quase ninguém conhece. Todos, ou a esmagadora maioria conhece a região como Morro do Papagaio. A ocupação da região onde se nomeou Vila Santa Rita de Cássia, mas que ficou conhecida como Morro do Papagaio data da década de 1930.

A ocupação da favela se intensificou a partir da década de 1970, quando muitas famílias foram removidas do Córrego do Leitão para a construção da Avenida Prudente de Moraes.

A construção da Barragem Santa Lúcia foi interrompida e retomada mais de uma vez e seria finalizada definitivamente apenas na década de 1990, período de ocupação das vilas Esperança e São Bento.

As primeiras intervenções do governo municipal para o processo de urbanização, pavimentação de ruas, implantação de rede elétrica e pontos de abastecimento de água no Morro do Papagaio se deram a partir do final da década de 1970, concomitantemente à derrocada do período ditatorial brasileiro.

“Até a década de 1980, os moradores do aglomerado caminhavam quilômetros para buscar água (...) Antes da rede de abastecimento chegar ao morro, uma canalização que levava água aos bairros vizinhos passava pela Vila Santa Rita de Cássia, embora não atendesse a comunidade. Alguns moradores resolveram furar o cano e o local passou a ser conhecido como Ladrão. De tempos em tempos, quando o fornecimento de água era liberado, a água jorrava a vontade e as pessoas faziam fila para encher suas latas”. (CRUZ, 2009, p.26).

A rede de distribuição de água pela Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA) foi instalada em 1979.

“Quando a companhia de saneamento começou a implantar a rede de distribuição e seus funcionários vinham de casa em casa colocar os hidrômetros, foi emocionante saber que as torneiras de nossa casa finalmente deixariam de ser apenas um adorno”. (CRUZ, 2009, p.28).

A regularização do fornecimento de energia veio depois da rede de água, e o saneamento básico não existia até 1985. Por fim, na década de 1990 a favela recebeu a instalação do serviço de telefonia. Porém, o uso da internet dentro da favela ainda é precário, pois não há cabeamento para conexão.

Atualmente a favela conta com uma rede de serviços públicos interessante, influenciada pelo fato da favela estar localizada na zona sul da cidade. É notória a diferença em relação às favelas da zona norte da cidade, onde assistimos a toda uma

região, incluindo seus bairros legalmente formados e planejados, precarizados e com deficiência de serviços públicos.

Em BH, a divisão das favelas e a nomeação em vilas é uma iniciativa da Prefeitura de Belo Horizonte, que tenta, através das intervenções do programa Vila Viva<sup>11</sup>, construir uma nova maneira de dizer e um novo olhar sobre as favelas. Os equipamentos públicos sociais do município que são instalados nas regiões onde acontecem as intervenções também seguem essa lógica, ou seja, recebe a mesma nomeação das vilas.

Segundo os próprios moradores e técnicos do Fica Vivo!, o Morro do Papagaio também é um dos lugares que a PBH objetiva intervir com o programa Vila Viva.

Para os moradores, porém, quem mora em uma vila são somente os moradores da Vila Estrela. Localizada à direita de quem chega à favela pelo bairro São Pedro, a Vila Estrela foi a primeira formação territorial da favela, mas parece estar à parte da dinâmica da favela, como se fosse um anexo. Não por acaso é chamada de Vila pelos moradores, em contraposição à favela, morro ou aglomerado.

A Vila Santa Lúcia, por bordejar grande parte da barragem, acaba também nomeada pelos moradores como Barragem Santa Lúcia ou simplesmente como Barragem. Assim, represa e vila levam o mesmo nome e se confundem.

A Vila Esperança é mais conhecida pelos moradores como Bicão, enquanto a Vila São Bento, separada do bairro homônimo apenas por uma ponte, também é mais conhecida pelos moradores da favela como Carrapato.

Há ainda dentro da favela pequenos territórios como Setor 12, Rua H, Greenville, Praça do Amor, Primeira Antena e Segunda Antena, o que mostra que as divisões são muito mais granulares e dinâmicas do que se imagina.

Pode-se dizer que atualmente os moradores da Vila Santa Rita de Cássia se reconhecem como moradores do Morro do Papagaio, ou da parte de cima, enquanto os moradores da Vila Santa Lúcia se consideram moradores do Aglomerado Santa Lúcia ou Barragem.

A Rua São Tomás de Aquino, onde se localiza a oficina que foi acompanhada na pesquisa, parece fazer a divisão entre as vilas Santa Rita de Cássia e Santa Lúcia.

---

<sup>11</sup> O programa Vila Viva da Prefeitura de Belo Horizonte teve início em 2005 e até 2010 executou intervenções em 11 favelas, segundo a Urbel (Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte). O programa engloba obras de saneamento, remoção de famílias, construção de unidades habitacionais, erradicação de áreas de risco, reestruturação do sistema viário, urbanização de becos, implantação de parques e equipamentos para a prática de esportes e lazer. Após o término da urbanização, a área será legalizada com a emissão das escrituras dos lotes aos ocupantes. Fonte: [www.portalpbh.pbh.gov.br](http://www.portalpbh.pbh.gov.br)

“A rua mais larga do Morro do Papagaio é a São Tomás de Aquino. É o mais intenso corredor comercial do Aglomerado Santa Lúcia, onde se destacam comerciantes pioneiros na abertura de supermercados, farmácias, locadoras de vídeo e lojas de roupas e de brinquedos”. (CRUZ, 2009, p.18).

A autora mostra como a divisão dos territórios é complexa e como a Rua São Tomás de Aquino pode ser interpretada como pertencente aos territórios do Morro do Papagaio e da Barragem Santa Lúcia.

A Rua São Tomás de Aquino e a Rua Principal, nas proporções do morro e de seus becos, poderiam ser consideradas avenidas. A Rua São Tomás de Aquino é quase plana, enquanto a Principal é bastante íngreme. Juntas formam as artérias do morro. E como circula vida!

“A Rua Principal não é tão larga, mas corta o lugar de ponta a ponta. Começa na Avenida Arthur Bernardes, na Vila Paris, e vai até a Avenida Senhora do Carmo, próxima ao Sion, na entrada para o luxuoso bairro Belvedere”. (CRUZ, 2009, p.18).

Embora a favela seja marcada por uma variedade de nomes e múltiplas interpretações, opto pela nomeação de Morro do Papagaio por algumas razões. Primeiramente, o espaço da oficina onde a pesquisa ocorreu está situado na Rua São Tomás de Aquino, local onde o oficinairo e os jovens que freqüentam a oficina consideram como Morro do Papagaio. Em segundo lugar, a noção de Aglomerado ou Complexo utilizado para um conjunto de favelas não se aplica ao local. Embora haja a divisão da favela em vilas, quando olhamos de fora o que vemos é uma favela apenas, pequena e singular. E se quisermos pensar aglomerado como um “amontoado” de coisas, ajuntadas, também não serviria. Há uma lógica inventada na construção da favela. Por fim, considero o termo “Aglomerado” tanto ou mais pejorativo que “Morro”, e quero neste trabalho ajudar a desmistificar a imagem oblíqua construída sobre as favelas e especificamente sobre o Morro do Papagaio.

O Morro do Papagaio carece de saneamento básico em alguns pontos, praças para o encontro das pessoas que ali residem e de planejamento urbano. A área verde interna é escassa, os espaços de lazer e convivência são precários. Existem áreas de

risco de desabamento, além de linhas de energia que cruzam a favela em enormes antenas de alta tensão, expondo seus moradores a riscos de morte.

Mas apesar de todos os problemas de infra-estrutura e de ter em seu percurso histórico um alto número de homicídios e dados de criminalidade violenta, o que salta aos olhos nas incursões pela favela são outros registros.

O envolvimento com a criminalidade e o tráfico de drogas, considerado por toda a sociedade como o grande vilão da história, abarca uma pequena percentagem da população local. O que se destaca na favela não é tráfico de drogas, e mesmo este, se mostra muito diferente do que é vendido nos veículos midiáticos de massa, famintos de sensacionalismo e carentes de qualidade discursiva e aprofundamento necessário para a problematização de temas tão complexos.

O tráfico visível no Morro do Papagaio, aquele comercializado a varejo, junto ao comércio local, é feito por jovens em sua grande maioria com menos de dezoito anos, raramente armados. O tráfico só se arma quando é ameaçado, quando está em um conflito territorial ou quando a estrutura hierárquica vacila, desarranja. Do contrário, passa a ser um comércio como outro qualquer.

Os garotos que amedrontam a todos e se mostram poderosos, quando vistos de pertos e escutados, se mostram indefesos, carentes de afetos e oportunidades, vulneráveis como qualquer adolescente, solapados muitas vezes por um histórico de vida familiar que os colocam sem referência num processo penoso de busca de uma trajetória, fazendo-os se armarem em discursos ameaçadores, enunciados violentos e posições de defesa tesas, onde é necessária paciência, sensibilidade e acima de tudo, transmitir confiança, olhando nos olhos de forma desarmada, acreditando que há alguém ali além da casca do perigo, do estereótipo do mal, da ordem discursiva que os coloca na posição de bandido, num exercício funesto que segrega a favela e todos os seus moradores.

A favela é muito mais do que isso. É muito mais que violência, e sua pluralidade, desafia qualquer tentativa de homogeneização. Sua vibração, sua intensidade e sua dinâmica são de difícil descrição. Sua população e sua estética, sua estilística, sua maneira de dizer provocam a moral societária e sua respectiva padronização de costumes. Sua relação entre o público e o privado, entre a rua e a casa, se mostram com uma fluidez de complexa compreensão.

O que se destaca na favela é seu trânsito intenso de pessoas subindo e descendo o morro, indo para o trabalho e voltando para casa no fim do dia, carregando cestas

básicas sobre os ombros, sacolas de compras de supermercados e padarias, crianças e adolescentes de mochilas nas costas indo e voltando da escola, jogando avião de papel pelas ruas, chutando bola ao mesmo tempo em que se desviam dos carros e das pessoas que transitam apressadamente as vielas. Motoristas de carros, motos e ônibus se misturam com agilidade num trânsito intenso e mostram-se cheios de habilidade nos pequenos e estreitos espaços de manobra e condução.

Também se vê uma rede enorme de comércio e serviços que empregam parte de seus moradores e movimentam a economia local. Magazines de toda espécie como supermercados, sacolões, açougues, padarias, mercearias, armarinhos, salões de beleza e boutiques. No Morro do Papagaio até laboratório particular de coleta de sangue para exames é possível encontrar, além de inúmeros equipamentos públicos como centros de saúde, escolas, creches e o BH Cidadania<sup>12</sup>. Uma variedade enorme de bares e igrejas, além dos cachorros que se misturam aos transeuntes completa a paisagem.

A favela faz conviver juntos canções evangélicas de louvor com o funk e o rap que tocam alto nos *Jukeboxes* dos bares, o calor da fé com a fumaça dos churrasquinhos na rua, as mesas e cadeiras dos botecos com os assentos e púlpitos das igrejas, o carteado e a cerveja gelados na mão com a bíblia debaixo dos braços.

Percebi uma diferença de relação estabelecida entre o público e o privado na favela. A distância parecia não existir, ou era bastante reduzida, se comparada às relações que aprendi a estabelecer pessoal e profissionalmente. Chamou-me atenção a inexistência de uma calçada em frente ao salão, algo que funcionasse como intermédio entre rua e salão. Casa e rua se misturavam. Percebi que algumas moradias e comércios tinham calçada, enquanto outras não, o que me fez pensar que o que determina a existência ou não de uma calçada é a vontade do morador, da pessoa de colocá-la ou não quando constrói sua casa.

Cruz (2009) confirma e complementa minha impressão ao afirmar que as lógicas de construções de forma individualizada, a partir da necessidade e interesse próprios alcançam toda a arquitetura do lugar.

“A lógica desses caminhos é lúdica, nada cartesiana, menos ainda planejada, embora os becos resultem de um certo pragmatismo dos moradores. Nasceram para suprir necessidades imediatas, mas se eternizaram no lugar, sua funcionalidade é relativa. Literalmente, o que é bom para mim pode não ser

---

<sup>12</sup> Complexo da Prefeitura de Belo Horizonte que concentra uma rede de serviços, programa e projetos sociais.

bom para o meu vizinho. Ao tentar facilitar o seu acesso a diferentes pontos do lugar, um morador desatento pode abrir uma trilha que roubará a privacidade de outros (...) Sempre haverá um novo beco a ser descoberto”. (CRUZ, 2009, p.16-17).

A favela mostra-se como misto de resistência e invenção. Sua composição é marcada pela diversidade. Os becos criados a partir do uso e as calçadas intermitentes ilustram uma singularidade e fazem com que experimentemos lógicas espaciais e subjetivas diferentes, nos convidando a experimentar outra relação com a arquitetura, com o outro e consigo mesmo. Potente território para um estrangeiro, espaço rico e complexo para pensarmos o controle, a vigilância, as tecnologias de segurança, a subjetivação. Convite a problematizações que possam sobrepor reproduções discursivas superficiais e segregacionistas.

## 2.2 A favela na cidade e os processos de segregação socioespacial

Ao escrever, opto por Morro do Papagaio e por favela, ao invés de vila, aglomerado ou comunidade, no mesmo esforço de desconstrução discursiva da favela enquanto lugar do crime e do perigo, destaque pejorativo e produtor de estigma a seus moradores. Embora seja muito comum ouvir dos moradores e dos inúmeros atores das políticas sociais o termo “comunidade”, eu não consegui perceber de forma destacada sentimentos que evidencie valores comunitários que justifiquem tal nomeação. Como afirmei anteriormente, é algo que designa muito mais a região, o espaço do que suas relações. É muito mais um substantivo que um adjetivo.

O termo favela é objeto de uma ordem discursiva que construiu historicamente sobre ela formas de ver e maneiras de dizer que sempre destinaram à mesma o lugar da carência, da desordem, do perigo e do crime, refúgio de marginais, vagabundos e criminosos. Para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a favela é caracterizada como “aglomerações subnormais”.

O nome favela é originalmente brasileiro e nasce na cidade de Canudos. Localizada no sertão baiano, a cidade foi palco de conhecida revolta comandada por Antônio Conselheiro, que liderou uma guerra de sertanejos contra soldados brasileiros em 1897. Havia em Canudos o Morro das Favelas, batizado em função de uma planta típica muito comum no sertão baiano. O termo se popularizou quando soldados

retornaram da Guerra de Canudos à cidade do Rio de Janeiro e começaram a construir seus barracos num morro hoje conhecido como Morro da Providência, mas que na época foi chamado de “Morro da Favela” na então capital federal. Euclides da Cunha vai a Canudos e também utiliza o termo favela em “Os Sertões” (1902), o que ajuda a popularizar a nomeação hoje utilizada por órgãos oficiais como o IBGE.

Favela passa a ser utilizado para nomear lugares sem planejamento urbanístico, com infra-estrutura urbana deficiente, moradias precárias e com grande parte de sua população sem acesso a serviços e bens públicos básicos. Por causa da forte estigmatização, outras formas de nomeação surgem, como aglomerado, vila, comunidade.

Mas é preciso sustentar o nome favela, e com ele resgatar processos históricos de violência contra sua população e os movimentos de organização e resistência popular. A população favelada é fruto da própria produção da cidade e produto da segregação socioespacial e distinção territorial de direitos.

A cidade de Belo Horizonte foi fundada em 1897, mas antes mesmo da inauguração da cidade, em 1895, 3.000 pessoas já viviam em assentamentos. (FERNANDES & PEREIRA, 2010). A nova capital dos mineiros nasce sob as luzes do ideal republicano com a intenção de simbolizar o progresso e com a premissa de uma cidade planejada para o exercício da cidadania. Sua arquitetura visava o bem-estar social e a promoção de novas formas de sociabilidade, através de ruas largas e arborizadas, grande número de praças e espaços públicos de convivência, numa proposta de uma vida comunitária e interação social.

Para a construção da cidade, antigos moradores da então Serra do Curral foram removidos e se juntaram à população que viera de outros locais para trabalhar e buscar melhores condições de vida, mas que não tiveram. Com o rápido crescimento demográfico e a falta de planejamento para essa população, as favelas foram surgindo como consequência da própria formação da cidade.

Atualmente, de acordo com sua prefeitura, Belo Horizonte possui cerca de 180 favelas, com uma população de mais de 360.000 pessoas, o que corresponde a cerca de 22% da população total e 5% da área do município. Cerca de metade dos assentamentos informais se encontra em terras privadas.

A proliferação de formas de ilegalidade nas cidades no que se refere aos processos de acesso ao solo e produção de moradias é consequência do intenso crescimento urbano no Brasil e de seu intrínseco processo de exclusão socioespacial.



A grande maioria dos moradores nas favelas não possui título de propriedade de seus imóveis, tornando frágil a garantia constitucional de indenização prévia em casos de remoção e desapropriação. Nesses casos, o cálculo das indenizações não leva em consideração o valor do lote, apenas a construção do imóvel. A indenização é baixa e a especulação imobiliária alta. A população residente nas favelas tem os direitos de posse e propriedade garantidos pelo Estatuto das Cidades quase sempre desrespeitados.

A capacidade de luta e resistência da população das favelas se produziu e cresceu em meio à precariedade, descaso e rechaço do poder público e de grande parte da população.

Nos anos de 1950, as ações de base das igrejas católicas começaram a subir as favelas e investir na formação de associações de moradores e lideranças comunitárias. O avanço da estrutura organizativa das comunidades propiciou canais de acesso ao poder público e cobrança de benfeitorias por parte do Estado.

Marcelo Baumann Burgos (apud ZALUAR & ALVITO, 2006) nos mostra como o golpe militar de 1964 foi decisivo na desarticulação dos movimentos de organização popular nas favelas, enfraquecendo movimentos de resistência e as articulações para cobrança de direitos por parte da população junto ao poder público.

O autor demonstra ainda como o domínio da favela pelo tráfico de drogas e seu crescimento e organização desmantelaram a tentativa de reorganização da população favelada capaz de articular um movimento coeso junto ao cenário que se formava na redemocratização do país.

Alba Zaluar e Marcos Alvito (2006) mostram como as favelas e seus moradores foram sempre vítimas de preconceito e alvos de segregação. Foram várias as tentativas de embranquecimento das metrópoles e restrição da população das favelas a certas regiões das cidades, submetendo a população a processos de criminalização e marginalização, criando estratégias de remoção e desapropriação quando o espaço demonstra-se de interesse a outras camadas sociais, produzindo segregação socioespacial.

As favelas foram crescendo e sendo interpretadas como reduto de marginais, como sinônimo de perigo e violência. A favela deixa rapidamente de ser designada como área de habitações irregularmente construídas e ocupadas pela população pobre e passa a ser compreendida como refúgio de criminosos.

O termo “favelado” é utilizado como a antítese da elegância, da ordem e da polidez. Os moradores da favela são quase que automaticamente considerados suspeitos no que tange à ordem e moral.

O tensionamento construído historicamente entre favela e cidade construiu discursos maniqueístas, enquadrando a favela sempre como o ruim, o feio, o perigoso, o violento, reforçando a oposição entre morro e asfalto, entre barbárie e civilização.

A noção de comunidade mascara e revigora a oposição, cindindo da mesma forma a cidade. A oposição entre morro e asfalto ou entre bairro e comunidade reproduz a noção equivocada de dois universos que não se misturam, reproduzindo barreiras e táticas de segregação.

As estratégias de regularização fundiária e reurbanização das favelas de Belo Horizonte têm sido alvos de muitas críticas, pois segundo alguns autores, a prefeitura tem tratado a questão apenas pelo viés econômico, como um grande balcão imobiliário, não problematizando questões essenciais às dinâmicas territoriais.

Para Fernandes e Pereira (2010) a atuação da Prefeitura de Belo Horizonte não tem se orientado para a permanência dos moradores nas regiões onde promove suas intervenções, realizando uma quantidade enorme de remoções sem se preocupar com a inclusão socioespacial.

Embora o reconhecimento da *função social da propriedade pública* venha crescendo desde a criação do Estatuto das Cidades em 2001 (Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001) e do Ministério das Cidades em 2003, as situações de violação de direitos ainda é muito presente e exercida por parte do executivo e legislativo desse país.

“Belo Horizonte está na contramão da história sociojurídica contemporânea. Primeiro, por negar que as comunidades que vivem em assentamentos informais têm direitos próprios, não estando mais à mercê dos favores e das benesses da administração pública por serem “uma questão social”. Segundo, porque pelo menos desde 1988 uma dimensão fundamental dessa nova ordem jurídica tem sido exatamente o reconhecimento crescente da noção da *função social da propriedade pública*”. (FERNANDES & PEREIRA, 2010, p. 177).

Os autores salientam que Belo Horizonte é um dos exemplos mais contundentes da natureza perversa estabelecida historicamente entre direito, planejamento territorial e mercado imobiliário. Com a adoção da estratégia de promoção do direito individual de

propriedade plena pela prefeitura, os possíveis efeitos dessa titulação nas dinâmicas dos mercados imobiliários são a venda das propriedades legalizadas por preços aparentemente atraentes, mas que não seriam suficientes para assegurar a aquisição de outras moradias em lugares centrais e providos de serviços públicos, obrigando os moradores a se afastar da região central da cidade para regiões distantes, frágeis em oferta de serviços públicos e a ocupar outras áreas de propriedade pública ou privada, onde o problema começaria novamente.

É o que Fernandes e Pereira (2010) denominam de “expulsão branca” ou “expulsão pelo mercado”. Assinalam que nesses casos os beneficiários finais das políticas públicas de urbanização e legalização não são os moradores originais, mas agentes imobiliários e grupos sociais interessados em promover a gentrificação<sup>13</sup> das áreas informais.

“A verdade é que a Prefeitura de Belo Horizonte fez pouco ao longo dos anos para garantir a titulação das famílias que moram em assentamentos informais consolidados. Dados seus enormes custos financeiros, a mencionada orientação legal original no sentido da outorga gratuita de títulos individuais de propriedade plena certamente colocou obstáculos intransponíveis para a formulação de uma política de legalização em uma escala adequada”. (FERNANDES & PEREIRA, 2010, p. 191).

Enquanto movimentos sociais, Defensoria Pública e parte dos estudiosos do tema constroem argumentos jurídicos com base no princípio constitucional das funções sociais da propriedade e da cidade, amparados no direito social de moradia, o poder público de algumas localidades e grandes empresas produtoras de enorme especulação imobiliária produzem, segundo Fernandes e Pereira (2010), um argumento arbitrário, historicamente utilizado e descontextualizado do Código Civil Brasileiro, tratando uma questão de direito como uma questão social.

Contudo os autores destacam os esforços de reforma urbana e inclusão socioespacial empreendidos pelo governo federal desde a criação do Ministério das Cidades em 2003, bem como por diversos municípios, incluindo os vários programas de regularização fundiária dos assentamentos informais consolidados que têm sido formulados e implementados no país.

---

<sup>13</sup> Intervenções em espaços urbanos que visam seu enobrecimento, com a retirada de moradores antigos e valorização de áreas e lotes individuais, destacando-se pelo caráter excludente e privatizador.

Fernandes e Pereira (2010) assinalam que para reverter os processos de segregação socioespacial que têm historicamente caracterizado o crescimento urbano em Belo Horizonte se faz fundamental a regularização dos assentamentos informais.

“ao longo dos anos Belo Horizonte fez uma opção pela adoção de uma política integrada de regularização de assentamentos informais, na qual legalização e urbanização devem ser combinadas de maneira a garantir a sustentabilidade da intervenção pública e dos assentamentos. Contudo, na inexistência de um equilíbrio adequado entre recursos financeiros existentes, capacidade de ação institucional e critérios técnicos adotados, os programas de regularização não obtiveram a escala necessária, especialmente no que diz respeito à legalização dos assentamentos consolidados”. (FERNANDES & PEREIRA, 2010, p. 191).

Edésio Fernandes (2006) enfatiza a necessidade do reconhecimento de direito à moradia com a permanência das comunidades nas áreas onde têm vivido. As reestruturações urbanas têm melhorado as regiões precárias em planejamento urbano e oferta de serviços, mas não para as mesmas pessoas habitarem.

Fenômeno mundial que se repete nas metrópoles mais avançadas e ilustres no ponto de vista urbanístico, consideradas “cidades globais”. As favelas, guetos e bairros populares localizados em regiões valorizadas na cidade são revitalizados enquanto seus moradores são removidos para regiões periféricas. A circulação, a convivência e a habitação são pensadas e disputadas a partir do capital e não pela lógica de produção de espaços de sociabilidades.

A reivindicação do direito à cidade revela-se numa verdadeira luta urbana. Segregações socioespaciais não são fenômenos naturais inevitáveis, mas fruto de forças desagregadoras dos mercados que promovem formas excludentes de uso e ocupação do solo.

Pensar a cidade somente pelo viés do direito de propriedade individual é reducionista, pois só abarca a dimensão econômica, não leva à integração socioespacial e faz com que a população pobre continue vulnerável à especulação dos grandes agentes imobiliários. Produz práticas de planejamento e regulação urbana que subordinam o interesse público às regras e formas de atuação do mercado, construindo de forma predatória os processos de produção e transformação da cidade.

É necessário preservar a historicidade, a autenticidade e a personalidade das regiões, criando condições para que os moradores das regiões segregadas possam se posicionar como habitantes da cidade, exercendo o uso sobre ela. Do contrário, criam-se guetos estigmatizando regiões da cidade e seus moradores.

A regulação das forças de mercado passa inevitavelmente por intervenções do Estado, barrando as violações do direito à cidade e promovendo oferta de serviços públicos suficientes à manutenção da população local, valorizando os espaços públicos, criando lugares de sociabilidades. A violência não passa só pela arma. Espaços degradados, falta de saneamento básico, iluminação inadequada e outros componentes juntos, evidentemente produzem violência.

As intervenções do programa da PBH, o Vila Viva, não problematizam a disputa e o embate de território. Produzem movimentos migratórios que não levam em consideração o pertencimento das pessoas e as relações afetivas construídas na região. Deslocam as pessoas e alteram toda a dinâmica de mobilidade e o acesso aos serviços públicos locais.

O estabelecimento da segregação socioespacial e sua adjacente distinção territorial de direitos produzem uma cidade cindida, fragmentada, privatizando territórios, restringindo acessos, criando guetos, estigmatizando regiões e seus moradores, produzindo violações de direito, violências físicas, morais, psicológicas e simbólicas.

As razões para o envolvimento com a criminalidade violenta são diversas e não se deve procurar uma causa única para seu desenvolvimento. No entanto, é possível afirmar que as relações de poder materializadas na cidade expõem os moradores das favelas a condições criminógenas e produtoras de violências.

Os jovens envolvidos com a criminalidade acabam presos numa armadilha de disputa e dominação, circunscritos a um território que construíram para si a partir também da negação de outros espaços públicos. A limitação da circulação dos jovens reduz as experiências de outros territórios e faz com que reproduzam com violência a demarcação de seus territórios.

Os pequenos espaços onde os jovens envolvidos conseguem circular precisam ser fortalecidos e protegidos a qualquer custo, afinal de contas, é o que restou aos jovens que ficam todo o dia ali, usando, vendendo, pesando as drogas. Não circulam, não fazem uso da cidade, não experimentam outros agenciamentos. Produzem territórios quase intransponíveis a quem é um estrangeiro.

Essa configuração dificulta a aproximação dos técnicos sociais e oficinairos do Programa Fica Vivo! aos jovens envolvidos com a criminalidade. O acesso é construído a conta gotas, dia após dia, e mesmo quando os jovens são acessados, todas as tentativas de intervenção dos técnicos esbarram sempre na questão territorial. Vários jovens demonstram interesse em largar o tráfico, deixar a criminalidade, mas demonstram enorme dificuldade de circulação, restrições impostas pela disputa dos territórios.

O acesso ao centro de saúde, à escola, ao centro da cidade para a busca de trabalho são extremamente dificultados pela impossibilidade de ultrapassar seu território, trafegar por espaços que os levam aos equipamentos e às oportunidades de experimentar outras possibilidades de trajetória de vida.

Participando do Programa Fica Vivo!, acompanhei a história de alguns jovens que para se inserir em algum curso ou projeto, precisavam inventar constantemente percursos diferentes para terem segurança em seu trajeto. Para participar de ações desenvolvidas pelo programa como as Olimpíadas<sup>14</sup>, a polícia precisou ser acionada para que os jovens pudessem ser protegidos aos saírem de seus territórios.

Pensar a prevenção à violência e à criminalidade passa inevitavelmente pelas estratégias de produção da cidade e o acesso a ela. Mais do que conter o tráfico de armas e drogas, as políticas públicas precisam inserir a discussão da cidade em sua agenda. Para o Programa Fica Vivo!, o território e a circulação na cidade é pauta permanente. Pensar a cidade e os territórios é essencial para a produção da segurança pública

---

<sup>14</sup> O Programa Fica Vivo! realizou em 2010 sua quinta olimpíada, contando com aproximadamente 3.000 jovens de todas as regiões onde o programa se encontra instalado.

### **CAPÍTULO 3. “QUANDO VI UM BOCADO DE GENTE DESCENDO AS FAVELAS...”**

*“Quando vi um bocado de gente descendo as favelas  
eu achei que era o povo que vinha pedir  
A cabeça dum homem que olhava as favelas”.*  
(Chico Buarque).

#### **3.1 Um olhar perspectivo**

As favelas sempre despertaram algo em mim. Um sentimento, um olhar atento, um certo fascínio, uma certa curiosidade, uma perturbação. Ao encará-las, minha observação sempre se esforçou em escapar do panorama da carência, da pobreza, da debilidade. Sempre preferi olhar a favela como ponto de resistência, como inventividade, malícia, gingado, astúcia. Sua dinâmica ágil, à maneira de um felino, seus saberes sorrateiros me agitam e me provocam continuamente a pensar suas relações, entender seus ritmos, seus compassos.

O que trouxe aqui foi resultado de um jorro de vibrações e intensidades. O que mais me afetou, o que mais me chamou atenção e julguei de indispensável consideração, o que se destacou através da observação e do diálogo, diante de um universo rico de elementos e complexo em suas dinâmicas.

Confesso-me tragado pelo turbilhão producente da favela, impelido intensamente nessa produção de subjetividade que seduz pelo misto de beleza, sabedoria, esperteza, perspicácia, coragem, afeto. Na favela todo o corpo parece vibrar, reverberar.

O campo empírico deste trabalho fez entrecruzar a favela como objeto de pesquisa e seus sujeitos. A proposta foi descrever o espaço de execução de uma oficina do Programa Fica Vivo!, a composição de seus agenciamentos e territórios, o povoamento de jovens e suas relações na oficina, o oficinheiro e sua trajetória, agente fundamental dessa trama.

O empuxo que me lançou a essa pesquisa foi o de conhecer a favela e seus moradores, vivenciar a tensão de um território de densidade elétrica, aliados a uma perspectiva teórica que fosse capaz de desnudar a produção de problemas vivos e a atuação do Estado diante de dilemas contemporâneos.

No processo de participação e acompanhamento sistemático de uma oficina do Programa Fica Vivo!, parti sempre em busca de um conhecer perspectivista, ciente de um olhar partidário, que parte de um determinado ângulo e que se movimenta com o fim de conhecer e analisar, tendo em questão sempre o cuidado, a perspicácia e a agudez de quem observa sabendo para o que olha e do lugar que olha, ciente da co-produção de discursos a partir da interferência do pesquisador em toda e qualquer realidade social.

A objetividade foi colocada não como olhar desinteressado, mas como observação que utiliza a diversidade de perspectivas e interpretações sempre afetivas, atravessadas pela vontade de verdade. Um olhar direcionado, compenetrado, produzido pela propensão de afetos.

Evidentemente, nego um sujeito puro do conhecimento, “isento de vontade, alheio à dor e ao tempo” (NIETZSCHE, 2008, p. 109), e a verdade enquanto produto transcendente, construída com neutralidade num ideal ascético. Prefiro o plano de imanência. Nego ocupar um espaço fugidio, de construção da verdade isolada de forças e afetos. Não desejo castrar o intelecto.

“pede que se imagine um olho que não pode absolutamente ser imaginado, um olho voltado para nenhuma direção, no qual as forças ativas e interpretativas, as que fazem com que ver seja ver-algo, devem estar imobilizadas, ausentes; exige-se do olho, portanto, algo absurdo e sem sentido. Existe apenas uma visão perspectiva, apenas um ‘conhecer’ perspectivo; e *quanto mais* afetos permitirmos falar sobre uma coisa, *quanto mais* olhos, diferentes olhos soubermos utilizar para essa coisa, tanto mais completo será nosso ‘conceito’ dela, nossa ‘objetividade’. Mas eliminar a vontade inteiramente, suspender os afetos todos sem exceção, supondo que o conseguíssemos: como? – não seria *castrar* o intelecto?...” (NIETZSCHE, 2008, P.109).

Entendo a relação entre pesquisador e sujeitos pesquisados como uma relação social e política, atravessada pelo poder. Qualquer relato é sempre destinado a alguém. Portanto, provoca sempre um efeito em quem o ouviu.

Neste trabalho quis problematizar verdades produzidas sobre o jovem e sobre a criminalidade. Quis desassujeitar saberes. O relato não teve a intenção ousada ou mesmo equivocada de apresentar um retrato como espelho da realidade, mas a opção



modesta de traçar um olhar perspectivo, parcial, apresentar o que mais me atravessou na experiência de vivenciar um espaço que foi sendo territorializado.

Tentei compreender em que medida uma política de prevenção à criminalidade consegue produzir enunciados que possam desconstruir um saber que reserva ao jovem a posição de criminoso, delinqüente, perigoso.

Quis pensar quais estratégias se lançam para realizar tal tarefa, a partir de quais mecanismos de poder cria-se regulação e sustentação de tais discursos. Que linhas de força atuam a fim de normalizar os jovens, pensando as oficinas como espaço privilegiado de tais ações, espaço que oferece a aplicação de uma relação de poder infinitesimal, em sua capilaridade mais concreta, no atendimento aos jovens.

Considerando as oficinas do programa como um espaço contraditório, quis analisar se as oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo! conseguem, além de controlar e vigiar, alterar a produção de discurso sobre os jovens envolvidos com a criminalidade, produzir agenciamentos que possam desequilibrar relações de poder e possibilitar o disparo de processos de subjetivação.

### 3.2 As implicações na escolha do objeto e coleta de dados

*“Venha se perder, venha se perder, nesse turbilhão.*

*Não se esqueça de fazer*

*Tudo o que pedir esse seu coração”.*

(Vinícius de Moraes)

A escolha da oficina em que faria a pesquisa teve alguns critérios. A proposta era acompanhar uma oficina do Programa Fica Vivo! que fosse povoada por jovens envolvidos com a criminalidade. Essa orientação de seu em função de meu problema inicial, que era pensar como um aparelho de Estado é capaz de funcionar contraditoriamente, produzindo controle, vigilância e possibilidade de inventar com o jovem outras formas de viver.

Era necessário pensar em uma oficina que atendesse ao recorte da pesquisa, mas que também levasse em conta questões institucionais, uma vez que me encontrava inserido na política.

A princípio, a intenção era acompanhar uma oficina de futebol na Pedreira Prado Lopes que estive bastante próximo no período em que fui estagiário. No entanto, a oficina não recebia boa avaliação no momento por parte da equipe técnica e da supervisão, o que colocava em dúvida a sua continuidade. Como minha intenção era acompanhar a oficina semanalmente durante onze meses, entendi que não seria estratégico acompanhar aquela oficina, pois minha pesquisa poderia ser interrompida. Além disso, possuo ótima relação com o oficinairo, o que poderia atravessar a relação da equipe técnica com ele no processo de avaliação. Não quis correr o risco de ser interpretado como co-responsável em um possível processo de desligamento, uma vez que compunha a diretoria do programa como supervisor metodológico.

Decidi então que acompanharia uma oficina pertencente a um núcleo que eu não estivesse trabalhado como estagiário ou técnico, e que também não estivesse como supervisor. Dessa forma, precisaria escolher um NPC onde eu não tivesse nenhum contato anterior através do trabalho no programa Fica Vivo!.

Diante disso, conversei com a diretoria do programa Fica Vivo! para que eu pudesse apresentar aos técnicos do programa o projeto de pesquisa, a escolha do objeto e as estratégias eleitas para coleta de dados. Nessa ocasião pude expor um pouco minhas idéias como pesquisador sobre o programa, o recorte teórico e metodológico que propunha e enfim, perguntar se alguma equipe percebia alguma oficina que poderia se encaixar a proposta de trabalho ofertada.

Precisava encontrar uma oficina que de fato fosse freqüentada pelo público que o programa se propõe atender, jovens que estejam ou já estiveram envolvidos com a criminalidade, e que tivesse um oficinairo com bom entendimento do programa e de sua metodologia e um acesso aos jovens que garantisse a minha entrada. Além disso, para a viabilidade do acompanhamento, precisaria ser uma oficina em Belo Horizonte e que funcionasse no final da tarde, fora de meu horário de trabalho.

Apresentadas todas essas questões, algumas equipes apontam algumas possibilidades. Diante das opções que haviam sido apresentadas, a oficina de “Corte artístico” do Alexandre no Morro do Papagaio tinha sido uma delas.

Decido-me pela oficina do Alexandre após vê-lo no “Seminário de Oficinairos<sup>15</sup>”. Alexandre me chama atenção pelo vestuário, pela forma como se coloca no debate, pelas questões que leva e pelo discurso que faz sobre os jovens e sobre a rua,

---

<sup>15</sup> Evento anual realizado pelo Programa Fica Vivo! onde se reúnem cerca de 600 oficinairos para promover a integração e capacitação desses atores.

quando argumenta que na favela, o jovem fica na rua, que o espaço da rua precisaria ser problematizado. Senti a partir dali que sua oficina poderia apresentar elementos que dariam um bom caldo, fato reforçado pela equipe técnica.

A escolha pelo Morro do Papagaio como fonte de pesquisa teve com peso a equipe técnica que executa o trabalho no NPC Santa Lúcia. Rafael e Joanna, e depois Ana Paula que a substituiu, foram excelentes anfitriões. Sabia que era uma equipe extremamente qualificada, que saberia apresentar a proposta da pesquisa ao oficinheiro e conduzir minha entrada na oficina. Além disso, éramos próximos. Construimos a partir do trabalho uma relação de amizade. Sabia que seria bem acolhido e que os encontros no núcleo, os espaços de conversa, debate, troca, seriam ricos.

Tive a felicidade de acompanhar uma oficina em um local onde a equipe técnica do núcleo acrescentava à minha pesquisa. Trocamos livros, artigos e impressões. As visitas ao núcleo eram valiosas e não se resumiam a troca de relatórios. A equipe técnica era fonte privilegiada de pesquisa. Conversávamos sobre os jovens, sobre a oficina, sobre a região atendida pelo programa, sobre os conflitos entre os jovens, sobre a dinâmica criminal local, a configuração dos territórios.

Minha primeira visita à oficina aconteceu numa terça-feira, dia 9 de fevereiro de 2010. Fui acompanhado dos técnicos Joanna e Rafael. Era o último dia de trabalho de Joanna, que deixava o programa. Estava se despedindo dos jovens que tinha proximidade, equipamentos públicos e lideranças comunitárias com quem tinha construído parcerias, enquanto eu chegava para o primeiro contato no território onde começava a realização de minha pesquisa.

Havíamos marcado de encontrar em frente à oficina às dezoito horas, mas cheguei um pouco antes. Embora Alexandre soubesse que estaria ali naquele dia, não quis entrar no salão sem Joanna e Rafael.

Rafael chegou em seguida. Enquanto esperávamos Joanna colhia as primeiras impressões do local. A primeira coisa que me saltou aos olhos foi a grande movimentação na rua. Carros, motos, caminhões, ônibus, pessoas voltando do trabalho, com sacolas na mão, crianças e adolescentes saindo da escola. Molecada correndo chutando latinha, jogando avião de papel. O salão lotado.

Joanna, que se despedia, chegou com os olhos marejados. Conversamos um pouco e entramos no salão. Alexandre estava cortando cabelos. Demorou. Tivemos que esperar em pé dentro do salão enquanto ele terminava de cortar os cabelos. Foram três cortes. Então parou para conversar. Havia mais gente esperando pra cortar. Mas foi a

horas deles esperarem. Da mesma forma que demorou a conversar conosco, também não teve pressa depois que começou a conversa.

Alexandre sabia porque eu estava ali. A equipe já havia apresentado a ele a proposta em linhas gerais e perguntado a ele se gostaria de me receber. Só depois disso é que agendamos o primeiro encontro. Fomos apresentados um ao outro e falei brevemente minha proposta de pesquisa e de acompanhamento da oficina. Alexandre demonstrou muita abertura e parecia ter gostado da proposta e da indicação de sua oficina por parte dos técnicos. Disse a ele que havia achado muito interessante o que tinha escutado dele no “Seminário de Oficineiros” sobre os jovens e a rua. Alexandre falou mais sobre isso. Falou que os jovens ficam na rua, que as coisas acontecem na rua e que ele se preocupava muito em conversar com os jovens através da linguagem deles. Disse que estava sempre se atualizando nas gírias, pra falar do jeito deles, está perto deles.

Apesar dos técnicos já terem conversado com Alexandre antes, refaço o contrato na hora de me despedir, formalizando verbalmente minha proposta de visitar a oficina as terças-feiras a partir das dezoito horas e lhe perguntando se achava interessante e se podia de fato começar as visitas, pedindo sua autorização.

Alexandre autoriza minha presença devolvendo a questão, dizendo que se eu achava o salão interessante e se ele poderia ajudar que as portas estariam abertas. Adverte pela simplicidade do salão, pede desculpas por ter nos feito esperar e de não poder conversar com mais tempo por causa dos outros clientes que o aguardava. Firmo o combinado e vamos embora.

As visitas estabeleceram uma rotina. Ao sair do trabalho pegava o ônibus da linha 8107 na Avenida Afonso Pena, centro de Belo Horizonte, e descia no ponto final no bairro São Pedro, na rua entre a Praça Venâncio Machado e a subestação da Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG).

Para chegar ao morro, contornava a subestação pela Rua La Paz. Ao fim da subestação e da Rua La Paz, como continuação, depois de uma pequena curva, começa a Rua São Tomás de Aquino.

A Rua São Tomás de Aquino é levemente desnivelada, quase plana e um pouco sinuosa. Ao subir o Morro, a sensação era sempre um misto de desafio, tensão e também de realização. O desejo de participar daquela dinâmica, vivenciar e compreender as relações ali produzidas nunca vacilou.

Por mais que estivesse acostumado há alguns anos a subir e descer morros trabalhando, estabelecia-se ali uma nova entrada, novas produções de sentido e sabia que era um estrangeiro, visto pela população como alguém estranho àquele território.

Nunca tive medo. Trabalhando no programa Fica Vivo há alguns anos, tinha me acostumado a andar em favelas. Meu batismo ocorreu em 2006 quando fui pela primeira vez visitar uma oficina na Pedreira Prado Lopes. Para economizar na caminhada, optei por um caminho diferente. Não sabia, no entanto, que era repleto de pontos de venda de crack. Depois da segunda recusa diante da oferta do produto, fui parado e interrogado sobre o motivo de minha presença. A autorização de continuar se deu quando disse que ia visitar uma oficina que morava na região.

No Morro do Papagaio, mais tarimbado, subia caminhando em direção à oficina ou ao núcleo atento, mas sem receio. Além disso, construí alguns dispositivos de territorialização, estratégias de apaziguamento. Estava sempre trajado com minha mochila. Mais que um acessório, era meu instrumento diário de trabalho. Nela carregava livros, cadernos, canetas e lápis, utensílios de higiene pessoal, alimentos, agasalho.

Outro utensílio que utilizei nas primeiras visitas foi um caderno de anotações que imaginava poder funcionar como diário de campo. Ao chegar à oficina tirava-o da mochila e anotava todas as minhas impressões. Parei de utilizá-lo ao perceber que o caderno funcionava como um anteparo, como proteção, e que seria mais fértil abrir mão do diário de campo que se transmutava em escudo. Continuei carregando-o em minha mochila-bornal, mas com uma estratégia nova. As anotações passaram a se dar no ponto final do ônibus quando retornava para casa.

O fato de trabalhar no Programa Fica Vivo!, por mais que estivesse ali como pesquisador, criava uma em mim uma armadura. Sentia-me mais protegido nessa dupla função. Esse hibridismo me acompanhou em todo o processo de pesquisa e foi com toda certeza, um dos fatores que implicaram no direcionamento dela. Deparei-me com duas dificuldades. A primeira era me desvencilhar da armadura institucional naquele espaço. A segunda dificuldade foi a realização das entrevistas.

Sempre que Alexandre me apresentava a alguém, era como funcionário do Programa Fica Vivo! que estava fazendo uma pesquisa. Nunca era apresentado somente como pesquisador. Por diversas vezes fui chamado de chefe, e mesmo em tom de brincadeira, fui perguntado sobre salário e sobre diretrizes do programa. Alexandre dividia comigo as dificuldades do trabalho, pedia orientação ou demandava alguma resolução. Num primeiro momento, eu mesmo embaralhado nesse hibridismo, acolhi

demandas e ouvi as dificuldades enfrentadas pelo oficinairo ao atender e dialogar com jovens envolvidos com a criminalidade que testam sempre os limites do programa. Foi difícil recuar diante de provocações tão impetuosas.

Percebi a tempo que não podia sustentar-me naquela relação. Precisava analisar qual era a implicação da minha presença naquele espaço.

“O útil ou necessário para a ética, a pesquisa e a ética da pesquisa não é a implicação – sempre presente em nossas adesões e rechaços, referências e não referências, participações e não participações, sobremotivações e desmotivações, investimentos e desinvestimentos libidinais...–, mas a análise dessa implicação”. (ALTOÉ, 2004, p. 190).

Parecia que o fato da oficina ser eleita para a pesquisa fazia com que Alexandre se sentisse privilegiado em alguns momentos, se sentia reconhecido e acolhido pelo programa. Apresentava-me a várias pessoas, comerciantes locais, pastores, traficantes.

Alexandre também se mostrou ponderado no início das visitas. Perguntava-me se era aquilo mesmo que eu procurava, se estava gostando, se estava satisfeito. À medida que íamos nos conhecendo, o contato ficando mais amistoso, depois amigável, a relação de poder tão marcada se atenuou, se dissipou um pouco.

Depois de cinco ou seis meses de visitação à oficina, decidi cortar o cabelo no Salão Branca de Neve, como estratégia de escapar da posição de funcionário do programa, aproximar mais dos jovens, valorizar o trabalho de Alexandre; que não aceitou o pagamento do corte. Relutou em receber e percebi que se continuasse insistindo estaria ofendendo-o. Considerei que não tinha sido uma boa estratégia e não me utilizei mais dessa tentativa novamente. Compreendi que realmente era um estrangeiro, e que por todo tempo que permanecesse ali, o olhar sobre mim como um agente da diretoria do Programa Fica Vivo! não se ausentaria. No momento em que cortava o cabelo a diferença se apresentou mais uma vez, pois os jovens estranharam o fato de Alexandre utilizar a tesoura, quando a prática comum a todos os cortes era o uso constante da navalha.

Passei a encaminhar todas as demandas aos técnicos do núcleo. Pontuava para Alexandre que determinadas discussões deveriam ser feitas com os técnicos e não comigo. Quando se tratavam de situações mais urgentes como jovens ameaçados, conflitos de território, tão logo Alexandre me contasse, assim que deixava a oficina, eu

telefonava para os técnicos. Depois de algum tempo foi possível me colocar numa posição um pouco mais desvincilhada da função do “chefe”.

Minha entrada em campo tinha duas perspectivas. Uma delas era compreender como a oficina poderia funcionar como dispositivo de disciplina, normalização dos corpos, vigilância, controle. Para esse fim, participar do espaço da oficina, observá-la, preenchia os esforços necessários para garantir elementos para a análise. Mais havia ainda uma segunda intenção, de capturar acontecimentos que pudessem ser compreendidos como momentos bifurcadores da trajetória de jovens envolvidos com a criminalidade, acontecimentos capazes de disparar processos de subjetivação. E para essa análise era necessário conversar com os jovens envolvidos, ouvir a respeito de suas trajetórias para tentar compreender como os jovens entendiam suas trajetórias no crime, como consideravam o envolvimento com a criminalidade.

Havia compreendido que existiam dois grupos de jovens<sup>16</sup>, os da oficina e os do tráfico. Havia uma “boca” de venda de drogas com vários jovens ao lado do salão. Era por causa deles que a oficina estava ali. Os jovens do tráfico faziam uso do salão, cortavam e pintavam seus cabelos, jogavam fliperama, mas não participavam da oficina, não queriam aprender a cortar cabelo. Quando havia o anúncio de uma festa no morro, um baile funk, o salão ficava cheio, pois os jovens do tráfico queriam pintar o cabelo, fazer penteados, produzirem uma estética nova e original para os eventos.

A percepção de que os jovens envolvidos estavam fora da oficina criou um problema metodológico. Precisava permanecer no espaço da oficina para analisar como a mesma podia funcionar como dispositivo de segurança, ao mesmo tempo em que precisava ficar fora dela se quisesse conversar com os jovens envolvidos. Conversei com jovens dentro e fora da oficina, mas não consegui encontrar uma entrada para estabelecer entrevistas em profundidade.

O salão possuía várias as máquinas de fliperama. Foram elas que possibilitaram minha aproximação com os jovens que povoavam o salão e se tornaram um instrumento fundamental da pesquisa. Jogar fliperama com aqueles jovens construiu uma relação de proximidade, troca, disputa, solidariedade. Round a round, ficha a ficha no “Street Fighter”, ou fase a fase no “Cadillac e Dinossauros”, além de me fazer revisitar imagens e sentimentos de minha adolescência, me colocou em questão diante daqueles jovens.

---

<sup>16</sup> Apenas para facilitar a descrição do contexto, a fim de estabelecer a diferença entre os dois grupos, nomeio os grupos de jovens que tive contato como jovens da oficina e jovens do tráfico, sem querer com isso, estabelecer nenhum rótulo ou algo que o valha.

Fui provocado a pensar e quis provocá-los. O fliperama produziu encontros. As conversas ao redor do fliperama eram intensas, mas a respeito dos jogos e das disputas que se produziam a partir deles.

Algumas conversas se estabeleceram fora do momento dos jogos com dois jovens específicos da oficina. Os diálogos aconteceram de forma informal, tomando um café, sentado na escadaria da igreja em frente ao salão ou enquanto cortavam os cabelos, mas embora fossem conversas muito interessantes e prazerosas, não considerei que o que traziam se encaixava ao recorte da pesquisa.

Achava muito difícil conversar com os jovens do tráfico separadamente, destacá-los para que falassem de suas vidas. Diógenes (2008) argumenta a respeito da mesma dificuldade. Conversei mais com jovens da oficina do que com os que não participavam.

“Vou tentar esclarecer tamanho estranhamento. Primeiro: é impossível *entrevistar* uma gangue. Seus integrantes não *respondem* perguntas, eles apenas *conversam*. Segundo: quase nunca é permitido abordar, em separado, um participante da gangue. Eles são um “conjunto”, apresentam-se no coletivo (...) os integrantes das gangues “falam” quase sempre com o corpo, com gestos, adereços, estilos de vestir, tatuagens que expressam modos de ser e de pensar”. (DIÓGENES, 2008, p.59).

Havia outras dificuldades. O espaço não era apropriado para entrevistas em profundidade, pois era extremamente movimentado. Tanto dentro quanto fora do salão, o fluxo de pessoas e veículos era constante, pois se tratava da rua com maior número de estabelecimentos comerciais e equipamentos públicos da favela. Sentia que precisaria convidar os jovens para as entrevistas em outro espaço. Além disso, não estavam presentes todas as terças. Percebi que a “boca” não funcionava todos os dias em que estive na oficina. Acreditava que a presença deles no ponto de venda de drogas deveria variar em função da presença da polícia ou mesmo pela baixa no estoque. O comércio de drogas também tenha sua entressafra, até porque as apreensões são frequentes e constantemente noticiadas. Além disso, os jovens do tráfico nem sempre eram os mesmos. Às vezes, quando achava que estava começando a me aproximar de um deles, recebia a notícia que havia sido preso. Já no final da pesquisa, no último dia em que estive no salão para finalizar minha participação e levar para Alexandre uma cópia do termo de consentimento do comitê de ética, percebi que não havia ninguém na “boca”. Perguntei pelos meninos e oicineiro me disse que haviam sido todos presos.



Felizmente, não recebi notícia de nenhum jovem morto no período que acompanhei a oficina.

Minha perspectiva de análise foi sendo redesenhada durante o acompanhamento da oficina. Além de conversar com os jovens, conversava muito com Alexandre e aos poucos fui percebendo que ao invés de falar da trajetória dos jovens, seria muito interessante falar da trajetória do oficinairo, que também tinha sido atravessada pela criminalidade e pelo envolvimento no tráfico de drogas.

“Após essa experiência de investigação com as gangues pude compreender que a construção metodológica se verifica mais ou menos assim: o caminhante sabe a direção que quer tomar, conhece os mapas, os obstáculos, a direção dos ventos, ouviu falar de certos atalhos, que pode usar alternativamente, mas é fundamentalmente no caminho que, obviamente, *faz a sua própria trajetória*”. (DIÓGENES, 2008, p.61).

Defini então que acompanharia a oficina e que entrevistaria o oficinairo Alexandre. Foram 3 entrevistas e 2 telefonemas para tirar algumas dúvidas que tive quando comecei a escrever sobre sua trajetória. As conversas tiveram a informalidade como condução, da mesma forma que estabeleci com os jovens. Não utilizei qualquer questionário ou gravador. Foram conversas no salão, ao final da oficina, quando o movimento já havia diminuído.

Percebi que Alexandre, ao mesmo tempo em que demonstrava resistência em relembrar e explicitar alguns pontos de sua vida, também se sentia privilegiado em poder contar sua trajetória. Perguntava quantas pessoas teriam acesso àquelas informações, se seriam publicadas. Respondia que sim, que estaria publicada em minha dissertação, que a biblioteca da UFMG teria um exemplar e que daria um ao Programa Fica Vivo! e que o último exemplar o entregaria em mãos. Por vezes, Alexandre me perguntou como ia o andamento do “livro”, se já estava terminando. Dizia que sim, e eu sempre enfatizava que gostaria muito da presença dele no dia da defesa da dissertação.

No último dia em que estive no salão levei um arquivo com a dissertação bastante adiantada para mostrar a Alexandre. Li como ele a parte que relatava a oficina e sua trajetória de vida no computador que adquiriu e colocou no salão para agendar os horários dos cortes. Salvei uma cópia em seu computador e pedi a ele que lesse e me apontasse algum equívoco ou algo que gostaria que modificasse, acrescentasse; o que

não ocorreu. Nesse mesmo dia, Alexandre concorda e autoriza que seu nome, seu apelido e o nome do salão sejam transcritos em sua forma verdadeira.

Acompanhei a oficina de Corte Artístico entre fevereiro e dezembro de 2010. Minhas visitas aconteceram sempre às terças-feiras. Foram aproximadamente 28 encontros. A partir da observação participante, busquei uma descrição de abordagem etnográfica e quis compreender a oficina de Corte Artístico como dispositivo de segurança, além de buscar a expressão de trajetórias, agenciamentos e acontecimentos num contexto histórico e territorial delimitados. A produção de saberes se fez legítima a partir do campo, na relação estabelecida a partir dos encontros propiciados nessa pesquisa. Saberes compartilhados, co-produzidos no contato com os sujeitos que mantive contato no campo em que estive implicado.

## **CAPÍTULO 4. ANÁLISE DO CAMPO EMPÍRICO**

### 4.1 A oficina de corte artístico

A proposta nesse capítulo foi utilizar o pensamento foucaultiano como eixo central de análise, tendo como base suas três categorias fundamentais, saber poder e subjetivação, acrescentando ainda algumas noções como as de território e desterritorialização, sociabilidade e outsiders, fazendo cruzar saberes e autores na tentativa de compreender o que está em jogo no Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!.

Mais precisamente, quis problematizar a contradição sobre a qual esse programa é executado ao produzir discursos que combinam repressão e proteção, risco e possibilidade de atendimento a jovens pobres, moradores de favelas. Quis compreender como as oficinas do programa podem, a partir de relações de poder, funcionar como dispositivo de segurança, verificando que mecanismos de controle, vigilância e normalização específicos estão presentes nesse tipo de regulação, além de pensar sua potência paradoxal de se colocar em algum momento como dispositivo para processos de subjetivação.

A oficina acompanhada na pesquisa foi a de Corte Artístico e acontece no Salão Branca de Neve, situado na Rua São Tomás de Aquino, onde se concentram vários equipamentos públicos como o Centro de Saúde da PBH, a Escola Estadual Guaraná de Menezes, o BH Cidadania, uma creche, além de vasto comércio.

O espaço é alugado há vários anos e é decorado com pôsteres do rei do pop Michael Jackson e do jogador de basquete Michael Jordan, além de troféus e uma camisa de futebol emoldurada do “Gaviões do Morro”, clube de futebol da favela.

As paredes são pintadas de verde, com grafites, como o de Bob Marley, ícone da música Reggae. Não por acaso, o grafite de Bob Marley valoriza suas melenas, que vão se transformando em notas musicais.

O salão se chama Branca de Neve, apelido que Alexandre ganhou na adolescência. Alexandre é muito conhecido na favela como Branca. O símbolo do salão, no entanto, é uma águia de asas e garras abertas, em um desenho que conota força, firmeza. A camisa do salão utilizada pelo oficinheiro e por alguns jovens que trabalham junto com ele é preta, com a águia e o nome do salão estampados na cor prata.

Espelhos e cadeiras formam nove pares onde é possível que nove pessoas cortem cabelo ao mesmo tempo. Bancos, um bebedouro, um banheiro, uma televisão pequena, fixada no canto, quase sempre desligada, além de várias máquinas de fliperama e uma máquina de música completam o espaço. Aliás, a máquina de música é presença constante nos bares ao longo da Rua São Tomás de Aquino.

O salão nunca está do mesmo jeito. Alexandre vive mudando as coisas de lugar. Reformando algumas, trocando outras. Já teve vídeo-game junto com os fliperamas. Orgulha-se de dizer que o Mano Brown, Rapper paulista famoso, já esteve no salão e jogou vídeo-game com os jovens da oficina. Perdeu para os meninos no futebol.

O salão chama atenção pelo seu layout e pela intensa movimentação. As máquinas de fliperama são responsáveis por grande fluxo de jovens no salão. São em torno de seis ou sete máquinas. O número varia e os jogos também, de acordo com a aceitação dos jovens. As máquinas são trocadas de tempos em tempos, o que dificulta precisar o número certo. Algumas delas têm público cativo, estão sempre cheias e disputadas e nunca saem de cena. Se por acaso estragam ou precisam ficar desligadas, provocam protestos. São os jogos clássicos que sobrevivem desde minha adolescência.

Do lado esquerdo de quem entra no salão, separado por uma tela de metal, há uma boutique onde é possível encontrar chinelos, saias, bermudas, camisas e bonés. Tudo mais ou menos seguindo a mesma linha hip-hop de Alexandre. A boutique é dele e de um sócio, também oficinairo do programa. Juntos têm uma grife, “db”, que significa “de boa”. O forte da grife são as camisas, mas também produzem agasalhos, moletons. As camisas trazem estampas de Rappers americanos famosos, além da marca “db”. É na boutique onde se vende as fichas das máquinas de fliperama.

A boutique é mais apertada, com um balcão e um sofá de dois lugares ocupando quase todo espaço que sobra da vitrine e das araras. Na quina uma TV afixada, que ao contrário da TV do salão, está sempre ligada.

No total são três lojas, duas ocupadas pelo salão e uma pela boutique.



Imagem retirada do blog <<http://salaobrancadeneve.blogspot.com>>. Acesso em 01 de mar. de 2011.

O salão passou por reforma em dezembro de 2010. A foto mostra o Salão Branca de Neve após a reforma, diferente de quando comecei a frequentá-lo. As máquinas de fliperama, por exemplo, não estão mais presentes. A cor predominante deixou de ser a verde e passou a ser a azul. Os quadros foram removidos das paredes.

Em dezembro, quando cheguei numa terça-feira para acompanhar a oficina estavam terminando a reforma do salão. Perguntei ao Branca o porquê de toda aquela mudança. Ele disse que “deu no grilo”, mas entendi que o que almejava era um espaço mais organizado.

A oficina funciona as segundas e terças-feiras, de dezoito às vinte horas, mas o horário britânico não é sua principal característica. Geralmente começa com um pequeno atraso. Pode começar mais cedo também. Dependia do oficinheiro e também dos jovens.

Os jovens vão chegando aos poucos. A circulação no salão começa antes, mas para a oficina funcionar é preciso esperar um tempo. É quase um despertar, um espera necessária para engatilhar e aí funcionar.

A oficina funciona no espaço desde 2007. O número de participantes girava em torno de 20 jovens. A faixa etária média é de 17 anos.

A oficina se enquadra no eixo das oficinas que o programa Fica Vivo! classifica como Inclusão Produtiva. Oficinas que tem algum caráter profissionalizante ou confirmam ao jovem oportunidade de empreender, criar um movimento que possibilite geração de renda.

Embora o programa não tenha habilitação para emitir certificados de formação profissionalizante e não execute ações diretas de cunho educativo e profissionalizante, o programa possui algumas oficinas como Corte Artístico, Manicure, Estética, Informática, Penteados Afro, Mecânica de Motos, Artesanato, para citar algumas, que se enviam na produção de artefatos que podem ser vendidos e serviços que podem ser prestados.

A Superintendência de Prevenção à Criminalidade (SPEC) estabelece pontualmente convênios e termos de parcerias para execução de atividades formadoras e profissionalizantes dentro de seus quatro programas e já possibilitaram a alguns jovens do programa Fica Vivo! participarem de cursos no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Banco do Brasil, Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA), entre outros.

A oficina de Corte Artístico já participou de uma atividade fomentada pela SPEC, intitulada como Unidade Produtiva, através de execução de termo de parceria com uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP)<sup>17</sup>, dando por um ano a oportunidade aos jovens de, além de cortar cabelos, realizar a gestão de um salão sob orientação técnica.

O salão tinha à época da pesquisa três jovens que aprenderam a cortar cabelo na oficina e hoje trabalham no salão. Eles estão presentes no horário das oficinas e também fora dele.

---

<sup>17</sup> Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) é um título atestado pelos governos municipais, estaduais e federal a pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, ou seja, às Organizações Não Governamentais (ONGs). A qualificação de Oscip autoriza e regula a relação entre o poder público e privado para o estabelecimento de termos parcerias e convênios. A certificação pode ser obtida em todos os níveis de governo, através do cumprimento de determinados requisitos que garantam transparência administrativa, principalmente na gestão e prestação de contas. Trata-se de uma qualificação dada pelo Ministério da Justiça no Brasil.

A oficina de Corte Artístico tem uma peculiaridade. Praticamente não são utilizadas tesouras. Os jovens aprendem a cortar os cabelos utilizando máquinas de cortar cabelo e lâminas de barbear.

O oficinheiro enfatiza que na oficina dele se aprende praticando. Não são entregues apostilas e não há aula teórica. Os encontros são no salão e são práticos. Os novatos começam observando, auxiliando em tarefas mais simples e aos poucos vão sendo introduzidos no corte.

O grande diferencial da oficina e que produz repercussão na favela são os desenhos realizados no cabelo. Por isso o nome de Corte Artístico.

A oficina é majoritariamente de corte masculino e segue um padrão mais ou menos estabelecido. Cabelo raspado baixo, “máquina quatro”, “máquina dois”, a gosto do cliente. Dois e quatro são números dos pentes da máquina.

Depois da máquina, é a hora dos desenhos feitos através da lâmina. É o segundo passo, onde se diferencia o talento do cortador. Compreendi que para os jovens, passar a máquina é moleza. O que diferencia o talento é a técnica e a atitude para traçar caminhos na cabeça de alguém com uma lâmina sempre bem afiada.

Como a oficina tem caráter prático, as primeiras aulas são estrategicamente montadas para que o jovem perca o medo de trabalhar com a navalha. Para isso ficam horas passando a navalha em balões de borracha.

Os jovens sopram o balão até que fiquem do tamanho de uma cabeça. Depois o oficinheiro desenha com caneta hidrocor um cabelo e possíveis desenhos que podem ser realizados na cabeça de alguém.

Começam os primeiros exercícios. Os jovens da oficina precisam retirar a tinta hidrocor do balão com a navalha sem deixá-lo estourar. É nessa etapa da oficina que vão se apropriar da necessária leveza com as mãos ao usar a lâmina e assim realizar recortes finos, curtos, encurvados, grandes e pequenos nos cabelos.

Os estouros de balões, de frequentes passam a se tornar raros. Os jovens começam a desenvolver ações com destreza no balão, retirando a tinta rapidamente, sem deixar o balão estourar. É hora de começar a usar a lâmina nos cabelos de verdade. A estratégia de ensino é infalível. Os jovens começam a cortar os cabelos com muita desenvoltura e realizar desenhos cada vez mais rebuscados. Acompanhando a oficina durante onze meses, nunca vi uma cabeça sangrando.

Alguns jovens praticam desenhos em outras oficinas como a de Grafite, a fim de melhorar o traço e desenvolver estilos de letras e contornos diferentes.

Alexandre argumenta que não gosta de ensinar a cortar cabelo ficando ao lado do jovem o tempo todo. Fica observando de longe e quando sente necessidade chama atenção. Sua técnica reside em ficar na porta do salão fumando seu cigarro de palha, olhando discretamente para o espaço da oficina. Quando menos se espera, no meio de todo aquele turbilhão, Alexandre muda o tom de voz e orienta uma ação, cobra alguma questão. Quando é preciso, chega aos gritos pra “botar moral”, porque às vezes os “meninos extrapolam”.

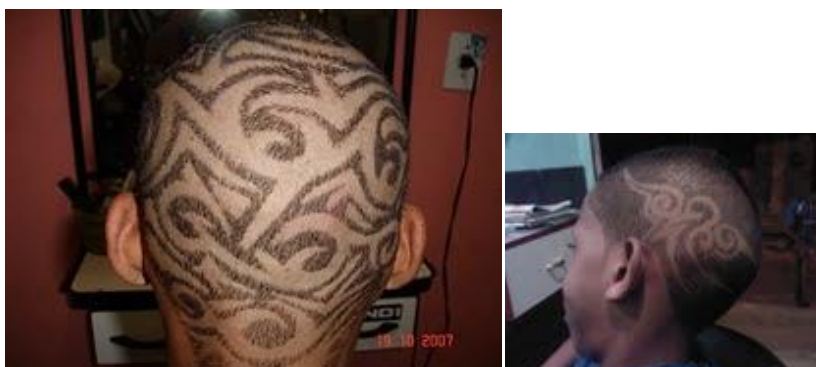
A relação do oficineiro com os jovens é respeitosa e afetuosa. O oficineiro ocupa um lugar de referência para os jovens que participam da oficina e para os que ficam ali do lado, próximos, entrando e saindo. O salão é um espaço de convivência.

Acompanhando semanalmente as oficinas foi possível verificar que alguns jovens vão ao salão frequentemente, embora não queiram aprender a cortar cabelo. Querem apenas conviver naquele espaço.

As pessoas que se dispõem a cortar o cabelo de graça pelas mãos dos jovens aprendizes são chamadas de “Modelos”. São em sua grande maioria crianças. A população local já sabe que todas as segundas e terças-feiras têm corte artístico de graça no salão Branca de Neve. A fila é grande. Os meninos ficam sentados por até duas horas esperando sua vez de cortar o cabelo para sair com um novo visual. A favela anda enfeitada.

Os desenhos são em sua maioria na parte posterior ou lateral da cabeça. São desenhos tribais, nomes, letras, símbolos. É comum ver as cabeças dos jovens que fazem a oficina, marcadas com os nomes da namorada ou da mãe, ou mesmo a letra inicial das mesmas. Filhos também são alvos frequentes de homenagens.

As sobrancelhas também são alvo das lâminas. São talhadas e podem significar participação de jovens em grupos e até mesmo uma hierarquia dentro do grupo.



Imagens retiradas do blog <<http://salaobrancadeneve.blogspot.com>>. Acesso em 01 de mar. de 2011.





Imagens retiradas do blog <<http://salaobrancadeneve.blogspot.com>>. Acesso em 01 de mar. de 2011.

A oficina acontece por duas horas ou mais um pouco. Ao final da oficina é preciso limpar o salão. Os jovens guardam os materiais, varrem a cabeleira que se juntou durante a oficina e partem para o lanche oferecido pelo oficinheiro.

O momento do lanche abre espaço para descontração. Os jovens brincam, fazem piada uns dos outros, contam casos. O lanche proporciona à oficina um espaço de conversação, pois possibilita a formação de um grupo no momento em que os jovens não estão individualizados atrás das cadeiras, concentrados na aprendizagem do ofício.

Depois do lanche, o salão vai se esvaziando. Alguns jovens vão saindo aos poucos enquanto outros permanecem até o fechamento do salão, ajudando inclusive nesse processo que envolve algumas particularidades.

Todos os dias quando o trabalho se encerra, alguns bancos e cadeiras, além de algumas máquinas de fliperama precisam ser arrastadas para que o carro do oficinairo possa ser guardado.

O salão vira garagem. O oficinairo guarda seu Fiat Palio ano 99, prata, cheio de estilo, com acessórios que o deixam mais esportivo. Enquanto o salão funciona, o carro, desde que não esteja sendo utilizado pelo sócio ou por um amigo, fica estacionado em frente à igreja de frente ao salão.

A maior igreja evangélica da rua fica em frente ao salão. Com ótima estrutura, a igreja tem uma grande fachada totalmente revestida e um enorme estacionamento no subsolo. A garagem fica aberta e recebe grande número de carros. É pela garagem que o público acessa a igreja, pelo menos no horário em que estive presente ali. Por curiosidade, certa vez entrei na igreja pela garagem e encontrei um enorme salão com um grande palco totalmente ocupado pelo coral da igreja que ensaiava seu louvor.

Com a entrada principal sempre fechada, sua escadaria vira espaço de convivência de jovens, local onde pude por vezes assentar e dialogar com eles.

Quando encontrava um grupo de jovens presentes na escadaria, me aproximava, conversava com um ou outro, e ficava atento nas conversas que se produziam ali. Na escadaria eu escutava mais do que conversava. Falavam das festas, das garotas que mantinham relação ou com as quais pretendiam ter uma relação, ficar, namorar, transar. Também falavam do envolvimento com a criminalidade, das estratégias que desenvolviam para furtar, por exemplo.

Várias garotas desciam e subiam a rua enquanto as conversas se produziam e muitas delas recebiam beijos, abraços, cantadas e convites para encontros. Os jovens envolvidos com o tráfico de drogas também fazem uso do espaço para a paquera.

Juarez Dayrell (2002) aponta que os processos de socialização juvenil podem ser compreendidos a partir dos processos pelos quais os jovens se apropriam do social em suas múltiplas experiências e chama nossa atenção para o fato de que embora possam permanecer em um grupo social determinado, suas manifestações sociais, suas sociabilidades não podem ser reduzidas a esses grupos.

“Passa a ocorrer uma heterogeneidade de princípios culturais e sociais que organizam as condutas, com os atores podendo adotar simultaneamente vários pontos de vista. Há mutações globais dos quadros de referência, e nenhuma delas assume uma centralidade. Não há mais uma unidade do sistema e do ator. O ator não é totalmente socializado a partir das orientações

das instituições nem a sua identidade é construída apenas nos marcos das categorias do sistema”. (DAYRELL, 2002, p. 121).

Dayrell (2002) nos alerta ainda para a fragilização das agências clássicas de socialização e para a construção de referências e valores num quadro contemporâneo de incertezas e inseguranças na produção de subjetividade. Argumenta que diante desse cenário, os jovens têm constituído um conjunto heterogêneo de redes de significado, se construindo socialmente em múltiplos processos de experiência.

Interessei-me em compreender as relações estabelecidas entre os jovens envolvidos com o tráfico e os jovens<sup>18</sup> pertencentes à oficina, considerados por mim como não envolvidos com o tráfico. Verifiquei que eram dois territórios.

Falar de território é falar de bordas, delimitação, fronteira; de um dentro e um fora. O território é afirmação existencial. Implica um espaço, mas decerto não o faz com a objetividade de uma circunscrição geográfica. Pelo contrário, o território demarca um espaço de expressão, o campo do familiar e do estranho para cada um; um sentir-se em casa. Marca as distâncias em relação ao outro, protege do caos e ao mesmo tempo estabelece vínculos possíveis.

O território é sinônimo de apropriação subjetiva do espaço, é onde a subjetividade pode se mostrar, emergir com singularidade.

Mesmo quando se busca escapar de algum território, mesmo quando se desterritorializa, engaja-se imediatamente em outro, reterritorializa-se.

Estamos sempre vinculados a um território, seja desterritorializando, seja constituindo um território. Cada um de nós necessita, como um recurso básico, territorializar-se. É algo que nos assenta, nos conforta, nos abriga.

O território necessariamente pressupõe uma subjetividade, ou melhor, os territórios são compostos por subjetividades, são preenchidos por elas. Dizer de um território é dizer de uma subjetividade, de consumo de uma subjetividade, seja de forma alienada ou singular.

---

<sup>18</sup> A equipe técnica me informou que entre os alunos da oficina, havia um deles que já havia estado preso no Centro de Internação Provisória (CEIP) e estava em cumprimento de medida socioeducativa. Nunca lhe perguntei o motivo. Naquele espaço era um jovem participante da oficina e não estava envolvido com a criminalidade. No meio do ano passou a ir menos à oficina, pois começou a trabalhar numa rede de sanduíches no BH Shopping.

A subjetividade pode ser entendida como uma grande fábrica que produz a forma como nos relacionamos, como nos expressamos, a partir de agenciamentos formatados socialmente e territorializados pelos indivíduos.

A subjetividade é essencialmente fabricada e modelada no registro do social. Para Guattari e Rolnik (2005) “seria conveniente dissociar radicalmente os conceitos de indivíduo e subjetividade”. Entendem a subjetividade como matéria-prima de toda e qualquer produção. Ou seja, toda produção se reveste, se entremeia em uma relação a partir da subjetividade. Fazendo analogia à informática, Guattari e Rolnik (2005) argumentam que o indivíduo estaria na posição de um terminal, um consumidor de subjetividade.

A subjetividade está em circulação nos tecidos sociais de diferentes tamanhos. Os territórios são as expressões da subjetividade e se constituem a partir dela. Os indivíduos vivem a subjetividade, na subjetividade. Transitam por ela e dela se apropriam.

Entre os dois grupos, os dois territórios que percebi – um formado pelos jovens envolvidos com o tráfico e outro pelos jovens da oficina – percebi que a estética, o estilo, a linguagem, os códigos, as músicas, não eram elementos de diferenciação. O consumo de subjetividade, a produção de subjetividade era algo comum. Eram elementos que tornavam os dois territórios permeáveis. Territorialidades e seus dispositivos rizomáticos.

Embora fosse visível o contorno e a distância de dois territórios formados por dois grupos de jovens, existiam vários pontos de conexão possibilitados pelo convívio no salão. As máquinas de fliperama se colocavam como ponto central de socialização onde se misturavam jovens vendendo e consumindo drogas com outros que cortavam cabelo ou aguardavam para terem os cabelos cortados.

O traçado territorial distribui um fora e um dentro, que pode ser percebido como intocável ou como possibilidade de que algum ponto mostre-se permeável, e, portanto, zona de experiência.

Máquinas de fliperama, o corte de cabelo e o tráfico compunham de forma significativa os agenciamentos no espaço da oficina e em seu entorno.

O que verifiquei é que as máquinas de fliperama funcionavam como elemento de permeabilidade entre os territórios e os jovens, enquanto que a diferenciação entre os territórios ficava delimitada a partir dos saberes específicos produzidos pelos jovens. Saberes sobre o tráfico e sobre o ofício de cortar cabelo. Eram esses saberes que

criavam bordas, estabeleciam relações de poder e produziam a expressividade dos dois territórios.

Enquanto alguns jovens escolheram o tráfico, outros preferiram o corte artístico como forma de produzir e expressar subjetividade, construir saberes, formas de ver e maneiras de dizer, formas de serem vistos e ditos.

Deleuze (2002), numa interpretação da concepção espinosiana do corpo, do que pode um corpo num plano de imanência, coloca que a cartografia de um corpo se daria a partir de relações de velocidade e lentidão, de movimentos e de repouso, como conjunto de afetos que o preenche a cada momento, estados intensivos de uma força.

“De um lado, um corpo, por menor que seja, sempre comporta uma infinidade de partículas: são as relações de repouso e de movimento, de velocidades e de lentidões entre partículas que definem um corpo, a individualidade de um corpo. De outro lado, um corpo afeta outros corpos, ou é afetado por outros corpos: é este poder de afetar e ser afetado que também define um corpo na sua individualidade. (DELEUZE, 2002, p.128).

Podemos entender as construções de visibilidades dos jovens a partir de um corpo vivo, criativo, potente, propulsor de expressões subjetivas e singularidades, ainda que dentro de uma circunscrição sócio-identitária, afinal os jovens procuram produzir seus corpos esteticamente.

#### 4.2 O que está em jogo?

Quem nos ensina a perguntar o que está em jogo é Michel Foucault. Sob a égide de Nietzsche, Foucault nos ensina a colocar a verdade sempre em perspectiva, para pensar em que relação de forças está inserida, quais relações de poder a legitima, de que forma os regimes discursivos são produzidos.

Foucault quis fazer a história crítica da verdade, pensada como jogos de verdade. Pensar a vontade de verdade e sua produção em jogos de poder, no confronto de discursos que legitimam certas verdades enquanto desconsideram ou desarticulam outras. Sempre a partir de jogos, de configurações, de regulamentos.

O saber e, portanto, a verdade, como problema de incorporação, de domínio, não de verificabilidade, mas a partir de relações de poder. Arqueologia do saber e genealogia do poder.

Quis pensar a produção de saberes sempre em termos de estratégia, de táticas, analisando quais as regras do jogo, o que faz funcionar um discurso como verdadeiro, quais as técnicas e procedimentos para a obtenção da verdade.

“O que se pode concluir é que cada formação histórica vê e faz ver tudo o que pode, em função de suas condições de visibilidade, assim como diz tudo o que pode, em função de suas condições de enunciado”. (DELEUZE, 2006, p. 68).

Foucault produziu uma singular interpretação dos processos históricos da sociedade ocidental. Demonstrou como mecanismos configuram, desenham, consolidam, desconstroem, mantêm, conflitam, formam e quebram os estratos históricos.

Atento às dinâmicas societárias, às suas demarcações, assim como suas rupturas, deslocamentos e transformações, indicou regimes discursivos, cortes entre um discurso e outro, assim como demonstrou como essas composições se regulam a partir de relações de força, de poder.

O saber e o poder estão imbricados, combinados. Articulam-se, se reforçam ou se minam mutuamente. As relações de poder constituem campos de saber na mesma medida em que os saberes asseguram e perenizam o exercício de poderes.

Poder este que ganhou em Foucault uma conotação conceitual única, apresentado como elemento que se faz presente em ato, a partir de relações, condição de sua existência. Poder que só existe tensionado em ações, subordinando saberes, elegendo outros, estabelecendo regimes. Não anulando, mas regulando possibilidades.

Para Foucault, o poder é algo onipresente.

“porque se produz a cada instante, em todos os pontos, ou melhor, em toda relação entre um ponto e outro. O poder está em toda a parte; não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares”. (FOUCAULT, [1976] 2007a, p. 103).

O poder não deve ser entendido como uma estrutura ou como uma essência. Tampouco como uma potência adquirida, uma riqueza ou um bem, como algo que se apossa, se adquira ou se arrebate. Pelo contrário, o poder é imanente e circula, produz intensidades de afrontamento, se exerce em meio a relações, em correlações de forças

múltiplas que atuam nos aparelhos de produção. O poder existente apenas em ato, em exercício.

“Não existe de um lado os que têm o poder e de outro aqueles que se encontram dele alijados. Rigorosamente falando, o poder não existe; existem sim práticas ou relações de poder (...) Não é um objeto, uma coisa, mas uma relação”. (MACHADO, 1979, p. XVI).

Deve-se analisar o poder como algo que faz funcionar, produz, se exerce em rede, funciona em cadeia. Os indivíduos estão sempre em posição de serem submetidos a esse poder e de também exercê-lo. O poder pode despotencializar, disciplinar, regular, controlar uma força, mas não anulá-la.

Como nos esclarece Deleuze (2006), o poder não é uma forma e não se estabelece entre duas formas como o saber. O poder é uma relação de forças subjacentes à forma. O exercício do poder se define pelo conjunto de ações sobre ações, pela potência de afetar forças e de se afetar por outras com as quais está em relação.

O poder, diferentemente do saber, não se estratifica, não se sedimenta, é instável, móvel e só existe em exercício, em microfísicas. As relações de força, os afetos, são ativos e reativos. Mobilizam, suscitam, incitam, ampliam, limitam, tornam fácil ou difícil; caracterizam uma formação, um estrato.

Como gosta de colocar Deleuze (2006), o poder é o não-estratificável, o pensamento do lado de fora. O saber compõe estratos enquanto o poder se faz em microagitações.

Embora o poder não veja e não fale, a imbricação de poder-saber faz ver e faz falar. Esta imbricação coloca existências, séries, épocas, formações “sob as luzes por um instante e faz com que eles falem” (DELEUZE, 2006, p.89).

E articulando esses dois conceitos, saber e poder, Foucault construiu uma perspectiva de análise capaz de desnudar os mecanismos de controle da sociedade. Mostrou-nos minuciosamente as disciplinas, as coerções, as normalizações, a formação de sistemas de regras, o controle e o governo através de mecanismos de segurança.

Saber e poder, portanto, como duas grandes categorias de análise, centrais em toda a obra foucaultiana, e que ganharia em sua fase final, mais precisamente no intervalo de oito anos estabelecido entre as obras História da sexualidade I (1976) e

História da Sexualidade II (1984), mais um potente componente de análise, os modos de subjetivação, formando dessa forma um tripé analítico.

A permanência de um regime, de uma configuração social se faz a partir de arranjos de poder e saber. A integração destes eixos formam instituições, estratégias de acúmulo, processos de normalizações.

Foucault não quis restringir o poder à sua função repressiva, numa concepção apenas negativa. Quis mostrar que o poder possui uma eficácia produtiva, uma positividade. O poder reprime, censura, mascara, segrega, normaliza. Mas também produz.

“Não se explica inteiramente o poder quando se procura caracterizá-lo por sua função repressiva. O que lhe interessa basicamente não é expulsar os homens da vida social, impedir o exercício de suas atividades, e sim gerir a vida dos homens, controlá-los em suas ações para que seja possível e viável utilizá-los ao máximo, aproveitando suas potencialidades e utilizando um sistema de aperfeiçoamento gradual e contínuo de suas capacidades”.  
(MACHADO, 1979, p. XVIII).

A análise do poder se faz a partir das correlações de forças, em relações, como uma rede de mecanismos a que nada escapa, pois nada está isento do poder. O que não quer dizer que o poder seja totalizador, ou que não haja resistência. Pelo contrário, a possibilidade de resistência está sempre presente.

Dinâmicas de resistência, revoluções, rearranjos se fazem a partir de contínuos deslocamentos, inversão de relações, exercícios de manobra, processos de subjetivação.

Tratada por alguns autores como o terceiro tempo de Foucault, ou como o último Foucault, a conclusão dos modos de subjetivação por parte do autor ficariam incompletos devido à sua prematura morte em 1984.

Foucault desenvolveu a noção de subjetivação ao ver-se encurralado, enclausurado pelas relações de poder. Esse problema o fez pensar em como ultrapassar a linha do poder, como escapar das relações de poder que proporcionam normalizações, sujeições, domínios. Como resistir ao poder, como produzir modos de vida, estéticas de existência que possam em algum momento dobrar o poder, fazer com que a força se exerça sobre si, se choque contra si. Pensar o poder como positividade.

Foucault retomou, a partir da problemática do governo, sua análise das relações de poder sob o prisma da ação, do exercício do poder, como um conjunto de ações sobre



ações possíveis, formas de conduta, governo dos outros e governo de si. Desenvolveu as noções de biopoder e *governamentalidade*, extrapolou a idéia de um poder fadado às lutas e táticas de dominação e ampliou a compreensão do poder, atribuindo a ele o sentido de conduta e criando assim espaço para a problematização de práticas de si, governo de si, fazendo dobrar o poder operando modos de subjetivação.

Pode-se então, de maneira muito esquemática, dividir o pensamento de Foucault em três tempos, a partir de três conceitos centrais, saber, poder e subjetivação.

Propõem-se alguns postulados. De que a sociedade se rege em relações de poder que operam de forma múltipla, em toda parte e a cada instante. Que essas relações de poder legitimam saberes, discursos de verdade e produzem fatos sociais. E que processos de subjetivação são tentativas de escapar de normalizações a partir da construção de linhas de fuga que possam desterritorializar, produzir modos de vida singulares a partir de uma ética e estética de um querer-artista.

A partir desse tripé conceitual, guiei minha tentativa de análise. Interessou-me, pois, localizar os mecanismos específicos de regulação e normalização nos instrumentos e dispositivos do Programa Fica Vivo!, além de tentar capturar possíveis rupturas, descontinuidades para a constituição de estéticas de existência, *devires*, que se produziram em meio às relações que configuram normalizações.

#### 4.3 As produções de saber no Programa Fica Vivo!

O saber configura discursos, produz regularidades de enunciados que legitimam verdades. Como esclarece Deleuze, o saber para Foucault se estabelece na composição de *dizíveis* e *visíveis*, campos de enunciados e evidências.

“Uma *época* não preexiste aos enunciados que a exprimem, nem às visibilidades que a preenchem. São dois aspectos essenciais: por um lado, cada estrato, cada formação histórica implica uma repartição do visível e do enunciável que se faz sobre si mesma; por outro lado, de um estrato a outro varia a repartição, porque a própria visibilidade varia em modo e os próprios enunciados mudam de regime”. (DELEUZE, 2006, p. 58).

Um período, portanto, uma regularidade, um regime, um estrato histórico produz discursos que são validados como verdadeiros a partir de dizibilidades e visibilidades, configurando maneiras de ver e formas de dizer. “A arqueologia concebida por ele

[Foucault] é um arquivo audiovisual (...) o que define é, acima de tudo, a voz, mas também os olhos. Os olhos, a voz”. (DELEUZE, 2006, p. 60).

“É, então, entre o visível e sua condição que os enunciados se infiltram um no outro (...) É entre o enunciado e sua condição que as visibilidades se insinuam (...) Ainda mais, são os enunciados e as visibilidades que se atacam diretamente como lutadores, se combatem e se capturam, consistindo a cada vez a *verdade*”. (DELEUZE, 2006, p. 75).

Verdade constituída sempre através do embate de discursos, em jogos, a partir de relações de força, produzindo pensamentos hegemônicos e minoritários. Olhares e vozes que se modificam, variam em função do poder. Certifica-se a partir desse pressuposto que as verdades construídas são moduláveis, modificáveis, mutáveis, transitórias.

Para Foucault, o discurso não é aquilo que traduz as lutas e os sistemas de dominação, mas aquilo pelo que se luta, a partir de procedimentos de controle e delimitação do discurso.

O discurso é operado por repartições e separações que se organizam em torno de contingências históricas e que estão, portanto, em permanente deslocamento. Os deslocamentos não se exercem, porém, sem pressões ou violências e são sustentados e conduzidos por um sistema de instituições.

“Eis a hipótese que gostaria de apresentar (...) suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade”. (FOUCAULT, [1970] 1996, p. 8-9).

É no entrecruzamento de visibilidades e dizibilidades que se produzem os jogos de verdade, legitimadas pelas relações de poder que as estabilizam.

Foi no entrecruzamento de dizíveis e visíveis que Foucault demonstrou como o poder psiquiátrico produziu, a partir do asilo, um saber sobre a loucura. Em *Vigiar e Punir* (1975), o autor apresentou como a criminologia, a partir da prisão, construiu um saber a respeito da delinquência. Brindou-nos ainda com a análise do poder pastoral e

de como se produziu toda uma reviravolta tática para garantir a colocação do sexo num regime discursivo.

Da mesma forma, poderíamos nos debruçar sobre a educação e pensar a partir de quais estratégias o saber pedagógico foi assegurado num regime escolar. O que Foucault queria nos mostrar era como todos esses saberes estavam articulados ao poder. Como os saberes são todos eles políticos.

“Para assinalar simplesmente, (...) digamos isto: somos forçados a produzir a verdade pelo poder que exige essa verdade e que necessita dela para funcionar; temos de dizer a verdade, somos coagidos, somos condenados a confessar a verdade ou a encontrá-la. O poder não pára de questionar, de nos questionar; não pára de inquirir, de registrar; ele institucionaliza a busca da verdade, ele a profissionaliza, ele a recompensa. Temos de produzir a verdade como, afinal de contas, temos de produzir riquezas, e temos de produzir a verdade para poder produzir riquezas”. (FOUCAULT, [1975-1976] 1999, p. 29).

O primeiro esforço empreendido foi verificar quais dizibilidades e visibilidades são produzidos pelo Programa Fica Vivo!. Busquei compreender a partir da análise discursiva, como o mesmo pode funcionar como um aparelho contemporâneo de produção de saber sobre os jovens.

Como proposta metodológica, busquei, portanto, a arqueologia do Programa Fica Vivo!, analisando os discursos produzidos por essa política. Para tal, parti de alguns textos institucionais, além do diário e cotidiano exercício empírico, pois trabalhando nessa política, pude ter acesso a diversas formas de discurso que se rebatiam internamente nas rotineiras discussões entre as várias instâncias do Programa Fica Vivo! e da Secretaria Estadual de Defesa Social (SEDS).

Considerei, por isso, dispensável o uso de entrevistas para essa parte da análise. Meu caderno pessoal de trabalho, repleto de anotações que fiz das diversas reuniões que participei e das supervisões que dei com cada equipe de trabalho de técnicos sociais, serviram de diário de campo.

Pude examinar as condições concretas de produção da verdade fora de um registro de neutralidade. Compreender as regras, a ordem do discurso; “a relação entre os dois *há*, entre a luz e a linguagem, entre as visibilidades determináveis e os enunciados determinantes”. (DELEUZE, 2006, p. 70).

O Decreto 43.334/03 que institucionaliza o Programa Fica Vivo! em 2003 deixa claro que seu objetivo é conter e reduzir a criminalidade e os homicídios entre gangues de jovens.

De acordo com a metodologia do programa é possível verificar que os jovens moradores de regiões consideradas por parte do governo estadual como áreas de risco e de maior vulnerabilidade precisam ser protegidos e também reprimidos e controlados. Evidencia-se uma contradição onde, para desconstruir uma unidade discursiva, reforça-a antes. Para poder prestar atendimento ao jovem, é necessário primeiramente dar a ele o status de jovem perigoso, violento, criminoso.

Trabalhando no programa verifiquei que a dinâmica de trabalho possibilita o monitoramento de jovens envolvidos com a criminalidade, participantes ou não das oficinas ofertadas nas regiões de abrangência do programa.

Sabe-se de todos os homicídios envolvendo jovens na região de abrangência do programa. Busca-se entender os motivos pelos quais os homicídios acontecem e se há possibilidade de revide. Tenta-se a partir daí produzir intervenções que possam impedir que homicídios ocorram. Essas intervenções articulam os dois eixos do programa (Proteção Social e Intervenção Estratégica) e formam mistos de proteção e repressão.

Há a possibilidade de ofertar ao jovem atendimento, encaminhamentos para a rede de saúde, educação e trabalho, e ainda para programas de proteção a ameaçados de morte<sup>19</sup>.

Quando possível, osicineiros funcionam como mediadores de conflitos, conversando com os jovens que ameaçam uns aos outros, desarticulando revides e articulando o saber dos técnicos para a invenção de intervenções que possam fazer balançar agenciamentos de guerra. Algunsicineiros e equipe técnica conseguem por vezes se aproximar, atender e problematizar questões diretamente com os jovens envolvidos com a criminalidade e em conflitos de gangues, envolvendo a disputa de territórios e ameaça de morte de jovens. Muitos homicídios são evitados dessa forma.

Mas há um limite e um cálculo que precisam ser muito bem pensados para saber a hora de fazer recuar a proteção. Em situações de emergência, na possibilidade de conflitos iminentes, é necessário acionar a intervenção estratégica, dialogar com os órgãos participantes como o ministério público e a polícia militar. Faz-se necessário produzir repressão.

---

<sup>19</sup> O Estado de Minas Gerais possui o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAM) e o Pró-Vita, para maiores de 18 anos.

Para garantir o controle de homicídios, é preciso ofertar acolhimento aos jovens, mas também exercer força repressiva e fazer valer diversos mecanismos dispostos em leis e regulamentos para conter potenciais jovens homicidas. Ainda assim, homicídios acontecem regularmente em todas as regiões de abrangência do programa.

São notórias as contradições discursivas que se estabelecem nesses contextos. Enunciados como o vigiar, prender e controlar se confrontam com a perspectiva de liberdade e de ofertas que possam agenciar outras oportunidades de trajetórias. O proteger e reprimir se debatem a todo instante.

Produzem-se uma multiplicidade de discursos sobre os jovens, discursos que se opõem. São jovens que precisam de cuidados, de serem atendidos, acompanhados e orientados, ao mesmo tempo em que são perigosos, homicidas em potencial, violentos e que precisam ser controlados.

Prevalece no Eixo de Intervenção Estratégica o discurso de jovens perigosos e que precisam ser controlados e monitorados. Mais do que isso, precisam ser presos. Enunciados como “marginal”, “vagabundo”, “bandido” são mais constantes.

No Eixo de Proteção Social, o que se diz majoritariamente é que o jovem não é só isso, que há outros saberes que precisam ser *desassujeitados*. Que é preciso desconstruir um olhar viciado e segregador dos equipamentos públicos e polícia sobre os jovens pobres, em sua maioria, negros e moradores de regiões vulneráveis.

A contradição discursiva que se apresenta incessantemente dentro do programa se encaixa quase que perfeitamente em seus dois eixos de atuação. Mas é claro que os discursos antagônicos não se dividem tão uniformemente assim, como se fosse possível separá-los hermeticamente em dois recipientes. Justamente por estarem entrelaçados em relações de poder, confrontam-se e se ligam a todo instante.

Encontra-se a todo instante no discurso do técnico social a perspectiva do controle, do risco e do perigo. Assim como é possível encontrar no discurso de alguns policiais, por exemplo, olhares e dizeres mais ampliados sobre os jovens.

Os saberes são agenciamentos práticos, heterogêneos, sempre ameaçados e passíveis de reviravoltas. Seus enunciados aparecem e desaparecem, expressam-se em espaços de raridades e regularidades, compõem regimes discursivos num “murmúrio anônimo” (DELEUZE, 2006, p. 64).

A partir do contato dos técnicos sociais com o público do programa, constroem-se saberes que se encaixam em regimes de regularidades, como os de jovens pertencentes a famílias pobres, desestruturadas, historicamente segregadas, carentes de

possibilidades de inclusão. Mas é possível mais. É possível, além de reproduzir discursos extenuados pelo uso, por à baila saberes locais, singulares, produzidos em zonas fadadas à sujeição.

O Programa Fica Vivo consegue em certa medida, com todos os limites e atravessamentos institucionais, *desassujeitar* alguns saberes ao colocá-los na mira do poder para fazer ver existências obscuras, “destinadas a não deixar rasto”. (FOUCAULT, 1992, p. 96-97).

Foucault quis fazer ver saberes historicamente sujeitados, promover a insurreição de saberes excluídos por regimes discursivos. Blocos de saberes que estavam presentes e foram camuflados, disfarçados no interior desses regimes.

“E por saberes sujeitados entendo duas coisas. De uma parte, quero designar, em suma, conteúdos que foram sepultados, mascarados em coerências funcionais ou em sistematizações formais (...) Em segundo lugar, por saberes sujeitados, acho que se deve entender outra coisa e, em certo sentido, uma coisa totalmente diferente. Por saberes sujeitados, eu entendo igualmente toda uma série de saberes que estavam desqualificados como saberes não conceituais, como saberes insuficientemente elaborados: saberes ingênuos, saberes hierarquicamente inferiores, saberes abaixo do nível do conhecimento ou da cientificidade requeridos” (FOUCAULT, [1975-1976] 1999, p. 11-12).

Ao criar oficinas valorizando conhecimentos locais, lógicas inusitadas, arranjos inesperados diante de um modelo vertical e subordinador do conhecimento, o Programa Fica Vivo! consegue em alguma medida reativar saberes para fazê-los colidirem contra uma hierarquização do conhecimento.

Osicineiros produzem a partir de relatórios e reuniões um saber sobre o cotidiano dos jovens. Com suas próprias maneiras de dizer, constituem uma rede diversificada e contínua de controle. A partir dos relatos em reuniões e mecanismos como os relatórios preenchidos mensalmente pelos oficineiros, as vidas “tornam-se descritíveis e transcritíveis, na própria medida em que são atravessadas pelos mecanismos de um poder político” (FOUCAULT, 1992, p. 117). Tornam-se casos, analisados e interpretados por uma costura de saberes interdisciplinares produzindo novas formas de ver e maneiras de dizer sobre os jovens.

Nos séculos XVII e XVIII, com o nome de *Lettre de cachet*, a França se utilizou muito de relatos sobre o cotidiano realizado pelos próprios moradores a fim de garantir a ordem em seu território. O relato do cotidiano como mecanismo de poder. Instrumento antigo, relatado por Foucault e que se encaixa perfeitamente nesse modelo contemporâneo de relação construído no encontro de oficinairos e equipe técnica no Programa Fica Vivo!.

“[O] discurso [a] ser dirigido e posto a circular no interior de um dispositivo de poder bem definido, de fazer aparecer o fundo até então quase imperceptível das existências e de, a partir dessa guerra ínfima das paixões e dos interesses, dar ao poder a possibilidade de intervenção (...) Essa maquinaria foi sem dúvida importante para a constituição de novos saberes”. (FOUCAULT, [1983] 1992, p. 123-124).

O cotidiano em discurso de forma laboral a partir de relações de poder capilares, infinitesimais, alcançando pontos e abrindo fendas onde quase somente a violência conseguia abrir, com um objetivo novamente contraditório. Regular, normalizar, disciplinar, controlar, ao mesmo tempo em que quer proteger os jovens e ofertar a eles possibilidades de construção de outras trajetórias.

O Programa Fica Vivo! tem como premissa garantir o controle de homicídios, faz com que o número de óbitos juvenis recue. Precisa exercer relações de poder que façam com que jovens não morram, fiquem vivos! Ficar vivo é um imperativo, um enunciado, uma ordem discursiva.

#### 4.4 As oficinas do Programa Fica Vivo! compreendidas como dispositivos de segurança de uma estratégia biopolítica

Para pensarmos as formas de exercício do poder e seus mecanismos de funcionamento, é importante compreender como a noção foucaultiana de poder foi sendo atualizada, transformada, sofrendo “deslizamentos” (SENELLART, 2004 Apud PASSOS, 2008, p. 9,) a partir dos diferentes objetos e formas de experiência em que o autor se debruçou, sempre contextualizados em práticas e relações sociais.

A genealogia do poder surge da necessidade de compreender as forças que operavam os regimes discursivos, e foi guiado, antes, pelas problemáticas políticas e

filosóficas sobre as quais produziu suas análises, perguntando pelo poder, buscando compreender o seu funcionamento e suas nuances.

“A questão do poder não é o mais velho desafio formulado pelas análises de Foucault. Surgiu em determinado momento de suas pesquisas, assinalando uma reformulação de objetivos teóricos e políticos que, se não estavam ausentes dos primeiros livros, ao menos não eram explicitamente colocados, complementando o exercício de uma arqueologia do saber pelo projeto de uma genealogia do poder”. (MACHADO, 1979, p. IX).

Foucault nunca quis construir uma teoria geral do poder. Não sistematizou nenhum teorema com a intenção de finalizar um arcabouço teórico. Para Foucault sempre foi uma questão de método tratar o poder num nível molecular. Partir da periferia ao invés do centro, do micro ao invés do macro. Não um edifício único, como uma dominação global, mas as múltiplas sujeições no interior do corpo social. E a sujeição, a obediência, nunca pela prerrogativa de quem tem o poder, mas no interior de práticas reais e efetivas, nas extremidades, em seu campo de aplicação.

A condição de possibilidade que permite tornar o exercício do poder inteligível em Foucault não deve ser procurada na existência primeira de um ponto central, num foco único de soberania, e sim em seus efeitos mais periféricos. Não se trata de um fenômeno maciço e homogêneo de dominação.

Com o avançar das análises e os deslizamentos que foram sofrendo suas construções, pode-se de maneira muito esquemática, dizer que o poder foi dimensionado tendo primeiramente como objeto a soberania, a partir do poder régio, o feudo, a Idade Média.

Posteriormente, delimitando suas análises nos séculos XVIII e XIX, o poder ganha grande relevância quando Foucault decifra sua função e lógica disciplinares, a partir de diferentes dispositivos de normalização do corpo.

A partir do liberalismo e de seu grito político-econômico de liberdade, elegendo não mais o corpo diretamente como objeto do poder, mas a população, o filósofo desenvolveria a noção de poder biopolítico. De forma sintética, o poder soberano exercido nos limites do território, a disciplina sobre o corpo dos indivíduos e o poder biopolítico sobre o conjunto de uma população.

Foucault deixa claro que as preocupações com a população e com a disciplina já estavam presentes no exercício da soberania. A problemática a respeito das



multiplicidades esteve sempre presente. Não se trata, portanto, de fases que se sucedem e eliminam a etapa anterior, mas de técnicas e táticas que se sobrepõem e se complementam. O filósofo quis nos mostrar a atuação de diferentes aparelhos e mecanismos de dominação em cenários específicos, em objetos que foram se transformando historicamente.

“não há uma sucessão: lei, depois disciplina, depois segurança. A segurança é uma certa maneira de acrescentar, de fazer funcionar, além dos mecanismos propriamente de segurança, as velhas estruturas da lei e da disciplina”.  
(FOUCAULT, [1977-1978] 2008b, p.14).

A partir da disposição espacial, da intensificação das circulações, Foucault flagrou o desenvolvimento do poder biopolítico e de seus mecanismos de controle da população. O nascimento da problemática sobre o governo da vida a partir da necessidade do desenvolvimento dos territórios na busca de pujança econômica.

Foucault localiza no século XIX a transformação do direito político que formaliza essa modificação. A inversão da premissa do direito soberano de “fazer morrer ou de deixar viver”, instalando-se o “direito de fazer viver e de deixar morrer”. (FOUCAULT, 1999, p. 287). Eis a inóspita condição sobre a qual o Programa Fica Vivo! se instala, fazer viver ou deixar morrer.

A disciplina, técnica política utilizada veementemente até a modernidade, se viu esgarçada em consequência do crescimento das cidades, das urbanizações, do desenvolvimento econômico advindo do liberalismo que passa a exigir do poder novas estratégias que façam garantir o desenvolvimento das cidades e do capitalismo.

A transformação das cidades impõe uma nova ordenação. A necessidade, antes de construir lógicas de confinamento, espaços fechados com ritmos acertados e movimentos concatenados dá lugar a uma política *laissez-faire*, uma política pautada na circulação, que precisa ser controlada a partir do controle da população, da prevenção dos riscos.

A problemática da população como um novo objeto introduz um novo tipo de poder, o biopoder. Como aponta Passos (2008), uma nova guinada no pensamento foucaultiano, uma nova forma de problematizar o poder.

“De certa forma, Foucault deixa de lado o modelo da guerra, na analítica do poder, em proveito de pensar outras formas de controle mais sutis que a

disciplina, embora complementares a ela, e que têm na preservação da vida seu principal objetivo”. (PASSOS, 2008, p. 15).

O crescimento das metrópoles, o surgimento de funções urbanas, administrativas e econômicas demanda uma eficácia política pautada na capacidade de circulação. Circulação das idéias, circulação do comércio, circulação das populações nas cidades.

Da arquitetura dos indivíduos à arquitetura das cidades. Da anatomia dos corpos humanos à anatomia do corpo social. O tratamento, antes pela exclusão, pelo isolamento; no agenciamento do biopoder, se faz por mecanismos como a estatística, para garantir uma média aceitável, estável, uma regularidade, um valor endêmico.

O desenvolvimento econômico e o fluxo crescente de mercadorias e indivíduos trazem às cidades um sentimento de insegurança e a necessidade de produzir novas formas de controle, novos mecanismos de regulação que possibilitassem vigilância. É quando surgem as tecnologias de segurança em complementaridade às disciplinas.

“a partir do momento em que a supressão das muralhas, tornada necessária pelo desenvolvimento econômico, fazia que não fosse mais possível fechar a cidade de noite ou vigiar com rigor as idas e vindas durante o dia; por conseguinte, a insegurança das cidades tinha aumentado devido ao afluxo de todas as populações flutuantes, mendigos, vagabundos, delinqüentes, criminosos, ladrões, assassinos, etc., que podiam vir, como se sabe, do campo [e das cidades]. Em outras palavras, tratava-se de organizar a circulação, de eliminar o que era perigoso nela, de separar a boa circulação da má, de maximizar a boa circulação diminuindo a má”. (FOUCAULT, [1977-1978] 2008b, p. 24).

As diferenciações apontadas por Foucault entre os mecanismos disciplinares e biopolíticos me fez perceber que as oficinas do Programa Fica Vivo! se situam claramente como um dispositivo central de segurança.

As tecnologias de segurança surgem no seio do liberalismo como criação de uma nova forma de tratar as multiplicidades. Foucault analisou os dispositivos de segurança a partir de quatro variantes. Os espaços, o tratamento do aleatório, a normalização específica da segurança e a população como objeto da segurança.

O problema do espaço para o biopoder remete à circulação. Como garantir uma boa e ordenada circulação que possibilitasse o intercâmbio econômico e as relações

comerciais. As lógicas estéticas e simbólicas que se produzem nas cidades também estão presentes como mecanismos postos a por a circulação em funcionamento.

O planejamento das cidades para pensar a largura das ruas, a distribuição das casas e do comércio no esquadramento das cidades. Planejamento para possibilitar vias de escoamento, arejamento, higiene, prevenção de doenças e roubos; tudo para garantir um desenvolvimento adequado.

“Trata-se simplesmente de maximizar os elementos positivos, de poder circular da melhor maneira possível, e de minimizar, ao contrário, o que é risco e inconveniente”. (FOUCAULT, [1977-1978] 2008b, p.26).

O tema da circulação é presença constante nas discussões e intervenções planejadas pelo Programa Fica Vivo! e mostra-se como uma questão fundamental para o programa e um dilema para muitos jovens que se vêem presos numa armadilha de disputa e dominação, circunscritos a uma limitação territorial que eles mesmos construíram para si.

Jovens igualmente segregados, sujeitados, disputando dentro de suas misérias, posições de maior visibilidade, controle de um pequeno espaço que os aprisiona. O domínio do seu pequeno território faz com que a circulação dos jovens que garantem esse controle fique fortemente ameaçada e limitada.

O Programa Fica Vivo! tem como uma de suas estratégias, promover ações de circulação de jovens em diversos espaços da cidade através de projetos institucionais. Investe na experienciação dos jovens atendidos em espaços da cidade desconhecidos por eles. Quer fazer com que o jovem descubra novas possibilidades de territorialização. Desconstruir agenciamentos de guerra através do investimento subjetivo de novos espaços. Busca intervenções que possam provocar movimentos de desterritorialização. “Todo agenciamento é territorial” (HAESBAERT, 2007, p.123).

Mas a repressão está quase sempre presente. Alguns eventos institucionais são planejados juntos com a polícia, que é convocada a se fazer presente. A noção de risco nunca sai de cena.

Acredito que as oficinas do Programa Fica Vivo! encontram na circulação e, principalmente, no tratamento do aleatório sua função primeira, sua razão de ser. Seus objetivos específicos escancaram a posição das oficinas como genuíno dispositivo de segurança.

“Prevenir a criminalidade; Promover e/ou facilitar a circulação dos jovens; Potencializar o acesso dos jovens aos serviços e aos espaços públicos; Garantir aos jovens o acesso ao esporte, lazer, cultura e formação profissional; Possibilitar a vivência do direito de ir e vir; Favorecer a inserção e a participação dos jovens em novas formas de grupos; Trabalhar temas relacionados à cidadania e aos direitos humanos; Possibilitar a criação de espaços de discussão e resolução de conflitos e rivalidades”. (MINAS GERAIS, 2009, p. 14).

O texto se apresenta de forma cristalina e não deixa dúvidas que as oficinas se tratam de um dispositivo de segurança. Quer exatamente produzir intervenções políticas sobre o meio, sobre a realidade dos fatos, não mais para garantir limites, mas para possibilitar e assegurar circulações. Visa ter controle dos acontecimentos, diminuir fatores incertos, prevenir más circunstâncias.

Um bom planejamento passa também pela previsão do futuro, pela prevenção. Em suma, pelo tratamento do aleatório. A segurança precisa tratar do problema das séries indefinidas de elementos e deslocamentos. Os dispositivos de segurança visam à gestão controlada por estimativas, probabilidades. Regulação dos meios pelos quais as circulações se produzem.

Intervenções políticas sobre o meio, sobre a natureza, não mais para garantir limites, fronteiras, mas para possibilitar e assegurar circulações. Produção de dispositivos de segurança para controlar acontecimentos, diminuir fatores incertos, prevenir más circunstâncias e a manutenção dos ganhos, controlar demasiadas oscilações.

“um dispositivo que, conectando-se à própria realidade dessas oscilações, vai atuar de tal modo que, por uma série de conexões com outros elementos da realidade, esse fenômeno, sem de certo modo nada perder da sua realidade, sem ser impedido, se encontre pouco a pouco compensado, freado, finalmente limitado e, no último grau, anulado. Em outras palavras, é um trabalho no próprio elemento dessa realidade que é a oscilação (...), é apoiando-se nessa realidade, e não tentando impedir previamente, que um dispositivo vai ser instalado, um dispositivo que é precisamente, a meu ver, um dispositivo de segurança e não mais um sistema jurídico-disciplinar”. (FOUCAULT, [1977-1978] 2008b, p.49).

Os dispositivos de segurança têm precisamente essa função, agenciar tecnologias que possam potencializar as circulações, desobstruir, suprimir as proibições e assegurar um círculo virtuoso à população. Tecnologias que possam apreender o ponto em que as coisas vão se produzir, sejam elas desejáveis ou não. Com as várias oficinas distribuídas nas regiões atendidas, o Programa Fica Vivo! consegue maximizar a capacidade de circulação e minimizar os riscos provenientes da mesma. Ao alcançar os jovens envolvidos tenta regular, produzir respostas no elemento mesmo da realidade ao qual se insere.

“a segurança tem essencialmente por função responder a uma realidade de maneira que essa resposta anule essa realidade a que ela responde – anule, ou limite, ou regule. Essa regulação no elemento da realidade é que é, creio eu, fundamental nos dispositivos da segurança”. (FOUCAULT, [1977-1978] 2008b, p.61).

A meta do Programa Fica Vivo! é reduzir, controlar, estabilizar o número de homicídios intervindo no plano de sua realidade efetiva. A regulação agenciada na liberdade, interferindo na composição dos fluxos, sem impedi-los, pelo contrário, os intensificando. A circulação ao invés do confinamento como elemento decisório para a invenção de intervenções produz um novo tipo de normalização, uma normalização específica aos dispositivos de segurança.

A normalização específica dos dispositivos de segurança, presente nas oficinas do Programa Fica Vivo!, mais uma vez que corrobora sua operação e funcionalidade. Os dispositivos de segurança, longe de querer estabelecer a otimização das condutas, o adestramento, a docilização, quer produzir mecanismos que atuem sobre a população de forma essencialmente preventiva.

Foucault, no curso “Segurança, Território, População” (1977-1978) utiliza como exemplo o controle da varíola para demonstrar como os dispositivos de segurança têm como categorias centrais serem fundamentalmente preventivos, generalizáveis à população e de se apoiarem no próprio processo, no próprio fenômeno. O que se busca com os dispositivos de segurança é uma inoculação social. Infiltrar despercebidamente fatores de prevenção, regulação, proteção.

“apoiar-se na realidade desse fenômeno, não procurar impedi-lo, mas ao contrário fazer funcionar em relação a ele outros elementos do real, de modo

que o fenômeno de certo modo se anulasse”. (FOUCAULT, [1977-1978] 2008b, p.61).

A meu ver, de todos os mecanismos e intervenções realizadas pelo Programa Fica Vivo!, as oficinas se destacam imediatamente nesse quesito. Têm como grande ambição exatamente o que Foucault nos aponta, fazer funcionar outros elementos do real como tentativa de se contrapor aos fenômenos que se busca controlar.

Ao estabelecer que oficinairos, muitos deles inclusive jovens, na mesma faixa do público atendido, moradores da região, com passagem pela criminalidade, proponham atividades culturais, esportivas e de cunho profissionalizante, provoca a insurreição de saberes e a possibilidade de fazer funcionar dentro de sua realidade, agenciamentos inusitados, dinâmicas que podem descompassar o ritmo estabelecido pela criminalidade presente.

Garante ainda a produção de casos clínicos, a identificação dos riscos e a racionalização do acaso e das probabilidades numa população. A população como problema e os dispositivos de segurança construídos a partir da realidade sob a insígnia da liberdade e fomento da circulação.

O biopoder e seus mecanismos de governo, não mais a partir da noção jurídico-política de sujeito sustentadora dos poderes soberano e disciplinar, mas através da população e do tratamento de uma série de variáveis. Uma nova governamentalidade.

“É portanto uma técnica totalmente diferente que se esboça, como vocês vêem: não se trata de obter a obediência dos súditos em relação à vontade do soberano, mas de atuar sobre coisas aparentemente distantes da população, mas que se sabe, por cálculo, análise e reflexão, que podem efetivamente atuar sobre a população”. (FOUCAULT, [1977-1978] 2008b, p.94).

O que me interessou nos deslizamentos da noção de poder foi justamente analisar como o Programa Fica Vivo! pode funcionar como um dispositivo capaz de produzir controle sobre uma população.

O Programa Fica Vivo! surge em um cenário de implosão de violência, de pessoas se matando dentro de seus territórios, dentro da favela onde moram. O fato que se presenciou e ainda se presencia é uma grande batalha de indivíduos, em sua maioria jovens, se matando em seus espaços de convivência.

Os homicídios não são, portanto, consequência da interação de moradores da favela com o restante da cidade. Não são cometidos, em sua extrema maioria, por pessoas que invadem as favelas, tampouco por pessoas que saem das favelas para cometer homicídios fora dela. São pessoas igualmente segregadas, fadadas à sujeição, colocando em ação o poder sobre o território, onde o Estado fracassa em sua soberania.

Passado o momento em que o Estado tentou impedir que as favelas existissem, diante de seu incontornável alastramento, chega a hora de tentar regulá-las ao invés de extingui-las. É necessária uma eficácia política capaz de fazer com que o Estado e seu território possa desenvolver-se.

A partir de minha vivência no programa, acompanhando dezenas de oficinas do Programa Fica Vivo!, ficou muito claro que o ponto agudo de funcionamento do programa se faz a partir de tecnologias de segurança. Mais do que uma tática de adestramento, trata-se uma regulação sobre o corpo social. Mais do que uma sujeição dos corpos, uma intervenção sobre a população. Um mecanismo de controle da população, embora também propicie a individualização dos corpos, não a partir da sujeição do corpo, mas a partir do monitoramento de alguns indivíduos.

Os mecanismos disciplinares de poder presentes no Programa Fica Vivo! atuam em complementaridade, de forma bastante abrandada. Seu funcionamento tem caráter secundário e sua importância diminuída.

“A população é pertinente como objetivo, e os indivíduos, as séries de indivíduos, os grupos de indivíduos, a multiplicidade dos indivíduos, esta não vai ser pertinente com objetivo. Vai ser simplesmente pertinente como instrumento, intermédio ou condição para obter algo no nível da população”. (FOUCAULT, [1977-1978] 2008b, p. 56).

Pode-se dizer que existem mecanismos, mesmo frágeis, que garantem certa vigilância. O princípio da localização está presente através das listas de presença e do acompanhamento das equipes técnicas durante a execução das oficinas. Sabe-se que determinado jovem pode ser encontrado em determinada oficina.

Existem oficinas onde há jovens envolvidos com a criminalidade, portando armas, usando e vendendo drogas, onde o monitoramento se faz intensivamente. Todas as oficinas são visitadas, umas mais, outras menos, de acordo com a avaliação da equipe.

“É preciso anular os efeitos das repartições indecisas, o desaparecimento descontrolado dos indivíduos, sua coagulação inutilizável e perigosa; tática de antideserção, de antivadiagem, de antiaglomeração. Importa estabelecer as presenças e as ausências, saber onde e como encontrar os indivíduos”. (FOUCAULT, [1975] 1984, p. 131).

A partir do acompanhamento das oficinas e de jovens específicos é possível verificar as presenças e ausências, compreender os motivos dessa inconstância, saber se há algum conflito, se algum jovem se mudou de bairro, se está trabalhando, estudando, ameaçado, foi preso ou morto.

Os espaços de execução das oficinas não produzem confinamento. Pelo contrário, são flexíveis, abertos para entrar e deixar o lugar a qualquer momento. Acontecem inclusive em espaços públicos como praças e ruas.

“As oficinas são estratégias de aproximação e atendimento aos jovens articuladas as características das áreas atendidas, tais como: aspectos criminais, culturais, sociais, históricos e geográficos. As oficinas são implantadas em diferentes locais das áreas de abrangência do Núcleo de Prevenção à Criminalidade articulando aspectos da singularidade do jovem e o acesso aos direitos sociais”. (MINAS GERAIS, 2009, p. 13).

A partir do princípio de localização, do monitoramento, da atividade e da determinação de dias e horários é possível garantir a vigilância dos indivíduos. É claro que a disciplina não desaparece nunca, mas ela é e tem de ser muito mais discreta em intervenções como esta do Programa do que era nas instituições disciplinares clássicas.

A população se sobrepõe como um novo sujeito-objeto, com uma riqueza incomensurável de aspectos a serem investigados, uma profusão de novos domínios de saber. Há, entretanto, os recusados e os que se recusam a compor a população. Os que se colocam fora dela e vão desajustar o sistema.

Nesse ponto específico, Howard Becker nos traz importante contribuição a partir da noção de *Outsiders*<sup>20</sup>, ou desviante.

---

<sup>20</sup> BECKER, Howard. *Outsiders: Estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.



Becker (2008) apresenta a noção de carreira e aponta como as carreiras desviantes se iniciam a partir de contingências, casos de não conformidade, que podem ser com ou sem intencionalidade.

Subverte a compreensão do desvio à norma. Ao invés de perguntar por que os indivíduos burlam as regras, pergunta por que as pessoas não se deixam levar pelos impulsos de condutas desviantes, alegando que a grande maioria da população experimenta impulsos desviantes.

O autor argumenta que as “pessoas convencionais” são progressivamente envolvidas em tramas institucionais, num processo de comprometimento que assegura comportamentos normais.

Para Becker (2008), os outsiders sentem fortes impulsos para se normatizarem<sup>21</sup>, mas os neutralizam por uma série de fatores. Um deles seria a falta de conhecimento de determinadas regras por participar de uma subcultura, de uma cultura particular, provocando inacessibilidade a conjuntos de regras societárias. Outra forma de agenciamento de um comportamento outsider seria o desinteresse pelo conjunto de regras e exigências sociais. Os outsiders não as atacam e não se responsabilizam a partir delas. Julgam-na sem importância, admitindo seus comportamentos como sem importância perante a sociedade, compreendendo que suas atitudes não a afetaria.

Outras regras e normas de grupos sociais menores ganham precedência por se apresentarem de forma mais concreta, envolvendo e garantindo maior lealdade. A partir daí, o indivíduo aprende a participar de uma subcultura organizada em torno da atividade desviante particular.

Becker nos ensina que o comportamento outsider é uma consequência da reação pública ao ato desviante e não um efeito inerente ao ato. São os rótulos e status conferidos a ele pelo grupo social ao qual convive que reforçam e legitimam sua conduta ao mesmo tempo em que o rechaça de espaços institucionais convencionais. Produz-se uma carreira desviante.

Cria-se uma cultura desviante com um conjunto de compreensões e perspectivas sobre como é o mundo e como se deve lidar com ele. Racionaliza-se, portanto, a posição outsider. Desenvolvem-se justificativas históricas, legais e psicológicas produzindo motivações e provocando a continuidade de uma conduta.

---

<sup>21</sup> Importante a distinção entre normatização e normalização. Trato o primeiro termo como regras formais enquanto o segundo seria proveniente de mecanismos que aplicam a norma de forma insidiosa, sorrateiramente. A normatização é a formalização da normalização.

A formação de carreiras desviantes se apresenta de forma notória na prática do Programa Fica Vivo! Alcançar os jovens fortemente envolvidos com a criminalidade é tarefa árdua, que exige comprometimento, coragem e destreza por parte dos técnicos sociais e oficinairos. O público envolvido com a criminalidade é minoria dentro das oficinas, próximo de cinco ou dez por cento.

Todas as análises de Becker se comprovam no Programa Fica Vivo!. Percebe-se que dificilmente encontram-se jovens envolvidos com a criminalidade em oficinas localizadas em espaços mais institucionalizados como centros de saúde, escolas, equipamentos públicos de forma generalizada. Os muros e as portas se compõem como uma barreira concreta e imaginária para os outsiders.

O que se percebe também é que os equipamentos públicos locais se negam na maioria das vezes a atendê-los e também reforça o rótulo e status construídos sobre os outsiders.

Evidentemente, o tráfico de drogas e outras formas de criminalidade capturam os jovens outsiders e lhes oferece uma carreira, com uma cultura organizada, funções e papéis estabelecidos, justificativas psicológicas, códigos de conduta e lealdade. Passam de outsiders a estabelecidos no “mundo do crime”.

As oficinas que mais conseguem atrair jovens envolvidos com a criminalidade estão nos espaços mais comunitários e menos institucionalizados. A oficina de Corte Artístico é um exemplo. Inventada num salão cabeleireiro, ao lado de um ponto de venda de drogas, consegue dialogar intensamente com os jovens envolvidos.

## 5. MODOS DE SUBJETIVAÇÃO

### 5.1 Discutindo a subjetivação e suas nuances

Foucault ainda se encontrava preso às amarras do poder quando apresentou em 1976 a História da Sexualidade I. Como aponta Deleuze (2010), o pensamento de Foucault passou depois dessa obra por mais uma crise, uma nova ruptura, uma aguda radicalização.

Após demonstrar a produção de jogos de verdade articulados às práticas discursivas e deslocar-se para as estratégias do exercício do poder, Foucault viu-se forçado a engendrar um novo deslocamento teórico diante de um impasse; a incapacidade de ultrapassar a linha do poder, de ver-se preso às suas malhas.

Foucault foi à descoberta de um novo eixo distinto dos eixos do saber e do poder. A dimensão da subjetividade em Foucault é fundamentalmente uma deriva do poder e do saber, independente deles.

“A subjetividade não é de modo algum uma formação de saber ou uma função de poder que Foucault não teria visto anteriormente; a subjetivação é uma operação artista que se distingue do saber e do poder, e não tem lugar no interior deles (...) Não se deve acreditar que a subjetivação, isto é, a operação que consiste em dobrar a linha do fora, seja simplesmente uma maneira de se proteger, de se abrigar. Ao contrário, é a única maneira de enfrentar a linha e de cavalgá-la”. (DELEUZE, 2010, p.145).

A relação consigo, a prática de si, como uma nova dimensão, irreduzível às relações de poder e saber. “Haverá sempre uma relação consigo que resiste aos códigos e aos poderes; a relação consigo é, inclusive, uma das origens desses pontos de resistência”. (DELEUZE, 2006, p.111).

Foucault quis pensar as formas de verdade decorrentes da resistência, como um poder que se exerce sobre si mesmo, um relação de força consigo, um poder de afetar a si mesmo. Formas de produzir singularidades.

Num interstício de oito anos quando nada publica, Foucault ministra cursos onde é possível ver com clareza o desenvolvimento das noções de biopoder, governamentalidade, das tecnologias de governo dos outros e de si; o que culminaria na

discussão sobre os modos de subjetivação, a ética e estética de existência a partir da prática de si.

No entanto, é possível encontrar já em 1976, na *História da Sexualidade I*, sinais de que Foucault procurava uma forma de afrontar o poder, de escapar do poder, de fazer-se colidir contra o poder, de não se submeter a determinados saberes.

O filósofo apresenta nessa obra a resistência e o biopoder ainda pouco desenvolvidos, dois pontos ainda incipientes, pouco explorados e que se desenvolveriam na última fase de sua produção teórica.

Foucault traz a baila o biopoder e a vida como objeto das lutas políticas.

“deveríamos falar de *bio-política* para designar o que faz com que a vida e seus mecanismos entrem no domínio dos cálculos explícitos, e se faz do poder-saber um grande agente de transformação da vida humana; não é que a vida tenha sido exaustivamente integrada em técnicas que a dominem e gerem; ela lhes escapa continuamente”. (FOUCAULT, [1976] 2007a, p. 155-156).

E evoca a resistência como característica intrínseca ao poder.

“Esses pontos de resistência estão presentes em toda a rede de poder. Portanto, não existe, com respeito ao poder, *um* lugar da grande Recusa – alma da revolta, foco de todas as rebeliões, lei pura do revolucionário. Mas sim resistências, no plural, que são casos únicos: possíveis, necessárias, improváveis, espontâneas, selvagens, solidárias, planejadas, arrastadas, violentas, irreconciliáveis, prontas ao compromisso, interessadas ou fadadas ao sacrifício; por definição, não podem existir a não ser no campo estratégico das relações de poder”. (FOUCAULT, [1976] 2007a, p. 106).

Em 1984, publicou a *História da Sexualidade II*, que tinha como objetivo

“analisar as práticas pelas quais os indivíduos foram levados a prestar atenção a eles próprios, a se decifrar, a se reconhecer e se confessar como sujeitos de desejo, estabelecendo de si para consigo uma certa relação que lhes permite descobrir, no desejo, a verdade de seu ser”. (FOUCAULT, [1984] 2007b, p. 11).

Foucault sempre fez uma distinção quando precisou tratar da noção de sujeito. Não há o sujeito na obra de Foucault, que sempre negou o sujeito fundado como evento universal ou de uma subjetividade privatizada.

Foucault, assim como Nietzsche, Deleuze e Guattari, sempre trabalhou para superar noções idealistas e individualizantes.

“Em primeiro lugar, creio, efetivamente, que não há um sujeito soberano, fundador, uma forma universal de sujeito que se encontra em qualquer lugar. Eu sou muito cético e muito hostil para com esta concepção de sujeito. Penso, ao contrário, que o sujeito se constitui por meio de práticas de assujeitamento, ou de uma maneira mais autônoma, através de práticas de liberação, de liberdade, como na Antiguidade, desde (bem entendido) de um certo número de regras, estilos, convenções que se encontra no meio cultural”. (FOUCAULT, in Le Monde, p.3, 1984).

Para pensar a noção de desejo, tomei emprestada a construção feita por Guattari (2005). O autor aponta que devemos pensar o desejo sempre como modo de produção de algo, sempre como construção de algo.

Guattari (2005) desfaz a oposição entre um mundo bruto do desejo e um universo de ordem social. Questiona a idéia de que o desejo só poderia estar inevitavelmente cortado da realidade, de que haveria sempre uma escolha entre o princípio do prazer de um lado e o da realidade do outro.

“Quando tento colocar o problema do desejo enquanto formação coletiva, evidencia-se logo que o desejo não é forçosamente um negócio secreto ou vergonhoso (...) O desejo permeia o campo social”. (GUATTARI e ROLNIK, 2005, P.260).

O desejo deve ser entendido como formas de intensidade, como relações de forças que afetam e produzem efeitos, ressonâncias. Não delimitado em um teatro familiar, alienado a este. Desejo como afeto que se mostra em singularidades, em agenciamentos inéditos.

Guattari prefere a noção desejo elaborada com Deleuze de um desejo maquínico, numa máquina desejante, numa produção. Desejo agenciado em máquinas estéticas, sociais, assim por diante.

“Partimos mais da idéia de uma economia coletiva, de agenciamentos coletivos de desejo e subjetividade que, em algumas circunstâncias, alguns contextos sociais, podem se individualizar”. (GUATTARI e ROLNIK, 2005, P.260).

A problemática de Foucault era em relação à constituição histórica da noção de sujeito e das práticas de si como forma de cuidado e governo de si. Para isso, Foucault abandona o recorte histórico de todas as suas pesquisas anteriores, quando se debruçava sobre a modernidade, e vai até a época clássica. Retorna aos gregos e romanos a fim de compreender os modos de subjetivação clássicos para contrapô-los aos modos de subjetivação modernos e da atualidade.

A partir da sexualidade como objeto de cuidado e conhecimento de si, Foucault quis problematizar a moral em contraposição à ética, condutas prescritivas e o conjunto de práticas capazes de produzir “artes da existência”. (FOUCAULT, 2007b, p. 15).

Aparece aí o sujeito com uma derivação do processo de subjetivação, como produto. Destaca-se uma estética existencial.

Se há por um lado cristalizações históricas, sedimentos que vão edificando estratos históricos, há sempre também dentro destes estratos, produção de acontecimentos, série de acontecimentos e que em algum momento evidencia – a partir de certos fatos, ao acaso – uma irrupção histórica não necessária, uma descontinuidade.

Acrescenta-se ao jogo de força das relações, à constituição de saberes, o caráter virtual do acontecimento, uma virtualidade permanente, inerente a este, que não pode ser esquecida.

Julio Cortázar prefere tratar o acontecimento como fantástico e, embora dê a ele um caráter excepcional, considera o cotidiano invadido por ele. Também dá a ele uma concepção irracional.

“... é uma coisa muito simples, que pode acontecer em plena realidade cotidiana, neste meio-dia ensolarado, agora, entre você e eu, ou no metrô (...) é, simplesmente, a indicação súbita de que, à margem das leis aristotélicas e da nossa mente racional, existem mecanismos perfeitamente válidos, vigentes, que nosso cérebro lógico não capta, mas que em certos momentos irrompem e se fazem sentir”. (CORTÁZAR, *in* GONZALEZ, 2002, p. 37).

Deleuze (2002) se utiliza de Espinosa para qualificar o acontecimento e a potência de um corpo. O acontecimento se introduz com intempestividade, pelo vigor do presente, da atualização, do encontro, do combate, pelo poder do corpo de afetar e ser afetado.

“Eis porque Espinosa lança verdadeiros gritos: não sabeis do que sois capazes, no bom como no mau, não sabeis antecipadamente o que pode um corpo ou uma alma, num encontro, num agenciamento, numa combinação.” (DELEUZE, 2002, p.130).

O acontecimento não é substância nem é da ordem dos corpos. Entretanto, é sempre no âmbito da materialidade que ele se efetiva, que é efeito. É uma virtualidade permanente, assim como há em todo acontecimento, um disparar, um momento presente de efetuação, um momento em que se encarna em um estado de coisas.

O acontecimento se evidencia na irrupção de uma singularidade, na ruptura que corta o tempo em dois e o força a recomeçar. E a irrupção é provocada a partir de encontros, do embate de corpos, da contraposição de afetos.

Abertura de um campo de possibilidades que precisam ser preenchidas por um *ethos*. Deleuze aponta que seriam regras éticas e estéticas.

“Não se trata mais de formas determinadas, como no saber, nem de regras coercitivas, como no poder: trata-se de regras facultativas que produzem a existência como obra de arte”. (DELEUZE, 2010, p. 127).

Pensar em regras coercitivas, em relações de poder, em ordem discursivas, em opressões, repressões, nos faz pensar em saídas que possam promover momentos de redirecionamento de trajetórias, em outras travessias.

Para Deleuze, pensar a subjetivação é pensar em linhas de fuga. Mas deve-se suspender qualquer conotação que dê a esse conceito a noção de renúncia. Melhor seria pensar em linhas de fuga como algo que faz escapar. Escapar do poder, das relações que oprimem para construir outras. Lançar-se em outras direções.

É a historicidade própria em devir, afetada dentro de si por uma exterioridade que a mina. Construção de devires em oposição à história. O acontecimento em seu devir, como forma de escapar da história.

“O que a história capta do acontecimento é sua efetuação em estados de coisas (...) A história não é a experimentação, ela é apenas o conjunto das condições quase negativas que possibilitam a experimentação de algo que escapa à história”. (DELEUZE, 2010, p.214).

A ética por oposição à moral, regras facultativas em oposição à regras coercitivas e formas determinadas. A subjetivação se distingue de toda moral, de todo código de moral. Ela é ética e estética.

São momentos de rompimento em que o devir escapa à história, que o acaso, o imponderável se apresenta.

Processos de subjetivação são acontecimentos, intempestividades, irrupção de uma singularidade na história, ruptura, abertura de um campo de possibilidades que propicia divergir de si. São invenções de modos de viver. É inaugurar outra lógica.

“Essa nova lógica (...) se aparenta à do artista que pode ser levado a remanejar sua obra a partir da intrusão de um detalhe acidental, de um acontecimento-incidente que repentinamente faz bifurcar seu projeto inicial, para fazê-lo derivar longe das perspectivas anteriores mais seguras”. (GUATTARI, 1991, p.36).

Uma relação consigo, o governo de si, derivado da relação poder-saber, mas não dependente dela, embora se reorganize posteriormente a partir de seus códigos. A subjetivação é a relação com o fora, como estratégia de colocar as forças estabelecidas em questão.

“As forças vêm sempre de fora, de um fora mais longínquo que toda forma de exterioridade. Por isso não há apenas singularidades presas em relações de forças, mas singularidades de resistência, capazes de modificar essas relações, de invertê-las, de mudar o diagrama instável”. (DELEUZE, 2006, p.129-130).

Os processos de subjetivação são fissuras temporárias. São como abalos sísmicos que irrompem, mas que se assossegam, se acomodam. É uma espécie de interstício. Junto com a desterritorialização, a reterritorialização.



É conectando a noção de subjetividade e subjetivação a uma tentativa de dar materialidade a estes conceitos, de aplicá-los concretamente que desembocamos nos conceitos de território e desterritorialização.

O território e os movimentos de desterritorialização forjados por Deleuze e Guattari fazem um importante acréscimo à noção de processos de subjetivação para pensarmos o fora, o caos e as possibilidades de criação de singularidades.

A desterritorialização equivaleria ao processo de subjetivação, ou seja, deixar um território, deixar de consumir subjetividade de uma forma e passar a fazê-la de outra, reterritorializando. O processo de reterritorialização é exatamente a dinâmica de re-apropriação da subjetividade. “A reterritorialização consistirá numa tentativa de recomposição de um território engajado num processo desterritorializante”. (GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely, 2005, p.323).

Desterritorializar é descobrir fendas, traçar linhas de fuga para processos de subjetivação que possam deslocar o indivíduo da reprodução à produção de uma subjetividade singular, desaprisionada, mais independente de serializações subjetivas.

Desterritorializar, experimentar um “fora”, está intimamente ligado a uma suportabilidade ao caos, ao estranho. O processo de subjetivação se efetua nestes movimentos de des-re-territorialização, agenciado por vetores de singularidades.

É preciso entender o território e seus movimentos de *des-re-territorialização* como processo permanente de tornar-se e desfazer-se. São processos concomitantes, executados a partir das práticas sociais, no embate de forças, em relações de poder, em agenciamentos rizomáticos.

O território é intermitente, espaço de liberdade e de resistência. O território designa as relações de propriedade ou de apropriação, conferindo expressividade. “O território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma”. (GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely, 2005, p.323).

Podemos apontar a desterritorialização como um movimento de abandono de um território, um traçar de linhas de fuga, enquanto a reterritorialização se trataria de uma recomposição de um novo território.

Reiteram-se assim a desterritorialização como processos de subjetivação e a reterritorialização como relações imbricadas com o poder-saber. A reterritorialização é a sedimentação em estratos e a implicação em uma diagramação de forças.

O processo de subjetivação é uma produção de modos de existência. Um modo intensivo e não um sujeito pessoal.

Enfim, Foucault estava absorvido em analisar a relação entre as práticas de si e a verdade, o conhecimento de si por si mesmo, o fato de ocupar-se consigo, o cuidado de si mesmo.

O cuidado de si implantado para toda a existência, o cuidado como imperativo moral. Quis localizar na história a emergência do cuidado de si.

Foucault queria descobrir formas de pensar diferente. Quis problematizar ações políticas, éticas, estéticas capazes transgredir os discursos e enunciados que sustentam regularidades, resistir ao poder através do da recusa de uma subjetividade imposta há vários séculos. Produção singular de novas estéticas de existência.

## 5.2 Singularizar-se para resistir

Estatura mediana, barriga estufada, costeleta grande e larga, tatuagens no braço, usualmente de boné e bermudão, tênis de skatista, Alexandre têm três filhos, trinta e três anos, e atende também por Branca de Neve. Apelido antigo, cuja origem perguntei depois de certo tempo de convivência.

Depois de fechado o salão, por volta das nove horas da noite, descíamos o morro, eu a caminho do ônibus, ele para encontrar a namorada. Então perguntei se o apelido era muito antigo. Respondeu que sim, que vinha da adolescência, e que era por causa do corte de cabelo que usava naquela época. O apelido pegou, e dá nome ao salão.

Branca de Neve, ou simplesmente Branca, é popular na favela e seu salão é conhecido por todos. De conversa fácil, sorriso aberto, tem um jeitão cativante. Circula por toda a favela sem nenhum problema e é muito procurado por amigos no salão.

Apesar de não pertencer a nenhuma igreja, não reproduzir nenhum tipo de discurso religioso, por várias vezes, ao descermos junto o morro depois do carro guardado e o salão fechado, eu em direção ao ponto de ônibus enquanto ele ia em direção à casa da namorada, Alexandre fazia o sinal da cruz e entrava rapidamente numa pequenina igreja evangélica e fazia a sua doação.

Alexandre nasceu na favela e morou a vida toda nela; Morava com a mãe, duas irmãs mais velhas, fruto do primeiro casamento da mãe, e um irmão mais novo, fruto do último.

Alexandre cresceu distante do pai e com duas mães. A biológica e a vizinha, que cuidou dele durante muito tempo e que também chamava de mãe.

A mãe afetiva morou muito tempo no Morro antes de se mudar para o Bairro Taquaril, região leste de Belo Horizonte, onde também se encontra implantado, por motivos óbvios, o programa Fica Vivo!.

Com a mudança de sua outra mãe para o Taquaril, Alexandre passava dias no Morro do Papagaio e outros no Taquaril.

Na adolescência, por insistência da mãe biológica para que se especializasse em alguma profissão, Alexandre opta por fazer um curso de cabeleireiro. Mas os cortes tradicionais que aprendia não lhe interessavam. Seu interesse pelo corte de cabelo cresceu quando descobriu um salão ao lado de onde fez o curso, onde o corte de cabelo era diferente, tinha estilo, uma estética própria, acrescido de um elemento fundamental para a trajetória de Alexandre, o rap. O salão tinha o rap como trilha sonora.

“No Brasil, a difusão do funk e do hip hop remonta aos anos 1970, quando da proliferação dos chamados “bailes black” nas periferias dos grandes centros urbanos. Embalados pela black music americana, principalmente o soul e o funk, milhares de jovens encontraram nos bailes de finais de semana uma alternativa de lazer até então inexistente”. (DAYRELL, 2002, p. 126).

O rap, um dos quatro elementos do hip-hop<sup>22</sup>, foi um dispositivo central para a produção de sua estética existencial. Mas essa construção estética-existencial aconteceu bem mais tarde. Antes, foi a violência que parece ter operado como um acontecimento capaz de produzir um processo de subjetivação. A violência como acontecimento de desterritorialização; o tráfico de drogas como possibilidade de reterritorialização.

Em sua adolescência, Alexandre vê suas mães serem vítimas de violência por parte dos companheiros. A violência exercida sobre sua segunda mãe teve um desfecho atroz. Foi morta e esquartejada pelo marido a machadadas. Alexandre diz que ele era “meio doido” (sic). Além disso, Alexandre viu sua mãe biológica agredida pelo companheiro inúmeras vezes.

A ira, a vontade de se vingar e de se sentir forte, respeitado pela população local fez com que Alexandre entrasse para o tráfico e participasse dele por alguns anos. Em alguns momentos vacila na certeza de continuar. Trabalha afixando outdoors, sofre um acidente de trabalho e sai do emprego. Nesse período Alexandre tinha três filhos e ainda se envolvia em alguns conflitos. Acabou não se vingando dos homens que violentaram

---

<sup>22</sup> Os quatro elementos do movimento hip-hop são o rap, o Dj, o breakdance e o graffiti.

suas mães. Um deles morreu em decorrência de problemas de saúde enquanto o outro nunca mais retornou à região.

A subjetivação não deve ser comparada ou compreendida como desenvolvimento, crescimento, melhoria, amadurecimento. Está fora do estatuto moral e não se equivale ao que se nomina emancipação. Processos que levam à morte, à tragédia, ao confronto à lei e às regras são subjetivações. O ato infrator, o crime também podem ser produzidos em processos de subjetivações.

Há cerca de cinco anos, Alexandre é acometido gravemente por uma doença que o faz ficar por três meses internado em um hospital. A partir do relato de Alexandre, a doença se colocou como um elemento bifurcador, um acontecimento que desencadeou mais um processo de subjetivação, agora para a saída do tráfico.

No período em que esteve internado, Alexandre diz que pode refletir sobre sua trajetória e repensá-la. No hospital escuta a história da renovação das águias, uma parábola que quer transmitir força, coragem, determinação.

Alexandre me conta a história da renovação da ave de rapina que marca a recondução de sua trajetória, tornando-se imagem de sua resolução fora do tráfico, símbolo estampado no uniforme do salão.

De acordo com a parábola, as águias, depois de certa idade, não conseguem mais segurar as presas nem voar com a mesma desenvoltura. Ficam frágeis em função do processo de envelhecimento. Então, a águia tem duas alternativas, morrer ou enfrentar um dolorido processo de renovação. As mais corajosas, valentes e audaciosas tomam uma decisão radical. Refugiam-se no alto de uma montanha e saltam em direção ao chão para efetuarem a troca do bico. Começam um processo de renovação, ganham força e resistência na produção de um novo bico.

Assim como a águia que troca o bico, Alexandre se considera um “sobrevivente” (sic). Sai do hospital depois de três meses determinado a construir uma nova trajetória e decide pela profissão de cabeleireiro.

O primeiro local onde começou a cortar cabelo foi sua casa. Depois, através do incentivo de um grande amigo, aluga o espaço onde funciona o salão até hoje.

Tal qual o salão que frequentava na época em que fazia o curso de cabeleireiro, o salão Branca de Neve era movido pelo ritmo do rap. Alexandre aprendeu sozinho a fazer o corte artístico, como define o estilo de corte. Disse que frequentava o salão no centro e ficava ao lado do cabeleireiro, que depois ficou seu amigo, observando-o cortar.

Alexandre inaugura o Salão Branca de Neve, que se tornou não só um salão, mas um ponto de encontro. Seus amigos se reuniam no salão para ouvir e pedir músicas para a rádio comunitária que funcionava na parte baixa da favela, na Vila Santa Lúcia.

O salão fica na parte alta do morro, e a pessoa que trabalhava na rádio, de tanto receber pedidos do grupo que se formou no salão, o denominou. Sempre que um dos frequentadores do salão pedia uma música, o radialista dizia que a música era para a turma da colina, em referência à parte alta do morro. Era o batismo necessário. Colina tornou-se o nome do grupo, que depois virou Kollyna.

Começaram a compor rap's, participar do movimento hip-hop em Belo Horizonte. O grupo se organiza ainda mais e cria o CPI, Conexão Periférica Inteligente. No dia que conversamos sobre o tema, Alexandre mostra-me o banner do grupo Kollyna que guardava no salão, atualmente desarticulado.

“O rap começou a difundir-se em Belo Horizonte a partir do final dos anos 1980. Desde então, veio se construindo uma cena rap que, mesmo ocupando um espaço marginal no circuito cultural, se mantém viva e atuante, apesar das oscilações entre momentos de latência e de maior visibilidade”. (DAYRELL, 2002, p. 126).

O Salão Branca de Neve fica conhecido no mundo do rap e passa a ser frequentado pelos rappers de Belo Horizonte e também de fora. Grupos famosos da cena paulista do rap frequentam o salão, como os Racionais e o grupo Facção Central.

O Kollyna se inscreve para a Mostra Competitiva de Rap do Hip-Hop In Concert, organizado pela PBH e realizado no Chico Nunes<sup>23</sup>. O grupo se apresenta no teatro e Alexandre, um dos vocalistas do grupo, escolhe a estratégia de começar a cantar no meio do público. Fica sentado na plateia e no meio da apresentação do grupo puxa o rap em meio o público presente.

Branca conta esse episódio como fato de muita importância em sua vida. Suas tatuagens no braço marcam no corpo a força que o rap e a profissão de cabeleireiro tem em sua existência.

---

<sup>23</sup> Teatro Francisco Nunes, inicialmente chamado Teatro de Emergência, Sediado no [Parque Municipal Américo Renné Giannetti](#) em [Belo Horizonte](#), inaugurado em 1950 pelo Prefeito [Otacílio Negrão de Lima](#).

Em uma parte de um dos braços, há a tatuagem de uma tesoura de cabeleireiro, no outro, o nome do grupo de rap Kollyna. E juntando os dois braços, lê-se tatuado o nome da música cantada na mostra de rap: "A mente é a arma, a voz é a bala"; nome este que dá título à dissertação.

Peço ao Branco que me mostre a música. Ele a escreve num papel e me entrega. A letra do rap feito por Alexandre, como a maioria dos rap's, questiona a realidade social e provoca o Estado a pensar a favela. Denuncia as condições de vida e de violência ao mesmo tempo que demonstra fidelidade a seu território, a favela.

“Eles [os rappers] atribuem a si mesmos o papel de “porta-vozes” da periferia, um dos elementos da identidade do estilo. Alguns deles se atribuem a “missão” de problematizar a realidade em que vivem através das músicas que cantam, com a pretensão de “conscientizar os caras” dos problemas e riscos que o meio social lhes impõe”. (DAYRELL, 2002, p. 128).

E como o próprio título escancara, "A mente é a arma, a voz é a bala", traduz o movimento de Alexandre em produzir sua trajetória com a força de uma águia, marcando sua posição através do rap, transformando sua mente em arma, sua voz em bala, garantindo a sustentabilidade de uma expressão, de uma estilo, de uma estética existencial fora do tráfico.

A vida em sua produção de devir é exemplificada num esforço original de um fazer artístico, seja a partir do rap, seja através da arte de inventar cortes de cabelo.

Os processos de subjetivação se equivalem para Foucault a um dobrar de forças, como um poder que se exerce sobre si mesmo *dentro* do poder que se exerce sobre os outros. É uma relação da força consigo, um poder de se afetar a si mesmo. Um afeto de si por si.

Guattari e Rolnik (2005) argumentam que a produção e consumo de subjetividade por se dar de forma alienada, reproduzindo-a como a recebe, ou criando processos de singularização, tomando sua própria distância desta subjetividade normalizadora que serializa, para construir contornos existenciais, territórios mais auto-modeladores, capazes de emergir com singularidade.

A subjetivação é um movimento, um processo, uma ação, um agenciamento, um modo de produção estética, de produção existencial, embora esteja fadada à normalização e normatização. Ou seja, será englobada por processos implícitos e

explícitos, regras compostas de elementos codificados em planos formais, jurídicos e informais, legitimadas por grupos, comunidades.

Cabe analisar até que ponto tais subjetivações perduram como singularidade e em que medida são capturadas pelos jogos e táticas de normatização. E em que medida produzem redirecionamento de trajetórias, produzem novas condutas, novas relações de poder, novos saberes.

Depois do momento em que o rap funciona como bifurcação para de sua trajetória, Branca se reterritorializa e segue sua profissão de cabeleireiro. É quando, em 2007, torna-se oficinairo do Programa Fica Vivo!

A busca na produção de uma estética existencial é uma tentativa de resistência, mas não garante que uma trajetória possa em algum ponto de seu percurso voltar a produzir uma antiga posição existencial. Interrompi a história de Alexandre a partir de sua entrada no Programa Fica Vivo! no qual se encontra até hoje. Sua trajetória nesse período deixo a cargo da equipe técnica que o acompanha.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como disse ao longo dessa dissertação, a principal intenção dessa pesquisa foi pensar a contradição presente num aparelho de Estado, que ao funcionar como regulador, produzindo vigilância e controle, pode proporcionar dentro de suas próprias estratégias, no embate de corpos e afetos, brechas onde se torna possível pensar em agenciamentos para processos de subjetivação.

Acreditando, como pressuposto, que a sociedade se rege em relações de poder, produzindo configurações móveis, instáveis, quis pensar à luz de Foucault, entre outros, o jogo de forças capaz de desestabilizar uma ordenação, um regime.

A pergunta central nasce a partir da busca do entendimento do que seriam processos de subjetivação, de como operam, como se dão, que efeitos produzem, que agenciamentos tomam, quais movimentos de desterritorialização promovem, quais linhas de fuga se produzem e que potência dispõe o Programa Fica Vivo! para possibilitar a construção de devires em meio a práticas de normalização.

Trabalhei dentro da perspectiva foucaultiana sobre seu principal eixo de análise, saber, poder e subjetivação. Discuti as produções de saber dentro do programa, os deslizamentos do conceito de poder articulados às oficinas do programa enquanto dispositivo de segurança pública.

Busquei compreender os efeitos que um acontecimento pode provocar, como localizar tais singularidades num percurso histórico, como perceber as quebras, as discontinuidades. Quis pensar como é possível inventar trajetórias, modos de vida, estéticas de existência, construir devires, traçar linhas de fuga, desterritorializar. Como os processos de subjetivação se produzem, como desvencilhar dos regimes normalizadores, como escapar de estatutos normativos, de dominações e regulações, como escapar de um impasse que o próprio poder nos coloca.

Se acontecimentos são produzidos, chocando o poder nas mais ínfimas verdades, como esta operação se dá?

"Então não se perguntará qual o sentido de um acontecimento: o acontecimento é o próprio sentido (...) Em todo acontecimento, há de fato o momento presente da efetuação, aquele em que o acontecimento se encarna em um estado de coisas, um indivíduo, uma pessoa, aquele que é designado quando se diz: pronto, chegou a hora; e o futuro e o passado do acontecimento só são julgados em função desse presente definitivo, do ponto de vista daquele que o encarna. Mas há, por outro lado, o futuro e o passado



do acontecimento tomado em si mesmo, que esquiva todo presente porque está livre das limitações de um estado de coisas, sendo impessoal e préindividual, neutro, nem geral nem particular, *eventum tantum...*; ou antes que não tem outro presente senão o do instante móvel que o representa, sempre desdobrado em passado-futuro, formando o que convém chamar de *contra-efetuação*". (DELEUZE, 2000, Apud ZOURABICHVILI, 2004, p.6).

A subjetivação, embora destacada a partir da trajetória de um oficineiro, ator da política, não foi pensada a partir dos efeitos do programa, o que não evidencia nenhum demérito, muito pelo contrário.

A invenção de modos de vida se dá pela força de um acontecimento, pela sua intempestividade, pela potência de provocar cortes, rupturas. Por isso, não é possível determinar ou garantir onde e quando uma ruptura se dará, ou um processo de subjetivação se desencadeará. Pelo mesmo motivo, buscar o sentido, a interpretação de um acontecimento é sem sentido.

Sobre as especificidades, percebi que o Programa Fica Vivo! trabalha em uma contradição, pois se a Intervenção Estratégica trabalha com a noção de alvos, a Proteção Social também tem seu público alvo, jovens envolvidos com a criminalidade. São, em tese, os mesmos jovens.

O mesmo grupo de jovens que a Proteção Social quer alcançar para prestar atendimento, a Intervenção Estratégica quer alcançar para prender, o que produz um engodo muito grande, pois quando o entendimento comum se esvai, quando o consenso escapa, não se pode fazer muita coisa.

Embora o programa Fica Vivo atenda irrestritamente um público de doze a vinte e quatro anos, a proposta de nortear um público alvo para atendimento reforça o estigma e o discurso criminalizador, pois para produzir intervenções e interrupções em cenários de violência e homicídios, precisa antes reafirmá-lo, dizer que são "jovens envolvidos com a criminalidade".

Ao delimitar seu público, o programa lida com esse paradoxo. Aponta a real necessidade de tratar de algo concreto, o alto número de homicídios que acontecem com os jovens em áreas urbanas degradadas. Há algo factual, jovens se matando. Por outro lado, ao fazer desses jovens público alvo do programa e ao dizer que há um programa que quer atender jovens envolvidos com a criminalidade e controlar o número de homicídios existentes, reforça-se o discurso de jovens perigosos, criminosos, que

precisam ser controlados. Explicita-se aí o paradoxo, quando, para poder desconstruir uma ordem discursiva, é preciso primeiramente, reforçá-la.

Trabalhando no programa Fica Vivo! em rede com diversos equipamentos públicos e construindo práticas de atendimento e encaminhamento de jovens, seja a partir de relações com escolas públicas, sejam centros de saúde, associações, igrejas, lideranças comunitárias, conselho tutelar e polícia militar, depara-se com o mesmo retrato, com uma forma de ver e dizer sobre esses jovens que os segrega, os marginaliza, os condena.

Esse retrato, essa ordem discursiva lança vários enunciados, como “marginal”, “bandido”, “tem que matar”, “tem que prender”, “tem que morrer”. Conhecendo e conversando com jovens a partir do programa Fica Vivo, escutamos desses jovens enunciados parecidos, mas em contextos diferentes. São eles se dirigindo a seus iguais, jovens que moram juntos, mas que se separam e se diferenciam em territórios. A partir daí não são mais iguais, mas rivais e repetem os enunciados “tem que matar”, “tem que morrer”.

Os jovens se organizam em gangues, em uma lógica que parece desordenada para quem vê de fora. Seus arranjos constroem uma regulação própria e uma ordem que se estabelece em relações de poder pautadas muitas das vezes no tráfico, na arma e na pena de talião. A consequência é o alto número de homicídios em regiões onde o Estado se faz pouco presente.

A Polícia Militar centraliza sua atuação no tráfico de drogas e concentra suas ações na favela, pois acredita ser o tráfico “o carro chefe do crime organizado” e a favela o “verdadeiro quartel general de traficantes”. (MINAS GERAIS, 2005, p.7).

O tráfico de drogas é para a polícia a principal fonte de renda da favela, o grande responsável pelo aliciamento de menores, pelos homicídios de jovens e pela formação de gangues. É o inimigo a ser combatido.

Há de se concordar em termos com essa perspectiva e de se colocar algumas discordâncias, tendo em vista a favela onde foi realizada essa pesquisa e as demais onde atuei e atuo como profissional.

O tráfico de drogas de fato convoca jovens a participarem de sua lógica que inclui formação de gangues, disputa por pontos de venda e território. Estes jovens se envolvem em conflitos armados e provocam homicídios.

A perspectiva da favela como concentração do mal e do perigo, dominada por criminosos é de um reducionismo que nada mais faz do que reproduzir dizeres e

legitimar saberes viciados que optam em classificar a favela como um problema social que deve ser extirpado, removido, junto com seus moradores. Perde-se a chance de se evidenciar a potência existente e de problematizar saídas que promovam cidadania e garantia de direitos.

As razões para a produção da violência são múltiplas, mas acredito que se possa traçar alguns vetores para análise da relação entre cidade e violência: densidade populacional, urbanização, desigualdade, baixo capital social, em oposição a análises pautadas em diferenças individuais, características biológicas ou psicológicas. Ou seja, a responsabilidade passa pela capacidade do Estado de produzir regulação.

Quis colocar em xeque o discurso produzido pelos jovens envolvidos com a criminalidade e o discurso “oficial” que se faz deles, a partir do Estado e da mídia “oficial” e que se reproduz socialmente, criando segregações e reservando um lugar perverso a esse jovem, o lugar do infrator, produzindo enunciados como “bandido”, “vagabundo”, “ladrão”, “marginal” e uma ordem discursiva, “tem que prender”, “tem que matar”. Pensar que jogos de verdade, quais relações de poder sustentam tais ordens discursivas.

Andréa Silveira (2007) enfatiza que, historicamente, o que tem sido definido tecnicamente como controle ao crime é a reação à infração ou uma medida tomada após a infração ter ocorrido, ou seja, uma resposta ao comportamento infracional, que tem como elemento preventivo a suposição de que, a medida legal e punitiva tem potencial para deter e controlar comportamentos futuros que violem a lei.

A prevenção por outro lado seria formada por medidas que visam evitar a ocorrência do crime. A sobreposição entre controle e prevenção ocorreria quando, numa ocorrência criminal, a resposta da sociedade estivesse focada na inibição da ocorrência de novos crimes por parte de um mesmo indivíduo particular.

A prevenção pressupõe que certas situações não ocorrem se determinadas medidas forem adotadas. Por isto ela é caracterizada como proativa, devendo as medidas serem adotadas antes que o crime ocorra. O controle, pelo contrário, seria reativo e ocorreria após o acontecimento do crime. Embora, este tipo de resposta, ao crime e delinquência possa ser justificada como prevenção, na prática o argumento é apenas uma racionalização para punição. Desta forma, se a ação social é motivada por uma ofensa que já ocorreu, estaríamos diante de controle, se a ofensa é apenas antecipada estaríamos diante da prevenção.

Compreendi nesse trabalho, diferentemente da autora, que o controle está vivo, presente em dispositivos sofisticados, diversificados e produzidos a todo tempo na sociedade. A prevenção à criminalidade, com todos os seus limites, mostra-se, se não inédita, ao menos uma perspectiva potente diante do contexto contemporâneo de violência existente de forma que tem se mostrado avassaladora em todas as principais metrópoles do país.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALTOÉ, Sônia (org). *René Lourau: Analista Institucional em Tempo Integral*. São Paulo: Hucitec, 2004.

BECKER, Howard. *Outsiders: Estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

BIRMAN, Joel. *Jogando com a Verdade: uma leitura de Foucault*. Physis: revista de saúde coletiva [online]. 2002, vol.12, n.2, pp. 301-324. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>>. Acesso em: 13 de out. de 2009.

BRASIL. Secretaria Nacional de Segurança Pública/ Senasp. *Guia para Prevenção do Crime e da Violência*. Brasília: Ministério da Justiça. Esplanada dos Ministérios. Disponível em: <<http://www.portal.mg.gov.br/services>>. Acesso em: 21 de out. de 2010.

BURGOS, Marcelo Baumann. *Dos parques proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro*. In: Um século de favela. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p.25-60.

CANDIOTTO, Cesar. *Subjetividade e verdade no último Foucault*. *Trans/Form/Ação* [online], 2008, vol.31, n.1, p. 87-103. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>>. Acesso em: 25 de ago. de 2010.

CANDIOTTO, Cesar. *Foucault: uma história crítica da verdade*. *Trans/Form/Ação* [online], 2006, vol.29, n.2, p. 65-78. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>>. Acesso em: 25 de ago. de 2010.

CARDOSO, Irene de Arruda Ribeiro. *Foucault e a noção de acontecimento*. *Tempo Social; Ver. Sociol. USP*, São Paulo: 53-66, outubro de 1995.

CASTRO, Edgardo. *Vocabulário de Foucault – Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

CONTE, Marta. *Desafios na juventude: drogas, consumismo e violências*. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/7068>>. Acesso em: 24 de jul. de 2010.

CRUZ, Márcia Maria. *Morro do Papagaio*. Belo Horizonte: Conceito, 2009.

DAYRELL, Juarez. *O rap e o funk na socialização da juventude*. Educação e Pesquisa. [online]. 2002, vol.28, n.1, p. 117-136. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>>. Acesso em 02 de jan. de 2011.

DELEUZE, Gilles. *Conversações (1972-1990)*. São Paulo: Ed. 34, 2010.

DELEUZE, Gilles. *Espinosa: filosofia prática*. São Paulo: Escuta, 2002.

DELEUZE, Gilles. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

DIÓGENES, Glória. *Cartografias da cultura e da violência: gangues, galeras e o movimento Hip Hop*. São Paulo: Annablume, 2008.

ELIAS, Norbert. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

FAÉ, Rogério. *A genealogia em Foucault*. Psicologia em Estudo. 2004. Vol. 9, n. 3, p. 409-416. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>>. Acesso em: 13 de abr. de 2010.

FERNANDES, Édésio; PEREIRA, Helena. *Legalização das favelas: qual é o problema de Belo Horizonte? Planejamento e políticas públicas*. [online]. 2010, n.34, p. 171-199. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 13 de jan. de 2011.

FERNANDES, Edésio. *Legalizando o ilegal*. In: BRANDÃO, Carlos Antônio Leite (Org). *As cidades da cidade*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006, p. 141-143.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário Eletrônico Aurélio versão 5.0*. Ed. Positivo, 2004.

FILHO, Kléber Prado; MARTINS, Simone. *A subjetividade como objeto da(s) Psicologia(s)*. In: *Psicologia e Sociedade*. [online]. 2007, vol.19, p. 14-19. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>>. Acesso em: 13 de abr. de 2010.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense universitária: [1969] 2008a.

FOUCAULT, Michel. *A hermenêutica do sujeito: curso no Collège de France*. São Paulo: Martins Fontes, [1981-1982] 2004.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. São Paulo: Edições Loyola, [1970] 1996.

FOUCAULT, Michel. *A vida dos homens infames*. In: *o que um autor?* Lisboa: Passagens, [1983] 1992, p. 89-128.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France*. São Paulo: Martins Fontes, [1975-1976] 1999.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, [1976] 2007a.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade II: O uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Edições Graal, [1984] 2007b.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, [1979] 1979.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população: curso no Collège de France*. São Paulo: Martins Fontes, [1977-1978] 2008b.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, [1975] 1984.

FREITAS, Alexandre Simão. *Governar os incivilizados e os outsiders: Apontamentos para uma analítica do poder em Elias e Foucault*. Disponível em: <<http://www.uel.br>>. Acesso em: 12 de jan. de 2011.

GARNIER, Jean-Pierre. *A luta por espaço*. Le Monde Diplomatique: O futuro das cidades. Vol. 32, p. 8-9, mar. de 2010.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

GONZÁLEZ, Ernesto. *Conversas com Cortázar*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

HAESBART, Rogério. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2008.

LE MONDE. *Uma estética da existência*. Entrevista com Michel Foucault. p. XI, 15-16 de jul. de 1984. Disponível em <<http://www.filoesco.unb.br/foucault>>. Acesso em 13 de abr. de 2010.

MACHADO, Roberto. *Por uma genealogia do poder*. In: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

MINAS GERAIS. *Decreto n. 43.334, de 20 de maio de 2003*. Cria o Programa Controle de Homicídios do Estado de Minas Gerais. Minas Gerais Diário do Executivo. Belo Horizonte, 21 de maio de 2003.

MINAS GERAIS. *Diagnóstico Qualitativo das Condições Sócio-Econômicas e Padrões de Criminalidade na região do Aglomerado Santa Lúcia/ Belo Horizonte*. Belo Horizonte, Dezembro de 2006.



MINAS GERAIS. Polícia Militar. Comando Geral, 3ª Seção do Estado Maior. *Instrução N° 002/2005: Contém o regulamento sobre a criação e emprego do Grupo Especializado em Policiamento de Áreas de Risco – Gepar*. Belo Horizonte, 2005.

MINAS GERAIS. *Prevenção Social à Criminalidade: A experiência de Minas Gerais*. Belo Horizonte, 2009.

MINAS GERAIS. Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo! *Sistematização da metodologia do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!* Belo Horizonte, jun. 2009.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Defesa Social. *Plano Estadual de Segurança Pública 2003-2004*. Disponível em: <<http://www.seds.mg.gov.br>>. Acesso em: 02 de mar. de 2009.

NAKANO, Kazuo. *Para unir o dividido*. Le Monde Diplomatique: O futuro das cidades. Vol. 32, p. 4-5, mar. de 2010.

NETO, João Leite Ferreira. *Processos de subjetivação e novos arranjos urbanos*. [online]. 2004. Disponível em: <<http://www.uff.br/ichf/publicacoes>>. Acesso em: 16 de jan. de 2011.

NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da moral: uma polêmica*. São Paulo: Companhia das letras, 2008.

NOGUEIRA, M. O. M. *Processos de subjetivação e controle: Alcances e limites de uma intervenção*. In: Olhares sobre a prevenção à criminalidade. Belo Horizonte: Instituto Elo, 2009.

NOGUEIRA, M. O. M. *Território e subjetividade: problematizando o espaço de execução das oficinas e a potência do oficineiro enquanto ator central de uma política pública*. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/coloquioenriquez>. Acesso em: 25 de jul. de 2010.

ORTEGA, Francisco. *Amizade e estética da existência em Foucault*. Rio de Janeiro: Edições Graal Ltda., 1999.

PASSOS, Izabel (org.). *Poder, normalização e violência: incursões foucaultianas para a atualidade*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

SALLES, Walter; THOMAS, Daniela. *Linha de Passe* [Filme]. Brasil: Universal Pictures, 2008.

SILVA, Rosane Neves. *A invenção da psicologia social*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

SILVA, Bráulio Figueiredo Alves. *Criminalidade urbana violenta: uma análise espaço-temporal dos homicídios em Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2000, 53f. (Monografia, Graduação em Ciências Sociais).

SILVEIRA, Andréa Maria. *Prevenindo homicídios: Avaliação do Programa Fica Vivo no Morro das Pedras em Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2007, 290f. (Tese, Doutorado em Ciências Humanas: Sociologia e Política).

SOARES, Luís Eduardo. *Segurança pública: presente e futuro*. In: Estudos Avançados [online]. 2006, vol.20, p. 91-106. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>>. Acesso em: 25 de fev. de 2010.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Sistema Integrado de Bibliotecas da USP. *Diretrizes para apresentação de dissertações e teses da USP: documento eletrônico e impresso Parte II (APA)*. Vânia Martins Bueno de Oliveira Funaro, coordenadora [et al.]. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: Sistema Integrado de Bibliotecas da USP, 2009. 85 p. (Cadernos de Estudos 9)

VAZ, Paulo Roberto Gibaldi. *O intelectual e o acontecimento*. In: Um pensamento infame: história e liberdade em Michel Foucault. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (orgs). *Um século de favela*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

ZOURABICHVILI, François. *O vocabulário de Deleuze*. Rio de Janeiro: Relume Drumará, 2004.

## **ANEXOS**

O COEP/UFMG analisou o projeto de pesquisa CAAE - 0346.0.203.000-10, que foi aprovado com o termo de consentimento utilizado citado abaixo.

### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA OS PROFISSIONAIS DO PROGRAMA FICA VIVO.**

Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar dessa pesquisa. Seu objetivo é buscar entender como a oficina de corte artístico pode funcionar tanto para criar disciplina quanto para auxiliar os jovens a criarem formas de viver.

Os procedimentos utilizados para a coleta de material será de observação participante do pesquisador na oficina e entrevistas com o oficineiro, técnicos do programa e jovens presentes na oficina de corte artístico do programa Fica Vivo, na barragem Santa Lúcia, região centro-sul de Belo Horizonte.

O motivo que nos leva a estudar o problema da norma e a possibilidade de inventar formas de viver é buscar compreender como lidamos com as pressões do dia a dia, como criamos formas de encarar a realidade diante das dificuldades e das inúmeras regras, normas e violências que nos curvamos ou tentamos escapar.

A pesquisa se justifica pela necessidade de entender a juventude nesse contexto de violência, repressão, exclusão e como cria estratégias para lidar com todas essas questões.

Qualquer desconforto que sentir, você poderá manifestá-lo e interromper, se quiser, sua participação. Por outro lado, você pode encontrar na relação com o pesquisador, espaços para repensar questões e posicionamentos sobre a própria vida.

Você será esclarecido(a) sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

O pesquisador irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Os resultados serão compartilhados com você e permanecerão confidenciais. Seu nome ou o material que indique a sua participação não será liberado sem a sua permissão. Você não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo. Uma

cópia deste consentimento informado será arquivada no Curso de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais e outra será fornecida a você.

A participação no estudo não acarretará custos para você e não será disponível nenhuma compensação financeira adicional.

**DECLARAÇÃO DO(A) PARTICIPANTE:**

Eu, \_\_\_\_\_ fui informada(o) dos objetivos da pesquisa acima de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que em qualquer momento poderei solicitar novas informações e desistir de participar, se quiser. A professora orientadora Izabel Christina Friche Passos e o pesquisador Marcus Otávio Mariani Nogueira certificaram-me de que todos os dados desta pesquisa serão confidenciais.

Em caso de dúvidas poderei perguntar ao pesquisador Marcus Otávio Mariani Nogueira ou à professora orientadora Izabel Christina Friche Passos no telefone (31) 3409-6281 ou ainda ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais, telefone 3409-4592, sito à Av. Antônio Carlos, 6627, Unidade Administrativa II, sala 2005, 2º andar, Pampulha – Belo Horizonte, MG.

Declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Nome	Assinatura do Participante	Data
Nome	Assinatura do Pesquisador	Data